

CELIA MARIA ESCANFELLA

**LITERATURA INFANTO-JUVENIL BRASILEIRA E RELIGIÃO:
UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO IDEOLÓGICA DA
SOCIALIZAÇÃO**

**DOUTORADO
PSICOLOGIA SOCIAL**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

2006

CELIA MARIA ESCANFELLA

**LITERATURA INFANTO-JUVENIL BRASILEIRA E RELIGIÃO:
UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO IDEOLÓGICA DA
SOCIALIZAÇÃO**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social, sob orientação da Profa. Dra. Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

2006

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio da Costa Ciampa

Profa. Dra. Silvia Cristina de O. Quadros

Prof. Dr. Edmir Perrotti

Profa. Livre Docente Elaine Caramella

Profa. Dra. Fúlvia Rosemberg

A Pedro Escanfella Ferraro.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos.

Aos colegas do Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Idade (Negri).

Ao Centro Universitário Senac, principalmente aos coordenadores dos cursos da Faculdade de Comunicação e Artes: Alécio Rossi Filho, Maria Silvia Queiroga Reis e Eleni Paparounis.

Aos editores de Literatura Infantil de editoras católicas que me forneceram informações valiosas: Irmã Maria Alexandre, da Paulinas Editora; Jakson, da Paulus Editora; e João, da Editora Vozes.

Aos representantes da Associação Brasileira de Editores Cristãos (ABEC) e da Associação de Editoras, Distribuidoras e Divulgadores do Livro Espírita (ADELER) que gentilmente me forneceram informações e dados sobre editoras cristãs e espíritas, em fase inicial de pesquisa.

Às diversas editoras cristãs e espíritas que me forneceram informações, na primeira etapa da pesquisa.

À Profa. Dra. Silvia Cristina de Oliveira Quadros e ao Prof. Dr. Antonio da Costa Ciampa, pelo diálogo e contribuições no exame de qualificação.

À minha orientadora, Fúlvia Rosemberg.

RESUMO

Este é um estudo exploratório sobre a produção de literatura infantil no contexto religioso católico com o objetivo de contribuir com o atual debate sobre a construção social da infância brasileira. Para tanto foram confrontados, com base em análise comparativa, 30 livros de literatura infantil do período de 1976 a 2000, 15 deles publicados por editoras laicas e 15 por editoras católicas. Os livros foram selecionados, de forma randômica, do depósito legal efetuado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Algumas das questões que nortearam o estudo foram: 1) Estaria ocorrendo um processo de laicização da literatura infantil? 2) Estaria ocorrendo uma reordenação ou diminuição do sagrado ou da magia na literatura infantil; 3) As editoras católicas estariam processando as transformações observadas na sociedade e no universo acadêmico quanto à concepção de infância, mediadas pelo debate em torno de uma nova concepção de socialização? Para a construção dessa tese, mostrou-se adequado tomar como base a discussão em torno da mediação da cultura moderna, o conceito de ideologia e a metodologia da Hermenêutica de Profundidade, conforme os define John B. Thompson, complementados pela sistematização de conhecimentos de diversos campos de saber, como Sociologia da Infância, Literatura Infantil e Sociologia da Religião. A análise confirmou uma tendência à laicização da literatura infantil, sugerida em pesquisa anterior, e permitiu observar, no último período da amostra (de 1995 a 2000), uma mudança no cenário de editoras católicas que produzem literatura infantil, com avanços nas concepções de infância e de socialização em textos de algumas editoras, porém com manutenção de padrões tradicionais em outras. Os resultados permitem afirmar que predomina principalmente nos textos de editoras católicas uma visão utilitária, e, por vezes, idealizada, com o objetivo de ensinar determinados valores como bondade, fraternidade e obediência, ou transmitir valores cristãos, bem como uma tendência mais intensa a uma representação assimétrica das relações de gênero e raciais. Porém, na produção de ambas as categorias de editoras — católicas e laicas — observa-se um fenômeno similar: a utilização do universo fantástico, com a ancoragem na produção literária para crianças de tradições mágicas.

Palavras-chave: Infância; Socialização, Religião; Ideologia; Literatura Infantil.

ABSTRACT

This is an exploratory study on Children's Literature in a catholic religious context. The objective is to contribute with the present debate on the social construction of brazilian childhood. For such purpose, thirty children's literature books were confronted based on a comparative analysis. The books in question were published from 1976 to 2000, fifteen published by secular publish houses and 15 by catholic ones. The books were randomly selected according to the legal deposit at the Rio de Janeiro National Library. Some of the questions which guided the study were: 1) if there was a process of secularization in Children's Literature; 2) if there was a reconfiguration or a reduction of the magic or of the sacred in Children's Literature; 3) if the catholic publish houses were processing the transformations observed in society and in the academic world regarding the notion of childhood, mediated by the debate around a new idea of socialization. To develop this thesis, it appeared adequate to base the discussion on the mediation of modern culture, the ideology concept and the Deep Hermeneutics methodology, as defined by John B. Thompson, complemented by the systematization of knowledge from many fields of knowledge, such as the Childhood Sociology, Children's Literature and the Sociology of Religion. The analysis confirmed the tendency towards the secularization of children's literature, hinted at in a previous research, and it enabled us to observe, in the sample's last period (from 1995 to 2000), a change in the catholic publish houses scenario, with advances in the conceptions of childhood and of socialization in the texts of some of them, though others maintained traditional standards. The results allow us to verify that there is a predominant view in the texts of catholic publish houses, a utilitarian, sometimes idealized view, whose objective is to teach values such as kindness, fraternity and obedience or to transmit Christian values, as well as a stronger tendency towards an asymmetrical portrayal of the racial and gender relations. However, in the production of both publish house categories – secular and catholic – it is possible to observe a similar phenomenon: the use of the Fantastic Universe, based on the magical tradition of literary production for children.

Key words: Childhood; Socialization, Religion; Ideology; Children's Literature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	25
1. TEORIA: INFÂNCIA, SOCIALIZAÇÃO E IDEOLOGIA	26
1.1 A teoria de John B. Thompson	26
1.1.1 Mídiação da cultura moderna	27
1.1.2 Ideologia	34
1.1.3 Hermenêutica de Profundidade (HP)	39
1.2 Estudos sobre infância	44
1.2.1 Infância como fenômeno social: a desconstrução da “naturalização” da noção de infância	46
1.2.2 O novo paradigma e suas críticas à “naturalização” da noção ideológica de infância	54
1.2.3 Criança como ator social e a noção de socialização	64
1.2.4 Infância: uma categorial relacional	67
CAPÍTULO 2	73
2. RELIGIÃO E LITERATURA INFANTO-JUVENIL: CONTEXTO SOCIOHISTÓRICO DE PRODUÇÃO SIMBÓLICA	74
2.1 Os procedimentos de levantamento bibliográfico sobre religião e infância	75
2.2 O contexto religioso	76
2.2.1 A Igreja Católica no panorama das religiões no Brasil	86
2.2.2 Tendências contemporâneas da Igreja Católica	89
2.2.3 Infância e religião	98
2.2.4 Mídiação da religiosidade e imprensa católica	102
2.3 Literatura infantil	113
2.3.1 Literatura infantil e seu conceito	113
2.3.2 Em foco as dimensões religiosa, mágica e pedagógica na literatura infantil	116
2.3.3 Tendências da literatura infantil brasileira	124
CAPÍTULO 3	135
3. ANÁLISE FORMAL E DISCURSIVA	136
3.1 Procedimentos de constituição da amostra e da grade analítica	136
3.1.1 Constituição da amostra	136
3.1.2 Grade analítica	142
3.1.3 Dificuldades encontradas para acesso aos títulos depositados na BN	148
3.1.4 Reflexão sobre ausência da explicitação de autoria	150
3.2 Descrições e interpretações	153
3.2.1 Caracterização da amostra	153
3.2.2 Comparação entre a produção das editoras católicas	167
3.2.3 Análise de subgêneros literários e a dimensão mágica	171
3.2.4 Protagonistas e narradores	180
3.2.5 Análise de conflitos	188

CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS	205
ANEXOS	216
Anexo A – Bibliografia que compõe a amostra (geral e por caráter da editora)	217
Anexo B – Lista de Autores	221
Anexo C – Lista de Editoras	222
Anexo D – Lista de Local de publicação	223
Anexo E – Roteiro de entrevista e questões de questionário	224
Anexo F – Entrevista com Irmã Maria Alexandre – Paulinas Editora	225
Anexo G – Questionário respondido pela Paulus Editora	228
Anexo H – Questionário respondido pela Editora Vozes	230

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Religiões do Brasil de 1940 a 2000, em porcentagem	87
Tabela 2 – Distribuição do número de títulos do depósito legal da BN e do número de títulos sorteados por ano (1975 a 2000)	138
Tabela 3 – Subamostra A - Distribuição do número de títulos do depósito legal da BN e do número de títulos sorteados por ano (1975 a 1994)	139
Tabela 4 – Subamostra B - Distribuição do número de títulos do depósito legal da BN e do número de títulos sorteados por ano (1995 a 2000)	139
Tabela 5 – Distribuição do número de títulos sorteados em primeira instância e do número de títulos de editoras católicas com 1ª. edição no período por subperíodos	140
Tabela 6 – Distribuição de frequência de títulos sorteados por tipo de editora e subperíodos	141
Tabela 7 – Distribuição do número de títulos sem autor depositados na BN por ano	151
Tabela 8 – Distribuição do número de títulos sem autor por editora	151
Tabela 9 - Distribuição de frequência do número de livros e de histórias por caráter da editora	154
Tabela 10 - Distribuição de frequência de histórias por tipo de livro e caráter da editora	154
Tabela 11 - Distribuição da frequência de livros por caráter da editora e por sexo do autor	163
Tabela 12 - Distribuição da frequência de livros por currículo do autor e por caráter da editora	164
Tabela 13 - Distribuição de frequência por distinção da obra ou autor e caráter da editora	164
Tabela 14 – Distribuição de frequência de publicação por caráter de editora e década de publicação	165
Tabela 15 - Distribuição de frequência de livros por caráter da editora e local de publicação	166
Tabela 16 - Distribuição da frequência de subgênero literário por caráter da editora (unidade história)	172
Tabela 17 – Distribuição de frequência do universo por caráter da editora	179
Tabela 18 - Distribuição de frequência de tipo de protagonismo por caráter de editora	181
Tabela 19 - Distribuição de frequências de sexo do protagonista por caráter da editora	181
Tabela 20 - Distribuição de frequências de idade do protagonista por caráter da editora	182
Tabela 21 - Distribuição de frequências de idade do protagonista por caráter da editora	182
Tabela 22 - Distribuição de frequências de cor do protagonista por caráter da editora	183

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modos de operação da ideologia	37
Quadro 2 – Data de origem aproximada de grupos ou organizações católicas no Brasil	95
Quadro 3 – Distribuição da produção de exemplares dos anos 2000, 2001 e 2002 por categorias literárias	130
Quadro 4 – Distribuição de frequência de exemplares vendidos para os programas governamentais de livros (federal, estaduais e municipais) por ano	131
Quadro 5 – Grade para coleta de informações quantificáveis	142
Quadro 6 - Títulos de livros, editoras católicas e ano de sorteio	168

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Esta tese, com base em uma comparação de livros de literatura infantil produzidos por editoras brasileiras laicas e de confissão católica, propõe-se a contribuir com o atual debate sobre a construção social da infância, que é uma das preocupações do Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Idade (Negri), do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, do qual participo desde o mestrado. Portanto, a literatura infantil, aqui, é utilizada para estudo em Psicologia Social, e não em Literatura.

O trabalho se insere, mais especificamente, em uma das linhas de produção de conhecimentos sobre infância do Negri, que contempla os estudos de discursos de mídia, produzidos para crianças e adolescentes ou destinados a adultos, mas cujo tema se refere à infância e à adolescência. Do primeiro grupo fazem parte os trabalhos de Bazilli (1999), Escanfella (1999), Nogueira (2000), Silva (2005), entre outros, que utilizaram a literatura infantil e a literatura didática como instrumento para a compreensão da concepção de infância no Brasil. No segundo grupo encontram-se estudos que analisam como são apresentados no jornal *Folha de S.Paulo* diversos temas relacionados à infância e à adolescência - como sexualidade, gravidez, trabalho infantil e prostituição (Andrade, L.F. 2001; Freitas, 2004; Nazareth, 2004; Andrade, M. P., 2005) e a análise da emergência de uma nova concepção de paternidade associada à concepção de infância na revista *Pais e Filhos* (Rosenbaum, 1998). Além da análise de discursos midiáticos, outros discursos sobre infância e adolescência têm sido objeto de estudo de membros do Negri, como o próprio discurso acadêmico (Calazans, 2000) e relatórios psicológicos judiciais (Bernardi, 2005).

A tese aqui desenvolvida dá prosseguimento a discussões iniciadas durante pesquisa¹ de mestrado (Escanfella, 1999). Naquele momento, já utilizara a literatura

¹ Utilizarei a primeira pessoa do discurso para me referir a procedimentos adotados por mim e a resultados de pesquisa por mim realizada, como estratégia discursiva de não-negação do sujeito pesquisador.

infantil para realizar uma interpretação ideológica da concepção de infância que informa esse gênero literário e contribuir, assim, com a produção de conhecimentos sobre a construção social da infância na sociedade brasileira.

Um dos objetivos do mestrado foi verificar se a literatura infantil brasileira, produzida no período de 1975 a 1994, passara por transformações quando comparada com àquela produzida no período de 1955 a 1975, tendo como referência pesquisa anteriormente realizada na Fundação Carlos Chagas por uma equipe sob a coordenação de Fúlvia Rosenberg (*Pesquisa de 75*)². As transformações que se pretendia apreender diziam respeito à maneira como as formas simbólicas, na literatura infantil, servem para mobilizar sentidos emancipatórios ou para manter relações de dominação de gênero, raça e idade. Nessa ótica, essas três categorias – gênero, raça e idade - serviram de eixo analítico para os estudos realizados por três mestrandas envolvidas na pesquisa. A dimensão de gênero foi analisada por Dione Nogueira; raça, por Chirley Bazilli; e a infância foi analisada por mim. Tanto Nogueira (2001) quanto Bazilli (1999) utilizaram como unidades de análise discursiva a história e o personagem, enquanto eu utilizei como unidades o livro e a história.

Naquele momento, a amostra analisada por mim foi composta de 124 livros editados ou reeditados entre 1975 e 1994. Esses livros eram constituídos por 197 histórias: 93% dos livros possuíam uma única história (colaborando com 58,8% das unidades de análise) e 6,4% eram coletâneas de histórias (colaborando com 41,2% das unidades de análise)³. Bazilli (1999) e Nogueira (2001) constituíram uma subamostra com 41 títulos, cuja primeira edição ocorrera entre 1975 e 1994, e utilizaram como unidade de análise os personagens.

² Essa pesquisa realizada na Fundação Carlos Chagas será denominada aqui de *Pesquisa de 75*.

³ Denominou-se, por convenção, *romance* às histórias que provêm de livros com uma única história, e *historietas* às histórias que provêm de coletâneas.

Bazilli (1999), ao comparar os resultados com a pesquisa de Rosenberg (1985), na perspectiva racial, encontrou tendência similar à do período anterior, sem expressões explícitas de preconceito e discriminação, porém com privilégio de personagens masculinos, adultos e brancos; personagens negros sub-representados numericamente, ocupando posição de menor destaque, com profissões menos valorizadas, se comparadas às de personagens brancos, além de representados, muitas vezes, de forma estereotipada. Segundo a autora, esse fato evidencia que essa literatura privilegia o diálogo com a criança e o jovem branco.

Com relação à categoria de gênero, Nogueira (2000) afirma ter encontrado obras que questionam a hierarquia de gênero e apresentam proposta de convivência igualitária entre homens e mulheres, apesar da presença majoritária de personagens masculinos e da universalização de suas experiências como representação da experiência humana.

Alterações significativas, ao comparar os resultados com a *Pesquisa de 75*, foram identificadas por mim (Escanfella, 1999), ao observar que várias mudanças se processaram à medida que “novos adultos” se responsabilizaram por essa produção com uma profissionalização maior de todo o processo de produção, o que gerou o aumento da participação de editoras laicas e a diminuição da participação das editoras confessionais quanto ao número de unidades de análise (histórias), com implicações na estrutura narrativa e nos conteúdos destinados às crianças. Denominei *laicização da literatura infantil* o processo de diminuição da participação de editoras confessionais na produção de unidades de análise – a história. No período anterior (1955 a 1975), as editoras confessionais respondiam por grande parte das unidades de análise, pois produziam muitas coletâneas.

Sugeri também que a laicização da literatura infantil polarizava o processo de mudança do gênero com implicações na maior profissionalização do setor, no perfil de

editoras, nas alterações no perfil de autores e demais adultos envolvidos nesse processo e nas alterações em aspectos intrínsecos às obras (estrutura das narrativas, temática, espaço, tempo, foco narrativo, etc.) (Escanfella, 1999).

Foi nos livros com uma única história e dirigidos a crianças maiores (púberes) e adolescentes que as mudanças se mostraram mais intensas quanto ao tipo de narrativa dirigida às crianças. Na pesquisa de Rosenberg (1985), foram identificadas muitas historietas com um formato “demonstrativo”, isto é, um princípio moral era defendido ao longo da história, numa típica produção à tese. Esse tipo de produção recuou junto com o recuo de textos históricos e religiosos, e ocorreu um acréscimo de narrativas de ficção científica, aventuras e tramas com temas que tratam da vida cotidiana e de conflitos emocionais. A utilização de recursos narrativos que tornam complexa a trama e geram uma aproximação com o leitor também aumentou, como narração em primeira pessoa, protagonistas e narradores crianças, não-linearidade temporal e maior mobilidade espacial dos personagens durante o desenvolvimento das histórias.

Portanto, sugeri que à medida que o contexto de produção se alterava, com alteração na participação de editoras confessionais e laicas, com a especialização de algumas editoras na produção de livros destinados às escolas, alterações significativas ocorreram na própria estrutura narrativa, com diminuição de textos à tese, implemento de alguns subgêneros literários e tramas mais complexas, contrapondo-se à tendência de análises de conteúdo, no qual se esperam apenas mudanças quanto ao conteúdo explícito das histórias.

Diante desses resultados, afirmei, na dissertação de mestrado, que uma nova concepção de infância informa parte da produção de literatura infantil, o que significa uma relação diferenciada entre adulto (produtor) e criança (leitora). Portanto, transparecia, em parte dos textos analisados, uma concepção de criança leitora que é chamada a participar

da trama, por meio de estratégias discursivas de aproximação com o leitor, como narrativas em primeira pessoa, ou por meio de temas que tratam de questões relacionadas ao dia-a-dia, de dilemas emocionais infantis ou que, indiretamente, envolvem as crianças (como conflitos paternos) e de temas sociais, o que sugere uma concepção de criança cidadã. A aproximação com a criança é realizada também pelo uso de subgêneros textuais mais lúdicos (como aventura, ficção científica, policiais), em detrimento de gêneros cuja estrutura está orientada pela perspectiva pedagógica (como histórias exemplares, textos à tese).

Confirmou-se a proposição de Rosemberg (1985) quanto a ser principalmente por meio dos elementos de produção e da estrutura narrativa que se pode apreender a dinâmica da relação adulto-criança expressa na literatura infantil.

Se, por um lado, observa-se que essas mudanças conferem à concepção de criança uma certa alteridade, na perspectiva de ator social e cidadã, com direito a discutir os problemas sociais e seus próprios conflitos emocionais, bem como os das pessoas que as cercam, por meio de textos menos autoritários e que estimulam a expressão da criança-leitora, por outro lado, observa-se em parte significativa das obras, principalmente naquelas para crianças em fase de início de alfabetização, a manutenção dos velhos padrões, com textos à tese, explicitação de modelo maniqueístas de personagens crianças e tendência à naturalização e universalização da visão de mundo apresentada nas histórias, por meio da indeterminação de tempo e espaço, na medida em que as tramas são apresentadas de forma a-histórica. Evidencia-se assim uma divisão da infância na produção literária infantil, com a manutenção de padrões tradicionais na produção para crianças pequenas.

Pode-se afirmar que ocorre uma convergência de tendências diversas na produção, pois se observa uma penetração de novas concepções de infância, porém com uma ruptura parcial com antigas concepções.

Na pesquisa de mestrado afirmei que ocorrera um aumento da produção laica para crianças e mudanças na concepção de infância que a informa, mesmo com a manutenção de padrões anteriores. Durante o doutorado, esse foi o ponto de partida para escrutinar o que parecia evidente e gerar uma pesquisa exploratória sobre a dimensão laica e religiosa na literatura contemporânea como estratégia para aprofundar a compreensão da construção social da noção de infância brasileira. Trata-se de uma pesquisa exploratória à medida que o tema não foi tratado ainda pelas diferentes áreas de conhecimento que se interessam pela questão. Assim, ao procurar articular campos de conhecimento — estudos sobre religião e estudos sobre infância — verifiquei uma não reciprocidade nos estudos. Em decorrência, estudos sobre religião e literatura infanto-juvenil acabam por não se articularem. Como veremos adiante, a bibliografia de referência internacional sobre literatura e religião é parca, muito recente e não disponível no Brasil. Quanto à brasileira, inexistente. Portanto, a proposta desta pesquisa de doutorado é exploratória porque pioneira. E pioneiros abrem picadas provisórias e tortuosas.

A pergunta de partida: estaria ocorrendo uma laicização da literatura infantil brasileira?

Ao retomar a pesquisa, no doutorado, cuja proposta inicial era entender o processo que denominei “laicização da literatura infantil”, notei, no período após 2000, a intensificação da produção de cunho confessional, produzida por editoras evangélicas, espíritas ou espiritualistas, que, para além do público adulto, buscam seus leitores no público infantil.

Portanto, deparei-me com a contradição. Por vezes, o desejo de ter o caminho de pesquisa facilitado levou-me a fechar os olhos para a literatura infantil das editoras confessionais. Porém, mesmo sendo uma produção minoritária, a riqueza que entrar nessa seara pode trazer à compreensão da concepção de infância na sociedade atual levou-me a rever o tema e a problemática desta tese. Optou-se, então, por desenvolver o tema até o momento desconsiderado em estudos sobre literatura infantil e também não explorado no campo de estudos sobre a infância na atualidade: a produção simbólica para crianças no contexto religioso.

Para tanto, uma das reflexões básicas a sustentar a pergunta que se levou em consideração é que, em decorrência do processo de secularização, as igrejas perderam o controle de instituições jurídicas e a primazia da construção da cultura e da construção de opiniões dominantes, sofrendo, com frequência, críticas à validade de seus princípios por meio das mídias laicas (Martino, 2003). Porém, em contrapartida, a multiplicidade e diversidade de experiências religiosas (Siqueira, 1989) e mediação da religião ampliam a percepção do reencantamento do mundo. Pode-se afirmar que as mídias passaram a representar um espaço específico de construção e circulação de referenciais simbólicos que interessam às religiões (Martino, 2003), o que referenda a tendência da sociedade brasileira de tomar a religião como fonte de legitimação na orientação da vida cotidiana (Pierucci e Prandi, 1998).

Nota-se, pois, um campo de tensão: de um lado a secularização e o recuo do sagrado no ordenamento social; de outro a diversidade de formas de expressão do sagrado e religioso que tentam incorporar adeptos por meio do uso da mídia.

Uma pergunta que pode ser feita refere-se a como isto transparece na literatura infantil laica e religiosa. Nota-se na literatura infantil a mesma tensão relatada por estudos sociológicos da religião?

Ao associar à pergunta inicial — estaria ocorrendo uma laicização da Literatura Infantil — ao contexto religioso finisecular, construí as perguntas gerais desta tese. Foi possível desdobrar a pergunta inicial em três perguntas: 1) Estaria ocorrendo uma diminuição de literatura confessional na produção literária para crianças como sugeri na dissertação de mestrado? 2) Estaria ocorrendo uma reordenação ou diminuição do sagrado na literatura infantil confessional ou laica? 3) Que proximidades e semelhanças podem ser encontradas na concepção de literatura infantil e de infância na produção de editoras laicas e confessionais?

As três perguntas me levaram a tomar uma decisão inicial: comparar a produção de literatura infantil de editoras laicas à de editoras confessionais.

Ao constituir a amostra, com base na seleção randomizada de títulos do universo de livros depositados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, nova questão surgiu: a grande maioria dos títulos sorteados de editoras confessionais era de editoras de confissão católica. Fato que me impediria de fazer afirmações quanto à relação da literatura infantil com o contexto religioso brasileiro mais amplo. Portanto, abriu-se uma dificuldade: como integrar a produção de todas as religiões? A orientação das discussões durante o exame de qualificação foi que focalizasse a pesquisa na produção católica, religião que, apesar da perda contínua de fiéis declarados, continua majoritária no Brasil (Pierucci, 2004b), além de ser a religião mais estudada. Para uma iniciante em estudos de religião, foi orientação judiciosa. Portanto, esta tese irá proceder a uma análise comparada e exploratória de livros de literatura infantil publicados por editoras laicas e católicas no período de 1976 a 2000.

O primeiro sorteio citado acima indica que as editoras católicas têm uma participação majoritária na produção de literatura infantil de autores brasileiros, quando comparada com a produção de editoras de outros credos, além de ser um indicador da hegemonia da religião católica no cenário nacional ainda hoje, confirmando que, entre as

diversas religiões, a católica ainda é a majoritária e hegemônica no Brasil, apesar do permanente declínio numérico de seus fiéis observado nos últimos censos (Pierucci, 2004b), o que lhe permite exercer um poder considerável tanto na política como no imaginário nacional.

Ao recortar este objetivo, desenvolveu-se também o campo de diálogo no plano do conhecimento, bem como sua hierarquia na construção da tese. Para a construção desta tese, mostrou-se adequado me apoiar na reflexão sobre mediação da cultura moderna, no conceito de ideologia e na metodologia da Hermenêutica de Profundidade (HP), conforme os define John B. Thompson (1998, 1999).

Assim, o campo teórico da tese apoiou-se na teoria de Thompson (1998, 1999) e também nos estudos sobre infância que propõem novos paradigmas para se compreender a construção social da infância (capítulo 1).

Thompson (1998) propõe um sistema teórico de explicação social que reconhece a importância dos meios de comunicação de massas na estruturação social e, conseqüentemente, nas relações de poder inerentes aos processos sociais, com ênfase no conceito de ideologia, que, em linhas sintéticas, o autor define como o uso de formas simbólicas que podem constituir, reproduzir e manter as relações assimétricas de poder instituídas socialmente.

O autor propõe para o estudo de formas simbólicas uma metodologia específica, a Hermenêutica de Profundidade (HP), que deve ser aplicada em três fases: reconstrução das condições e do contexto sociohistórico de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, análise formal ou discursiva, interpretação e reinterpretação. Para tanto, adota um enfoque tríplice, pois leva em consideração a ruptura entre produção e recepção: análise sociohistórica da produção/transmissão, construção da mensagem, e análise sociohistórica da recepção (Thompson, 1998). A incorporação da HP acarreta uma

estrutura não ortodoxa da tese na divisão dos capítulos (primeiro capítulo, fundamentação teórica e metodológica; segundo capítulo, análise sociohistórica; terceiro capítulo, análise discursiva).

Vários autores contribuíram para a revisão da bibliografia sobre infância, entre eles vale destacar Pinto (1997), Becchi (1998), James e Prout (apud Montandon, 1998), Montandon (1998), Sirota (1998), Qvortrup (2000), Woodhead, (2000), Steinberg e Kincheloe (2001), Jenks (2002), Rosemberg (2003). Ao rever a bibliografia sobre a infância evidencia-se a sistematização de um novo paradigma de estudos, que problematiza e coloca em xeque os antigos pressupostos que informam diversas pesquisas e teorias sobre infância, de diversas áreas do conhecimento.

As principais afirmações desse novo paradigma, que passaram a informar a realização de pesquisas, a sistematização de resultados e a elaboração teórica, referem-se: 1) à defesa da compreensão da infância como uma construção social, refutando a concepção da infância como um dado natural; 2) à análise da infância como uma categoria analítica que estrutura a sociedade, em sua dimensão assimétrica com outros grupos etários, numa complexa teia de relações com outras assimetrias como as de classe, gênero e raça; 3) à concepção de infância como ator social, que contribui para a construção de seu mundo e do mundo adulto, rompendo com a concepção de infância como ser passivo e garantindo às crianças os direitos à liberdade, como um dos aspectos próprios da garantia de cidadania.

Com base nas reflexões atuais do campo de estudos sobre a infância, diversas alterações têm sido engendradas no universo acadêmico, tais como: a revisão da postura ética nas pesquisas com crianças, sobre crianças ou sobre conteúdos e práticas a elas dirigidos; ampliação do leque temático de estudos sobre infância, incorporando, por exemplo, seu cotidiano no rol dos temas a serem pesquisados. Porém uma alteração que

muito nos interessa nesta tese é a intensa discussão em torno do conceito de socialização, concebido nas teorias como processo de mão única entre adultos e crianças, de uma forma a inculcar os valores e as práticas adultas, sem a possibilidade de participação reflexiva e crítica das crianças envolvidas. Para utilizar um termo de Habermas (2003), teorias e práticas sociais (incluindo as instituições) concebiam a socialização como um processo de educação para a heteronomia, e não para a autonomia. Ao mesmo tempo em que se concebia a infância nessa perspectiva autoritária, se desconsiderava sua participação ativa no próprio processo socializador, em outras palavras, não se reconheciam práticas infantis de socialização entre pares, nem suas práticas de socialização de adultos.

Adotando a metodologia proposta por Thompson, o próximo passo foi realizar a análise de conteúdo sociohistórico de produção das formas simbólicas sob análise (livros de literatura infantil de editoras católicas e laicas). O conteúdo, que compõe o Capítulo 2, levou-me a um diálogo com dois campos de conhecimento: estudos sobre religião e sobre literatura infantil.

Nova escolha precisou ser efetuada quanto aos recortes nos estudos sobre religião: optei pela sociologia da religião (Concone, 1995; Prandi, 2001, ; Pierucci, 1998, 1999, 2004; Novaes, 2004; Azevedo, 2003, 2004; Souza, 2004), disciplina que vem ganhando expressão no Brasil (Pierucci, 1999), pois no estágio atual de sistematização do conhecimento, não encontrei apoio para as questões que interessam para a construção desta pesquisa, como, por exemplo, a articulação entre religião e mídia (Della Cava e Montero, 1991; Martino, 2003; Semán, 2003).

No campo dos estudos sobre literatura infantil, os apoios vieram especialmente de Bravo-vilassante, 1977, Coelho (1981), Ewers (1998), Perrotti (1986, 1990), Rosemberg (1976, 1977, 1985), Lajolo (1988, 2002), Lajolo e Zilberman (1999, 2001, 2002), Zilberman (1987, 1990, 1997, 2001), e de minha dissertação de mestrado, que serviu de

ponto de partida conforme descrito anteriormente. Porém, além da revisão sobre literatura infantil, entrevistei pessoas responsáveis pela editoria de literatura infantil de editoras católicas.

Ao pensar a pesquisa também como uma prática social e o universo acadêmico como um “espaço” social institucionalizado, percebe-se que as mudanças em torno da concepção de infância têm sido enfrentadas e assimiladas na produção de conhecimento de diversos pesquisadores de diversas áreas. Porém, o mesmo pode não ocorrer sincronicamente em outras instituições e nas diversas práticas sociais dirigidas às crianças. Pode-se perguntar: A Igreja Católica pode ser uma das instituições refratárias à concepção de infância como ator social, pois esta levaria inevitavelmente a uma reconceitualização da concepção de socialização, que passaria a ser entendida como processo de mão dupla, exigindo o rompimento da concepção de socialização como inculcação - de mão única - dos valores, das concepções e das práticas adultas? Ou ainda, em razão da diversidade de tendências no bojo do catolicismo, seria possível levantar a hipótese de encontrar um cenário mais complexo com diversidade de posições explícitas ou implícitas na produção de literatura infantil produzida pelas diversas editoras católicas?

Estas perguntas nortearam a tese, pois os adultos envolvidos na produção literária para crianças (de editoras católicas ou laicas) além de fornecerem às crianças uma representação da vida humana e social baseada na imagem de infância e dos conteúdos que a ela devem ser dirigidos, por meio da literatura infantil, estabelecem concretamente uma relação com a criança leitora (Rosemberg, 1985; Escanfella, 1999).

Pode-se afirmar que o processo de socialização mediado pela literatura infantil pode ser analisado de três perspectivas diferentes: a) como relação entre adultos produtores e crianças leitoras, que em sua dimensão de produção é unidirecional; b) como representação do mundo e de suas relações sociais, que pode implementar concepções e

práticas de socialização unidirecional ou interativas; c) como estratégia de manutenção do *status quo*, portanto, das diversas assimetrias que constituem a sociedade, como de classe, gênero, raça e idade com base na socialização para o futuro, ou como possibilidade de reflexão crítica.

É importante salientar, apoiada em Perrotti (1986) e em Escanfella (1999), que muitas obras literárias para crianças apresentam inovações temáticas, abrem espaço para a aproximação com o leitor, mas não conseguiram abrir mão totalmente da postura utilitária, e por isso apresentam discursos racionais em defesa de novos princípios e valores, em um utilitarismo às avessas, conforme nomeia Perrotti (1986) essa tendência.

Portanto, vale salientar que não se postula aqui a ingênua ausência de valores ou visão de mundo, mas se discute a forma como são apresentados, isto é, quais concepções de infância e socialização informam a produção literária para crianças.

Nessa perspectiva, a literatura infanto-juvenil pode mobilizar e disponibilizar sentidos que visam criar e manter a assimetria entre adultos e crianças, apoiada numa concepção de socialização tradicional, em que crianças são vistas como seres passivos e objetos de um processo de inculcação de valores do mundo adulto, e não como atores sociais, sujeitos ativos que participam e interferem nas definições da vida social. Dessa forma, a concepção de socialização, atualizada no universo simbólico da literatura infantil, seria ideológica, pois estaria a serviço da manutenção das assimetrias entre adultos e crianças.

O Capítulo 3, seguindo a proposta metodológica adotada, é dedicado à análise discursiva e à proposta de interpretação dos 30 livros nacionais de literatura infantil, sorteados do depósito legal da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (sendo 15 de editoras laicas e 15 de editoras católicas). Assim, foram comparados 30 livros, com primeira edição entre 1976 a 2000, selecionados de forma randômica do universo de livros do depósito

legal efetuado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O capítulo encontra-se composto por duas subpartes: descrição dos procedimentos metodológicos e análise discursiva, com base na adoção de técnicas de análise de conteúdo descritivas e interpretativas.

CAPÍTULO I

CAPÍTULO 1 – TEORIA: INFÂNCIA, SOCIALIZAÇÃO E IDEOLOGIA

O objetivo deste capítulo é apresentar a discussão teórica que fundamenta a construção desta tese. As bases teóricas desta tese que possibilitaram à construção do objeto e à adoção de uma abordagem metodológica que respaldaram a interpretação dos resultados foram fornecidas pela teoria de John B. Thompson (1998, 1999) e pelos novos estudos sobre infância. Ambos os apoios teóricos não se encontram no mesmo nível de elaboração. Thompson (1998, 1999) oferece um sistema teórico e metodológico, enquanto os novos estudos sobre infância se apresentam ainda em momento de ruptura paradigmática. Complementarei o tópico inicial da revisão teórica com base em Thompson (1999) com alguns elementos da teoria de Habermas (2003).

Iniciarei com a apresentação de aspectos da teoria de Thompson que estão estreitamente vinculados aos pressupostos teóricos adotados nesta pesquisa e que contêm em si uma possibilidade promissora de sistematização da tese.

A seguir serão apresentadas as bases em que se apóiam o novo paradigma teórico para estudos sobre infância e a crítica aos antigos paradigmas que informavam a produção teórica, com ênfase na discussão em torno do conceito de socialização infantil.

Para finalizar, será apresentada uma pequena sistematização sobre o objeto de análise com base nas discussões teóricas realizadas ao longo do capítulo.

1.1 A TEORIA DE JOHN B. THOMPSON

Se Thompson tem sido o autor cujo conceito de ideologia e metodologia da HP nós, participantes do Negri, tomamos de empréstimo para a realização de estudos sobre a produção de sentido, que podem instituir ou sustentar relações assimétricas de raça, idade e gênero, isso não se deve apenas ao fato de ele resgatar o uso do conceito de ideologia em

seu sentido crítico e permitir que, por meio de análises, se sistematize como e quais formas simbólicas atuais constroem ou reforçam as relações de poder nas áreas de interesse do Negri. Para além dos aspectos metodológicos de como lidar com a análise da cultura e da ideologia, interessa sua discussão e sua teoria sobre como as sociedades modernas são estruturadas, a importância da mídia nesse processo e a concepção de sujeito que postula.

Portanto, Thompson (1998) presta um valioso auxílio nas discussões sobre as questões ontológicas realizadas no Negri e fornece uma grande contribuição sobre como aplicar a teoria sobre mediação da cultura moderna e ideologia em uma análise prática das formas simbólicas. A relação entre teoria e prática por ele construída apóia-se no princípio de que a aplicação de um método de pesquisa somente se sustenta em uma teoria, no caso específico, sobre a sociedade.

1.1.1 MIDAÇÃO DA CULTURA MODERNA

Para a construção de uma teoria sobre as sociedades modernas, Thompson em *Ideologia e cultura moderna* postula a centralidade da

... mediação da cultura moderna – isto é, as maneiras como as formas simbólicas, nas sociedades modernas, tornaram-se crescentemente mediadas pelos mecanismos e instituições da comunicação de massa... (1998, p. 104).

Nesse texto, o autor afirma que a produção e a reprodução das formas simbólicas encontram-se cada vez mais mediadas pelos meios de comunicação de massas. A discussão que apresenta para elaborar uma teoria social e política das sociedades modernas considera não apenas a importância das mídias, mas a toma como um elemento central.

No livro *A mídia e a modernidade*, Thompson revê o argumento da centralidade dos meios de comunicação por considerá-lo muito pretensioso, porém continua afirmando que o “desenvolvimento da mídia vem entrelaçado de modo fundamental com as principais transformações institucionais que modelaram o mundo moderno” (1999, p. 9), e se propõe

a traçar as principais mudanças que desembocaram no que ele denomina de “organização social do poder simbólico” (1999, p.12) e suas conseqüências para a sociedade. Como em seu trabalho anterior, Thompson questiona o fato de muito dos teóricos sociais não terem se atentado para a importância da mídia, seja pela suspeição quanto ao seu caráter efêmero e superficial, seja pela fidelidade ao legado das teorias clássicas da Sociologia, que desconsideraram o papel do desenvolvimento dos meios de comunicação para a sociedade moderna. De acordo com Thompson, as teorias clássicas associam a dinâmica cultural típica da sociedade moderna ao processo de racionalização e secularização, que eliminaria os mitos e as superstições.

Para Thompson, no entanto, o desenvolvimento dos meios de comunicação criou “novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo” (1999, p.13) e novas formas de exercer o poder, pois, para além da interação face a face, desenvolveram-se mecanismos de interação mediada e quase-mediada, que transformaram a organização espacial e temporal da vida social, além de poderem ser experimentadas desarticuladas do compartilhamento local, apesar de poderem ser recebidos e entendidos na perspectiva local, pois são interpretados por sujeitos que vivem em contextos específicos, fato que não pode ser desconsiderado.

Se, por um lado, o autor valoriza o poder da mídia ao afirmar que ela tem exercido uma influência significativa na formação do pensamento político e social, por outro, evita os excessos ao evidenciar que não é possível estudar o desenvolvimento dos meios de comunicação e seus impactos desconsiderando os outros processos históricos e sociais mais amplos. Para Thompson (1999), as características do mundo moderno resultaram de transformações institucionais que se iniciaram no último período da Idade Média e início da era moderna, como mudanças econômicas (transformação do feudalismo em

capitalismo) e mudanças políticas (redução e reagrupamento das numerosas unidades políticas em estados-nações, que passaram a concentrar o monopólio do uso legítimo da força em seu território). De acordo com Thompson (1999), sobre essas transformações há uma farta e vasta bibliografia, com base nos estudos de Marx e Weber, porém menos evidente têm sido as discussões em torno das mudanças do que ele denomina de domínio cultural, pois enquanto para Marx o modo capitalista levaria à desmistificação do mundo, em Weber, que apesar de ter conferido mais atenção ao desenvolvimento do domínio cultural, a racionalização e o desencantamento do mundo, que decorreriam das mudanças que se engendraram, são temas controvertidos e de difícil demonstração.

Thompson (1999) propõe, ao invés de focar as mudanças que se processaram quanto aos valores, crenças, atitudes, como é comum na bibliografia que explora a questão, colocar em evidência as transformações que se processaram na produção e circulação das formas simbólicas, a partir das quais uma mudança cultural sistemática foi implementada. Por exemplo, o sentimento de identidade nacional, que acompanha o desenvolvimento dos estados-nações, encontra-se articulado ao desenvolvimento da mídia que possibilitou a divulgação rápida e sistemática de idéias e símbolos nacionais.

Segundo Thompson (1999), três mudanças teriam ocorrido quanto à reorganização do poder simbólico, duas das quais fartamente discutidas pela Sociologia e História. A primeira diz respeito à mudança do papel que as instituições religiosas mantiveram na Idade Média quanto ao monopólio e difusão de símbolos religiosos que. No início da formação dos estados europeus, a Igreja Católica continuou a exercer uma influência significativa por meio de alianças entre as elites religiosas e políticas, além do papado exercer um certo grau de arbitragem entre os governantes. Porém, com o fortalecimento dos estados, sua influência foi minimizada. Outro fator que concorreu para o abalo do

poder da Igreja Católica foi o advento do protestantismo, que dividiu a autoridade religiosa quanto ao poder político e à divulgação de estilos de vida e bens simbólicos e culturais.

A segunda mudança, que acompanhou essa primeira, foi a crescente expansão de sistemas de conhecimento e instrução secularizados, que se libertaram da tradição religiosa, para o qual concorreu o desenvolvimento das ciências, que gerou a formação de sociedades literárias, mudanças no currículo universitário e nas escolas.

A terceira mudança, sob a qual reside o eixo argumentativo do Thompson (1999), foi a mudança da escrita para a impressão, com o conseqüente desenvolvimento da mídia. Tanto a Igreja quanto os estados tentaram de algum modo controlar os novos centros de poder simbólico, porém isso ocorreu sempre de forma limitada. Thompson observa que, desde o início do século XIX, três tendências podem ser observadas no desenvolvimento das indústrias de mídia: “1) a transformação das instituições da mídia em interesses comerciais de grande escala; 2) a globalização da comunicação; 3) o desenvolvimento das formas de comunicação eletronicamente mediadas” (1999, p. 73).

Um aspecto relevante para esta tese apresentado por Thompson (1999) diz respeito ao impacto do desenvolvimento das mídias para os conteúdos simbólicos tradicionais. Segundo o autor, as novas mídias não destruíram aos conteúdos tradicionais, mas ampliaram a forma dos sujeitos as vivenciarem para além das experiências face a face, pois os sujeitos podem experimentar tradições de sua própria cultura ou de outras culturas por meio de relações mediadas e quase-mediadas. A tradição teria se libertado das limitações das interações face a face, teria de desritualizado, perdendo a ancoragem que existia nas práticas cotidianas. Porém Thompson (1999) argumenta que é possível que as tradições estejam sendo transformadas ou “desalojada” de sua relação com as práticas locais ao serem veiculadas pelas mídias, sofrendo novas ancoragens ao serem relacionadas a conteúdos simbólicos de outras tradições.

Para finalizar este tópico, irei apresentar uma reflexão sobre a importância da linguagem na sociedade com base em Habermas¹. Para tanto, apresentarei alguns elementos da pragmática discursiva de Habermas e os conceitos de heteronomia e autonomia definidos por ele.

De acordo com Siebeneichler (2003) e Kyian (2005), Habermas, filiado à perspectiva filosófica de busca da emancipação humana e pautado na análise da sociedade atual por ele denominada de pós-metafísica, atribui à filosofia um papel crítico diante dos sistemas de conhecimento (ciência, senso comum, religião etc.), por meio de uma análise do uso da linguagem realizada nessas esferas. O papel da filosofia deixaria de ser o de juiz da razão, e passaria a ser o de mediadora entre a esfera do cotidiano e a da produção do conhecimento, por meio da análise racional de seus discursos (Siebeneichler, 2003). Para Costa (2002), o critério de verdade, de acordo com Habermas, deixa de ser buscado na relação entre enunciados e fato concreto, e passa a ser resgatado na ação comunicativa, na argumentação plausível que tende ao consenso discursivo entre os pares.

É possível assinalar diversas semelhanças entre as teorias de Thompson (1998) e de Habermas, pois ambos se filiam à tradição crítica do pensamento ocidental, entendem a sociedade como um palco de conflitos sociais, concebem os sujeitos como seres ativos, e a produção de conhecimento científico como uma das instituições, dentre outras, que produz conhecimento e que precisa dar provas argumentativas do que postula, possibilitando o debate entre os pares.

¹ Após a banca de qualificação, a partir de sugestão do Prof. Dr. Ciampa, ponderei sobre a adequação da teoria de Habermas para esta tese. Ao constatar sua pertinência, decidi pela utilização de alguns aspectos de sua teoria. No entanto, diante da complexidade de seus textos e do pouco tempo para compreender em profundidade seu pensamento, utilizarei alguns textos de outros autores que realizaram síntese de seu pensamento. Portanto, este é um exercício inicial de aproximação com a complexa teoria de Habermas e a apropriação de alguns de seus elementos.

Para Habermas, os conflitos de interesses se manifestam no uso da linguagem. Ele não exclui outras formas de manifestação dos conflitos, porém seu interesse recai sobre o domínio da linguagem, já que a produção de conhecimento seja científico, senso comum ou religioso se dá acima de tudo mediado pelas práticas discursivas.

No uso da linguagem, para Habermas (apud Siebeneichler, 2003; Kyian, 2005), ocorreria uma tendência estimulada socialmente para que os grupos ou indivíduos ajam lingüisticamente de forma estratégica com o objetivo de convencer o outro, sem de fato se propor a uma relação dialógica diante do conflito, e, assim, evitar agir de forma comunicativa com o objetivo de construir o consenso.

A partir do discurso estratégico próprio de diversas instituições, privilegia-se a formação da identidade dos indivíduos de forma heterônoma, isto é, a partir de normas criadas por outrem, as quais os indivíduos ou aceitam sem contestação ou refutam, negando-se a se apropriar de seus conteúdos de forma crítica, com renúncia, em ambos os casos, ao uso crítico da razão. Se, em alguma medida, a transmissão das normas e valores sociais ocorre de forma heterônoma, ao estimular a formação para agir de forma heterônoma, dificulta-se a formação de sujeitos autônomos.

A formação de sujeitos autônomos só seria possível, segundo Habermas (2003) por meio do agir comunicativo, que implica no uso da razão e da fala argumentativa, que possibilitam a apropriação crítica e emancipatória de conteúdos em conflito, sem, no entanto, se apoiar ou fazer concessão para qualquer discurso autoritário e dogmático (Habermas, 2003).

Para Habermas (2003), a heteronomia, na ação, implica que o sujeito está orientado por normas criadas por outrem; a autonomia implica em ação orientada por “princípios de justiça” (p. 202).

À heteronomia, isto é, à dependência de normas existentes, opõe-se a exigência de que o agente, ao invés de validade social de uma norma, erija ao contrário a sua validade em

princípio de determinação do seu agir. Com esse conceito de autonomia, o conceito da capacidade de agir responsabilmente também se desloca. A responsabilidade torna-se um caso especial da imputabilidade; esta significa a orientação do agir em função de um acordo representado de maneira universal e motivado racionalmente — age moralmente quem age com discernimento. (Habermas, 2003, p. 196)

A partir da perspectiva pós-metafísica do pensamento ocidental, Habermas analisa a presença da religião na sociedade atual e afirma que nenhum discurso racional pode substituir ou eliminar a religião, cujos discursos são apresentados como questão de fé. E que, a partir da tensão entre discurso argumentativo e discurso religioso, seria possível que os conteúdos salvíficos próprios da religião pudessem ser apropriados de forma crítica pela sociedade laica, pois contém uma potência emancipatória. O agir comunicativo possibilitaria a apropriação de alguns dos conteúdos religiosos, em conflito com a lógica racional, de forma crítica (Kyian, 2005).

A possibilidade de transformações e novas ancoragens de significados simbólicos religiosos tradicionais por meio de sua divulgação pelos meios de comunicação de massa, seja como possibilidade emancipatória ou como formas simbólicas ideológicas, seja contribuindo para a formação autônoma ou heterônoma das crianças, será aprofundada nos capítulos seguintes ao abordar a forma como os conteúdos simbólicos religiosos continuam presentes na sociedade e têm sido explorados pelas mídias, e como a Literatura Infantil tem servido de espaço de manutenção de diversos conteúdos simbólicos alijados do repertório adulto, mas que encontram na produção literária para crianças um novo espaço de permanência e transformação.

1.1.2 IDEOLOGIA

Com agudo senso histórico para elaborar sua teoria social e política, Thompson (1998) se apóia em conceitos e teorias do passado, revistos com base na sociedade atual. Ao considerar que a sociedade se estrutura com base em relações de dominação, retoma o conceito de ideologia em sua dimensão crítica e discute seu papel nas sociedades modernas em sua relação com a importância dos meios de comunicação.

Thompson (1998) sistematiza as teorias sociais e políticas das sociedades modernas que utilizam o conceito de ideologia em dois grupos: a de “uma grande narrativa da transformação cultural” e “a teoria geral da reprodução social organizada pelo Estado e legitimada pela ideologia” (Thompson, 1998: 104).

Quanto à primeira, ele questiona o fato de

... ao caracterizar as transformações culturais relacionadas ao surgimento das sociedades industriais modernas primariamente em termos dos processos de secularização e racionalização, essa teoria minimiza a importância [do que Thompson chamou] de mediação da cultura moderna (Thompson, 1998: 113),

isto é, seus defensores não percebem que um conjunto de instituições é criado para produzir e fazer circular de forma massiva os bens simbólicos. Além disso, o termo “ideologia” é usado nessas teorias de forma generalizada, como todo sistema de idéias e crenças que substituem as explicações míticas e religiosas de mundo. Assim, esse termo é usado de forma neutra, em virtude da dissolução do elo entre ideologia e dominação.

Quanto às teorias de reprodução social, afirma que, preocupadas com a análise das condições sociais de legitimação e reprodução das sociedades em geral e da capitalista em particular, elas pressupõem uma adesão consensual dos sujeitos aos valores e às crenças que garantem a manutenção do *status quo*.

Nessa concepção, a ideologia é concebida como “cimento simbólico”, que, incorporando as pessoas de todos os grupos sociais à sua ordem, ajuda a reproduzir o

sistema de acordo com os interesses dos grupos dominantes. Thompson questiona essa concepção, pois, para ele, a maneira como as formas simbólicas servem para sustentar relações de dominação são mais complexas do que essa teoria propõe por meio da uniformização de crenças e valores. Thompson (1998) parte de evidências de dissenso, do conflito, da insatisfação dos sujeitos sociais em relação ao sistema social.

Opondo-se a teorias que enfatizam o consenso, Thompson afirma que a reprodução da ordem social não exige consenso, e que os conflitos também contribuem para a estruturação/reprodução da ordem social. Dessa maneira, o sistema permite a existência do conflito, que serviria “para prevenir a formação de um movimento efetivo de oposição” (1998, p.122).

Outro aspecto questionável para Thompson é que, para os teóricos da reprodução social, o grande agente responsável pela produção e reprodução da ideologia seria o Estado, seus órgãos e funcionários, atribuindo um papel menor para instituições privadas.

Nessa concepção, os meios de comunicação de massa são tratados de forma periférica, como se o contexto em que as atividades dos Estados, dos governos e de suas organizações e seus funcionários realizam-se não fosse constituído, também, pelas instituições e pelos mecanismos de comunicação de massas.

Para Thompson,

... as atividades dos estados e governos, de suas organizações e funcionários, têm lugar dentro de uma arena que é, até certo ponto, constituída pelas instituições e mecanismos da comunicação de massa. Os meios de comunicação de massa não são, simplesmente, um entre muitos mecanismos para a inculcação da ideologia dominante; ao contrário, esses meios são parcialmente constitutivos do próprio fórum em que as atividades políticas acontecem nas sociedades modernas, o fórum dentro do qual e, até certo ponto, com respeito ao qual os indivíduos agem e reagem ao exercer o poder e ao responder ao exercício de poder de outros (1998, p. 128).

Outro questionamento quanto à teoria da reprodução social diz respeito à concepção de ideologia apenas como instrumento de manutenção das relações de classe,

sem levar em consideração as outras assimetrias de poder que participam da sociedade, como gênero, raça, idade, etc.

Uma abordagem explicativa sobre as sociedades modernas que contempla, de alguma maneira, a importância da comunicação de massas é a elaborada pelos teóricos da Escola de Frankfurt, com sua discussão sobre a indústria cultural (Adorno e Horkheimer). Porém, para Thompson, essa abordagem também é insuficiente. Um aspecto significativo da teoria crítica desses autores diz respeito à concepção de receptor, entendido como passivo, facilmente manipulado e forçado a aceitar o *status quo*.

Ao evidenciar a importância da mídia na estruturação das sociedades, Thompson (1998) retoma o sentido crítico de ideologia, como instrumento para entender como as formas simbólicas que se articulam com as relações de dominação. Ele considera formas simbólicas toda ação, fala, imagem e texto que são socialmente reconhecidas como construções significativas, podendo, portanto, ser verbais, não verbais ou mistas, desde que mobilizem sentidos. Dominação, para ele, é qualquer relação de poder assimétrica.

Com base nisso, Thompson define ideologia como “sentido a serviço do poder” (1998, p. 16), isto é, como sentido

... mobilizado a serviço dos indivíduos e grupos dominantes, isto é, as maneiras como o sentido é construído e transmitido pelas formas simbólicas e serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações estruturadas das quais alguns indivíduos e grupos se beneficiam mais que outros, e que alguns indivíduos ou grupos têm um interesse em preservar, enquanto outros procuram contestar (Thompson, 1998, p. 96).

Thompson não nega que a ideologia se constrói e se mantém também por formas concretas, porém ao enfatizar a importância da comunicação de massas para a estruturação das sociedades modernas, sua ênfase recai sobre as formas simbólicas que constituem e mantêm relações de poder. Como o que interessa nesta tese são as formas simbólicas mobilizadas por meio da literatura infantil, seu aporte teórico é pertinente e suficiente.

Quadro 1 - Modos de operação da ideologia

<i>Modos gerais</i>	<i>Algumas estratégias típicas de construção simbólica</i>
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandarização ² Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro
Reificação	Naturalização Eternalização Nominalização/passivização

Fonte: Thompson (1998, p. 81)

Além disso, Thompson (1998) pondera que os fenômenos simbólicos não são ideológicos em si, por isso devem ser analisados em relação a contextos sociohistóricos específicos, situados temporal e espacialmente, sem universalizar ou generalizar resultados.

Para apreender a ideologia presente nas formas simbólicas, Thompson (1998) traça um panorama geral das maneiras como o sentido pode servir ao poder, relacionando modos gerais e estratégias típicas de construção simbólica (quadro anterior), que podem ser utilizados de forma independente ou articuladas entre si.

Por “legitimação” entende-se a apresentação das relações de dominação como justas e dignas de apoio, baseada em “fundamentos racionais (que fazem apelo à legalidade de regras dadas), fundamentos tradicionais (que fazem apelo à sacralidade de tradições imemoriais) e fundamentos carismáticos (que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade)” (Weber, 1978 apud Thompson, 1998, p.82). A *legitimação* pode ser expressa por meio da *racionalização* (argumentos racionais que justificam as relações com o objetivo de persuadir, obtendo apoio), da *universalização*

² O termo assim utilizado aqui – “estandarização” - segue a tradução apresentada no livro *Ideologia e Cultura Moderna*, realizada pelo Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS, sob responsabilidade do Prof. Pedrinho Guareschi.

(interesses de alguns apresentados como de todos), da *narrativização* (eternizam-se as tradições por meio de histórias).

A *dissimulação* seria a ocultação, a negação ou o obscurecimento das relações de dominação e processos existentes, por meio do *deslocamento* (conotações positivas ou negativas de algo ou alguém são transferidas para outra pessoa, utilizando o mesmo termo que designava o primeiro objeto ou pessoa), da *eufemização* (desperta-se uma valoração positiva, descrevendo ou redescrivendo favoravelmente ações, instituições ou relações sociais) e do *tropo* (utilização de figuras de linguagem, como sinédoque, metonímia, metáfora).

A *unificação* é o processo pelo qual se cria uma identidade coletiva, independentemente das diferenças individuais e sociais, por meio da *standardização* (padronização das formas simbólicas, por exemplo, língua nacional) e da *simbolização da unidade* (construção de símbolos de unidade).

A *fragmentação* significa a segmentação de indivíduos e grupos que podem representar um desafio aos grupos dominantes. Ela ocorre por meio da *diferenciação* (ênfatisando as diferenças entre pessoas e grupos, apoiando a desunião) e do *expurgo do outro* (criando um inimigo interno ou externo).

A *reificação* é concebida como a tendência a retratar processos como coisas, retirando-lhes o caráter transitório e histórico, imprimindo-lhes, ao contrário, uma dimensão permanente, natural e atemporal. A *reificação* processa-se por meio da *naturalização* (tornando natural o que é histórico) e da *eternalização* (esvaziando o caráter histórico, as coisas passam a ser apresentadas como permanentes e imutáveis). A *reificação* também pode ocorrer por meio “de vários recursos gramaticais e sintáticos, tais como a *nominalização* e a *passivização*” (p.88), retirando o caráter de ação dos acontecimentos e de seus agentes.

Com base na seleção de alguns aspectos da teoria formulada por Thompson, pode-se realizar uma síntese de alguns postulados ontológicos com ele compartilhados, sem, no entanto, esgotar a discussão. Entende-se, nesta tese, que a sociedade é palco de conflitos e relações assimétricas de poder de classe, raça, gênero e idade, que o sujeito é ativo e que mantém a capacidade de, em alguma medida, contrapor-se ao *status quo*, que a ideologia é um entre outros mecanismos que concorrem para estabelecer e sustentar essas assimetrias de poder e que as mídias têm um papel central na construção e reprodução do universo simbólico, ideológico ou não. Portanto, não é possível estudar as relações de dominação sem estar pautado em uma teoria social que busque compreender a natureza e o desenvolvimento da comunicação de massas; em outras palavras, que afirme a importância central das mídias na construção da sociedade moderna.

1.1.3 Hermenêutica de Profundidade (HP)

Após ter apresentado os principais pressupostos teóricos que norteiam este trabalho, tomados de empréstimo de Thompson, passarei a discutir a sistematização apresentada por ele para o uso prático desses postulados que articulam o conceito de cultura, ideologia e comunicação de massas.

Para a análise prática das formas simbólicas, Thompson propõe que se utilize a HP, levando em consideração que o objeto simbólico cultural em questão exige interpretação, tem uma estrutura interna, é produzido em um contexto social e apresenta inter-relações entre seus significados e o poder. Dessa forma, observa-se uma compatibilidade metateórica entre os novos estudos sobre infância e ideologia, como será apresentado adiante.

Para Thompson (1998), o texto é uma construção significativa (como as outras formas simbólicas), por isso seu estudo exige um processo de compreensão e interpretação,

mais que uma simples análise formal. Ele propõe articular as tradições de análise interpretativa hermenêutica com a análise formal.

Thompson chama a atenção para o fato de todas as áreas científicas suscitarem problemas de interpretação. Aponta, no entanto, para uma diferença típica das investigações sociais: nelas o objeto é pré-interpretado, pois é construção sociohistórica; é campo-objeto e campo-sujeito. Deve-se levar em consideração que o campo-objeto foi construído e pode ter sido objeto de interpretação dos sujeitos que o construíram. Semelhante à ação de um cientista, os sujeitos compreendem, interpretam a realidade e agem de acordo com suas reflexões.

Pode-se apreender da discussão de Thompson que as teorias e os conhecimentos produzidos pela ciência são mediados por instituições sociais, isto é, socialmente, as teorias que utilizamos para ler as outras instituições sociais são também construídas em um processo sociohistórico. Pode-se apreender, portanto, que nem sempre mudanças no repertório teórico correspondem às mudanças em outras instituições sociais. Retomarei essa questão ao discutir as teorias sobre infância.

O autor salienta a importância da interpretação da *doxa*, isto é, “uma interpretação das opiniões, crenças e compreensões que são sustentadas e partilhadas pelas pessoas que constituem o mundo social” (Thompson, 1998, p. 364), levando em conta os significados que produtores e receptores atribuem às formas simbólicas no cotidiano, o que permite não cair na falácia de que os receptores são passivos, reconhecendo-os como sujeitos ativos. Propõe ir além da hermenêutica da vida cotidiana, pois afirma que não basta a análise da *doxa* dos produtores e receptores, afinal os sujeitos são também construídos em condições sociais e históricas específicas.

Assim, ele afirma que os seres humanos partilham tradições culturais historicamente construídas e que atribuem significado aos conteúdos novos, relacionando-

os aos antigos. O autor nomeia esses significados de “tradições antigas de resíduos”, e afirma que eles podem esconder ou mascarar o presente, merecendo, por isso, análise posterior. Para ele, o enfoque da hermenêutica para a análise da ideologia afirma-se ao estabelecer esse espaço de análise.

Assim, Thompson delinea um referencial metodológico para o estudo das formas simbólicas e, em seguida, adapta esse enfoque aos objetivos da análise da ideologia e da comunicação de massa, tentando elaborar no nível metodológico a concepção estrutural de cultura.

O autor sistematiza a HP em três fases ou procedimentos principais, isto é, fases distintas de análise de um processo interpretativo complexo. São elas: análise sociohistórica, análise formal discursiva e interpretação/reinterpretação.

Primeira fase

A análise sociohistórica tem por objetivo “reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (Thompson, 1998: 366). Faz parte desse processo reconstruir as situações espaço-temporais (espaço/local), os campos de interação da produção, transmissão/circulação e recepção das formas simbólicas, bem como as instituições e as estruturas sociais, que permitem identificar as assimetrias no uso do poder e a estabilidade dessas assimetrias, e os meios técnicos que permitem a construção e a transmissão de mensagens. Na tese, a primeira fase da HP está sistematizada no capítulo 2.

Segunda fase

A segunda fase da Hermenêutica de Profundidade configura-se pela análise formal ou discursiva, com o objetivo de apreender a forma como o objeto simbólico está

estruturado, pois, para ele, essa estrutura ou a organização interna das formas simbólicas tem a capacidade e o objetivo de dizer algo. Ressalta-se que essa análise descontextualizada não basta; deve-se tomá-la como um passo parcial de uma análise interpretativa. Esta segunda fase encontra-se sistematizada no capítulo 3 desta tese.

Terceira fase

A terceira fase consiste na interpretação e reinterpretação, mediadas pelas duas fases anteriores: análise sociohistórica e análise formal ou discursiva. Assim, realiza-se a síntese, que é uma construção criativa do significado, uma explicação interpretativa, segundo Thompson (1998).

Esse processo de interpretação é, ao mesmo tempo, reinterpretação, como já discutido anteriormente, pois se interpreta em um campo pré-interpretado pelos sujeitos que constituem o campo sociohistórico. Sendo assim, a interpretação pode divergir dos significados atribuídos pelos sujeitos.

Para Thompson, é preciso ter a consciência de que a interpretação se constrói em consonância com a possibilidade de conflitos e divergências. Por isso, é importante dar as provas de uma interpretação, explicitando pressupostos e procedimentos metodológicos, apresentando a análise sociohistórica e a análise formal, que são mediadores da interpretação.

A interpretação aqui é fruto de realização de uma dupla tarefa: por um lado, explicar de forma criativa o significado; por outro, mostrar na síntese como os significados servem para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fica evidente que o argumento a ser desenvolvido precisa inter-relacionar sentido e poder.

Na interpretação da ideologia, além desse conflito potencial, tem-se a possibilidade de intervenção na vida social, que Thompson (1998) denomina “intervenção potencial”. Os

analistas/cientistas realizam uma interpretação da interpretação realizada pelos sujeitos e podem ver seus resultados apropriados pelos sujeitos que constituem o mundo social, em um processo de retroalimentação que contém, no caso da análise da ideologia, um caráter crítico. Processo estudado pela sociologia e citado por Giddens (apud Montandon, 1997) como “dupla hermenêutica”.

Tendo em vista a ruptura entre produção e recepção engendrada pela comunicação de massa, Thompson propõe um enfoque tríplice para o uso da metodologia da HP, que consiste em dar ênfase à: produção/transmissão das formas simbólicas (análise sociohistórica e pesquisa etnográfica), construção da mensagem (análise formal discursiva) e recepção (análise sociohistórica e pesquisa etnográfica).

É importante explicitar um dos limites da investigação que ora se realiza. A ênfase desse estudo recai no contexto de produção e recepção e em suas implicações na construção da mensagem (unidades de análise: narrativas literárias para crianças). Portanto, este não é um estudo sobre os sentidos atribuídos pelas crianças leitoras em seu processo de recepção, nem sobre os sentidos atribuídos pelos autores em seu processo de criação, que só seriam possíveis com outro aporte teórico e outros protocolos de pesquisa.

Esta fase da hermenêutica será explorada no terceiro capítulo, articulado à análise formal.

1.2 ESTUDOS SOBRE INFÂNCIA

Como o interesse desta tese se insere no campo de estudos sobre a infância, apresentarei a revisão a respeito de alguns aspectos que considero indispensáveis para sua construção. Ao revisar os novos estudos sobre infância procurarei articulá-los ao enfoque de Thompson sobre ideologia. Procurei, pela primeira vez no Negri, refletir sobre a produção de conhecimento sobre infância no contexto interpretativo da ideologia.

Para a revisão da bibliografia, apresentarei os estudos que compreendem a infância como uma construção social e fazem a reflexão sobre sua emergência e suas delimitações internas, a análise e a crítica aos pressupostos que norteavam as práticas sociais e reflexões sobre infância e que propiciaram mudanças paradigmáticas, tendo como eixo o debate da criança como ator social, isto é, como ser ativo na construção de seus mundos e da sociedade em geral e como cidadã que possui direito à liberdade.

No campo acadêmico, considerado aqui como instituição social, as mudanças fizeram-se sentir nas práticas de pesquisa e na revisão de teorias. Ressaltarei que, no plano da crítica teórica, o foco principal de atenção foi a crítica à concepção de ser passivo, o que colocou na berlinda o conceito de socialização como um dado da natureza e como inculcação, em sua dimensão adultocêntrica, além do aspecto de ser uma prática conceituada com referência exclusiva à perspectiva dos adultos, mesmo quando, na prática social, as crianças participam ativamente desse processo. Nas práticas de pesquisa, considerar a criança como ator social implicou, portanto, criar novos paradigmas e, em consonância, abrir o leque temático (olhar o cotidiano das crianças) e elaborar uma abordagem ética.

Esses novos paradigmas sobre a infância podem ser observados em outras práticas sociais, para além da academia, como em avanços significativos de convenções internacionais e legislações que acatam o protagonismo de crianças e adolescentes, com o

reconhecimento dos direitos-liberdade. Pode-se afirmar que essa é a tradução no plano das práticas sociais do conceito de ator social elaborado no plano da reflexão. Porém esse processo não ocorre sem tensões e ambigüidades.

Outro ponto que merecerá destaque é a questão da não-sincronicidade entre instituições. Argumentarei que as mudanças na concepção de infância são mais evidentes no campo da produção acadêmica do que em outras instituições. Se a socialização vem sendo questionada por teóricos e certas instituições, outras instituições podem manter o conceito de socialização como inculcação.

Como esta tese se configura como um estudo exploratório, um dos aspectos que pretendo examinar, como parte desta tese, são os novos enfoques sobre infância que serão compreendidos na perspectiva da interpretação ideológica com base em Thompson (1999). O eixo principal da crítica que se realiza no processo de desconstrução das teorias refere-se ao processo de naturalização da infância e das relações assimétricas que lhe dizem respeito. Pode-se afirmar que processo de desconstrução da “naturalização” da noção ideológica de infância tem três aspectos importantes e articulados em sua elaboração: 1) o reconhecimento da infância como fenômeno social, ou, em outras palavras, como uma construção social, portanto, delimitada espacial e temporalmente; 2) o reconhecimento de que as relações assimétricas com relação à infância também não são um dado natural, mas uma elaboração social, portanto, que é possível romper com a adultocentrismo que domina as reflexões teóricas e a prática social; 3) o reconhecimento da infância como ator social.

É preciso lembrar que é possível que essa desconstrução não ocorra de maneira sincrônica entre as instituições e mesmo dentro das mesmas instituições, pois se a academia vem desconstruindo a concepção naturalizada de infância, isso não significa que isso ocorra de forma uniforme e homogênea em todos os campos de estudo. Além disso, essa desconstrução atinge de forma desigual às diversas idades, pois se o protagonismo

juvenil já se tornou um aspecto reconhecido pelo pensamento acadêmico, o protagonismo infantil e suas implicações continuam objeto de debate.

Além disso, como se verá no próximo capítulo, a não-sincronicidade quanto ao debate sobre infância torna-se também evidente quando se coloca em foco os estudos sobre religião, que sequer problematizam a infância como ator social, como se dos grupos de fiéis fizessem parte apenas o público adulto, ou as práticas e os discursos referentes às crianças ou a elas dirigidas, ou como as crianças participam das atividades dentro de cada instituição religiosa, como atuam nelas, como as percebem e sentem fossem questões invisíveis, ou ainda como se não fossem questões a serem pensadas por aqueles que estudam a esfera religiosa. Além disso, essas questões não encontram eco nos estudos sobre a infância.

1.2.1 Infância como fenômeno social: a desconstrução da “naturalização” da noção de infância

Um marco na reflexão sobre infância como fenômeno social, que adquire significados diferentes em contextos históricos diversos e que, portanto, contribuiu para o questionamento da noção de infância como um dado natural, é o trabalho de Áries (1981). De acordo com o autor, era possível observar, na Grécia e na Roma antigas, a sensibilidade com relação à criança, porém, na Idade Média, presenciou-se uma indiferenciação da criança que, a partir dos sete anos, passava a participar sem distinção das práticas e dos discursos adultos, era vestida como adulto e socializada numa rede ampla para além do núcleo familiar.

Apesar das críticas a Ariès quanto à metodologia e à idealização do Antigo Regime, entre outras críticas (Cambi e Ulivieri, 1988; Riché e Alexandre-Bidon, 1994; Snyders, 1984, dentre outros), seu trabalho é um marco nos estudos sobre a infância, por anunciar a

categoria infância como não natural, mas fruto de uma construção intrinsecamente relacionada ao contexto social, temporal e espacialmente delimitado.

A emergência da idéia moderna de infância como fase diferenciada e autônoma com relação a outras fases da vida, segundo Ariès (1981), pode ser observada a partir dos séculos XVI e XVII nas classes superiores. Porém seus primeiros sinais começam a configurar-se no século XII, articulados com a modificação do espaço público e privado, isto é, concomitantemente à emergência de uma nova ordem política e econômica, com a ascensão do capitalismo e da burguesia, e à emergência da família moderna ocidental, nuclear, na qual a criança ocupa um lugar central, tornando-se objeto de um intenso investimento afetivo.

Segundo Pinto (1997), vários pensadores e filósofos, como Locke e Rousseau, dedicaram-se a entender a infância, em razão dessa emergente sensibilidade para com ela. A questão adquiriu ainda maior importância no final do século XIX e início do XX (Pinto, 1997; Becchi, 1998; Qvortrup, 2000), sendo o século XX nomeado, por alguns autores, de século da infância.

Após sua evidente delimitação, de acordo com Becchi (1998), no final do século XIX e início do XX, operou-se uma demarcação interna à infância, atribuindo-se novo estatuto para a criança pequena. Par a autora, contribuíram nesse sentido a Psicanálise, a Psicologia Infantil, a Psicologia Genética e a Pedagogia.

Um exemplo desse processo pode ser encontrado em estudo realizado por Chamboredon e Prévot (1986), que, na França, analisaram o aumento da taxa de escolarização de crianças de dois a cinco anos não decorrente da necessidade da guarda (a taxa de atividade feminina não cresceu na mesma proporção), e sim pela extensão das exigências de cuidados psicológicos e culturais para as crianças pequenas. Assim, a

primeira infância passou a ser concebida também como “objeto pedagógico e como período de aprendizagem” (Chamboredon e Prévot, 1986, p.37).

No Brasil, Rosemberg (1988), desenvolvendo uma linha de raciocínio semelhante à dos autores acima citados, afirma que a procura e oferta no país de equipamentos educacionais para pré-escolares também não podem ser explicadas apenas pela participação feminina no mercado de trabalho, mas que decorrem de uma nova concepção de infância, própria de sociedades urbanizadas, com baixas taxas de mortalidade infantil e natalidade.

Calazans (2000), ao estudar o discurso acadêmico sobre gravidez na adolescência, discorreu sobre a diferenciação e delimitação também da adolescência, e Becchi (1998) sugeriu ainda que, no final do século XX e início do século XXI, uma nova delimitação da infância estaria se processando. Essa nova demarcação interna transparece na preocupação com o recém-nascido e o feto. Diversos campos de conhecimento contribuem também para a configuração dessa nova criança, como o Direito, a Genética e a Psicologia.

Se o desenvolvimento de uma sensibilidade em torno da infância levou a uma delimitação rígida do que é ser adulto em relação ao que é ser criança e de diversas diferenciações internas ao próprio universo infantil, nas últimas décadas, alguns autores, segundo Pinto (1997), têm alertado para uma diluição dessas fronteiras, seja por um processo de infantilização do mundo adulto, seja pelo acesso cada vez maior das crianças ao universo adulto através dos meios eletrônicos (como TV e Internet), nos quais as crianças estariam sendo apresentadas, por vezes, como adultos miniaturizados, e os adultos estariam sendo infantilizados ou juvenilizados (Postman apud Pinto, 1997).

Peralva (s.d)³, em *O jovem como modelo cultural*, analisa esse processo e argumenta que a valorização da juventude e o desejo de retardar o envelhecimento

³ O texto consultado foi uma cópia sem data.

transformaram o jovem de promessa de futuro em modelo cultural. Porém, segundo a autora, a valorização recai sobre o estilo de vida, a energia, e não sobre o grupo etário, não significando, portanto, uma atitude mais tolerante em relação às idades da vida. Por outro lado, de acordo com Finkielkraut (apud Pinto, 1997), parece absurdo insistir com os jovens sobre a necessidade de amadurecer, tornando-se adulto, num mundo em que diversos discursos destacam os valores e as vantagens da juventude .

Segundo Steinberg e Kincheloe (2001), uma nova era da infância estaria se constituindo em conformidade com a sociedade “pós-moderna”. A infância que emergiu com a modernidade — que era protegida em sua inocência, mantida distante do mundo e dos dilemas do mundo adulto, sendo as crianças consideradas incapazes de decidir e que, portanto, para seu maior bem, deveriam submeter-se às decisões dos adultos — tem dado lugar a uma nova infância, fruto de processos “pós-modernos”. As crianças estariam tendo acesso à cultura infantil comercial, à cultura popular, à hiper-realidade do mundo eletrônico, entrando em contato com dimensões do mundo adulto que antes lhes eram negadas; assim as crianças sabem o que antes apenas os adultos sabiam. Esse processo se dá sem que os adultos consigam exercer um controle efetivo.

Em consonância com essa abordagem, pode-se afirmar que as crianças estariam ganhando um tipo de independência e adquirindo determinadas competências, consideradas anteriormente próprias do universo adulto. Também é possível perceber que, quando se considera a prática cotidiana das crianças ou os materiais culturais a elas destinados, percebem-se as fissuras e as contradições próprias da relação assimétrica entre adultos e crianças, além de se observar novas práticas sociais em torno da infância e novas possibilidades de interação mediadas e quase-mediadas, para utilizar a terminologia de Thompson (1999), o que amplia as possibilidades das crianças acessarem bens simbólicos e culturais sem o controle de adultos.

Outro estudo importante de ser apresentado aqui, que será retomado no próximo capítulo, é a análise que Ewers (1998) realizou da literatura infantil alemã. O autor observou que a produção atual para crianças faz concessões aos direitos-liberdade e que diversos temas considerados, até a metade do século XX, próprios apenas para adultos passaram a ser tematizados na produção para crianças, que também teria absorvido estratégias discursivas típicas da literatura adulta. Este fato poderia ser indicador de uma nova indiferenciação entre as idades e é interpretado pelo autor como um fato que demonstra que a literatura infantil se transforma em consonância com as transformações na concepção de infância experimentadas na sociedade.

Como se pôde observar, concomitantemente à emergência da infância e de suas demarcações internas e, mais recentemente, a uma presumida diluição de fronteiras entre crianças e adultos, vários campos do conhecimento formaram-se ou contribuíram com um olhar específico para a questão, como História, Pedagogia, Filosofia, Psicanálise, Psicologia, Direito e Genética.

No bojo dos estudos sobre infância que tomam a criança como objeto de investigação, emergiu, na década de 80, os Estudos sobre Infância, na terminologia anglófona, ou a Sociologia da Infância, na terminologia francófona. Os conhecimentos produzidos nessa perspectiva colocaram em discussão as produções dos outros campos de saber, desconstruindo o próprio discurso acadêmico para tecer a crítica aos postulados básicos em que se fundamentam, além de propor novos postulados para a criação de um novo paradigma.

Evidencia-se assim a não-sincronicidade quanto aos debates em torno da desnaturalização da noção de infância, pois é na configuração de um novo campo de estudos que emerge a discussão e a reflexão que incide sobre os conhecimentos instituídos em diversos campos de saber, que tomam a infância como objeto. Portanto, é a partir da

construção de um novo campo de estudos que a desconstrução dos conhecimentos produzidos em diversas áreas de conhecimento começam a ser colocadas sob suspeição.

A história da emergência dos Estudos sobre Infância ou da Sociologia da Infância difere nos países de língua inglesa e francesa. Para uma síntese dessa origem, partirei de Montandon (1998) e Sirota (1998); e, para apresentar alguns aspectos do desenvolvimento do campo em Portugal e no Brasil, me apoiarei em Almeida (2000), Sarmiento (2000) e Rosemberg (2004).

O interesse dos sociólogos pela infância na década de 80 é fruto de um reconhecimento do lugar da criança no campo sociológico (Montandon, 1998) e articula-se em torno do questionamento da concepção de infância como objeto passivo de processo de socialização, ao considerar a discussão de ator social proposta por abordagens como o interacionismo simbólico, a fenomenologia e o construcionismo (Sirota, 1998). Porém, como se poderia pressupor, a história desse desenvolvimento não é linear.

A preocupação com a categoria infância nos Estados Unidos remontaria ao final do século XIX, inicialmente, por parte de filantropos e reformadores sociais, principalmente, quanto aos temas trabalho infantil, deficiência mental e delinquência juvenil, depois tornou-se interesse de médicos e psicólogos, tornando-se, a partir dos anos 20, tema de interesse de sociólogos da Escola de Chicago, cujos estudos receberam um significativo impulso. Entretanto a linha de pesquisa aberta, na Sociologia daquele momento, sofreu uma profunda restrição nos anos 30. Uma das razões apontadas para isso é o declínio da Escola de Chicago e a ascensão das teorias parsonianas, que se tornaram a grande referência da área, visto que Parsons influenciou, de forma significativa, os estudos sobre socialização — questão que será tratada mais à frente.

Nos países de língua francesa, especificamente na França, apesar de Mauss, em 1937, ter enunciado o que hoje se identifica como foco de abordagem da Sociologia da

Infância, o desenvolvimento do campo não ocorreu no bojo da Sociologia, conforme afirma Sirota (1998). O que vigorou na Sociologia francesa foi a perspectiva estrutural-funcionalista iniciada por Durkheim, dirigindo o olhar dos sociólogos para o trabalho de socialização implementado por diversas instituições, como escola, família e justiça.

Reflexões sobre a infância foram retomadas na segunda metade do século XX, em decorrência do crescimento de novas perspectivas teóricas e da aplicação de etnometodologias, com muitos trabalhos em que predominam estudos empíricos e uma diversidade de temas, que Fronès (1994, apud Montandon, 1998) classifica em quatro grandes categorias: a) relação entre gerações; b) crianças como um grupo de idade; c) exame de diferentes dispositivos institucionais que se dirigem às crianças; d) crianças como grupo social.

Segundo Montandon (1998), na década de 80, nos EUA, pesquisas sobre a infância na perspectiva do interacionismo simbólico foram incentivadas, criando-se em 1986 o primeiro número da revista *Sociological Studies of Child Development*, cujo título é alterado em 1992 para *Sociological Studies of Children*. Em 1990, articula-se um grupo de sociólogos em torno do tema da infância, que desencadeará, em 1992, a criação da seção Sociologia das Crianças dentro da Associação Americana de Sociologia.

Na França, o campo emergiu, nos anos 80 e 90, a partir da Sociologia da Educação, após anos de silêncio. Para Sirota (1998), o silêncio foi uma das primeiras dificuldades enfrentadas para a construção do objeto infância. Foi necessário, segundo a autora, fazer surgir o objeto do implícito. Outra dificuldade foi resgatar o objeto do discurso militante, que era sua marca de origem, e torná-lo foco do trabalho científico.

Foi no seio da Sociologia da Educação que o grande debate se deu. A expressão nativa “ofício de criança”, de Pauline Kergomard, foi alçada à categoria analítica por diversos autores como Chamboredon e Prévot (1973). Para os franceses, o ofício de aluno

seria a ocupação principal das crianças; assim, a Sociologia do “ofício do aluno” surge no seio de uma Sociologia do trabalho e da organização escolar (Sirota, 1998).

Em Portugal, segundo Almeida (2000), o tema infância é também introduzido tardiamente e de forma indireta na Sociologia, isto é, desenvolve-se com base em estudos sobre família, educação, socialização, trabalho e comunicação. Segundo Sarmiento e Pinto (1997), apenas na década de 90, o estudo da criança ultrapassou os limites disciplinares, verificando-se um aumento de publicações de estudos em Sociologia da Infância. Sarmiento (2000) afirma que em Portugal o processo foi similar ao processo francês.

No Brasil, em texto pioneiro de 1976, Rosemberg afirmou que a infância constitui um grupo social desprivilegiado, e que as teorias psicológicas sobre o desenvolvimento humano adotavam uma perspectiva adultocêntrica e a-histórica. Segundo Rosemberg (2003), a nova abordagem estaria sendo elaborada em outros campos de saber, como Educação e Psicologia⁴, ou seguindo a trilha de Ariès, em estudos sobre a história da infância e da educação (Kuhlmann Jr., 1998).

Porém, de acordo com Freitas (2004), no Brasil a busca de compreensão da infância como categoria social não ganhou muitos adeptos na Psicologia e na Sociologia, o que significa que a questão parece ainda indefinida, não incorporada pelas ciências sociais, apesar da intensa produção acadêmica sobre crianças e infância, pois se nota a ausência do debate em torno dos pressupostos e dos paradigmas que orientam a produção. Por isso, irei me apoiar principalmente no debate realizado pelos pesquisadores internacionais.

⁴ Segundo Rosemberg (2003), a questão ainda está para ser pesquisada, merecendo uma investigação detida.

1.2.2 O novo paradigma e suas críticas à “naturalização” da noção ideológica de infância

Diversos autores tentam estabelecer os eixos com base nos quais o novo campo vem se estruturando e se pautando para a produção de conhecimentos (Sirota, 1998; Montandon, 1998; Pinto, 1997; Jenks, 2002), postulando a criação de um novo paradigma para o estudo da infância. Parte-se do pressuposto de infância como fenômeno social, conforme definição de Jenks (apud Montandon, 1997), ou como construção social, de acordo com James e Prout (apud Montandon, 1997).

Montandon apresenta a sistematização, realizada por James e Prout (apud Montandon, 1997), de elementos que constituem o novo paradigma que informa a Sociologia da Infância. São eles:

- a) o conceito de infância entendido como construção social;
- b) a infância como variável que não pode ser completamente separada de classe, sexo, etnia;
- c) as relações das crianças com suas culturas devem ser estudadas *em si*;
- d) as crianças são e devem ser estudadas como atores sociais;
- e) postula-se que o método etnográfico pode ser útil para estudar a infância;
- f) a infância poderia ser considerada um fenômeno que coloca em evidência a “dupla hermenêutica” das ciências sociais, conforme a define Giddens.

Somente a partir da contestação da concepção de infância como um fenômeno natural e da compreensão de que a infância é construída em contexto espacial e temporal determinado tem sido possível sua análise como fenômeno social. Uma das implicações de se romper com a concepção de infância como um dado natural é o reconhecimento da pluralidade de infâncias, além do fato de implodirem os argumentos que servem para

justificar a relação assimétrica entre adultos e crianças, pois, como afirma Rosemberg (1976), cada sociedade ressignifica a dependência inicial do bebê de acordo com sua organização social.

Diversos autores, principalmente construcionistas, defendem a desconstrução dos discursos sobre a infância como um aspecto fundamental desse novo paradigma (ou paradigmas), o que exige uma análise crítica das imagens sobre as crianças nos discursos e nas práticas sociais, para que se possa rever o conceito de infância universal, natural e homogêneo, pluralizando-o (Pinto, 1997; Jenks, 2002) e contextualizando espacial e temporalmente os resultados das pesquisas (Woodhead, 2000). Aqui se observa claramente a tese da desnaturalização da noção de infância.

Portanto, uma das implicações decorrentes da nova proposta de estudos sobre infância é a própria revisão das teorias acadêmicas, que se pautavam numa concepção de infância como um dado natural e da criança como ser passivo. Ao me apoiar no conceito de ideologia de Thompson (1998) e nas estratégias discursivas que ela sistematiza, oferece-se uma interpretação ideológica à produção acadêmica que se baseia na concepção da infância como dado da natureza. Como se discutiu em tópico anterior, a naturalização é uma das estratégias discursivas da ideologia e encontra-se a serviço de assimetrias de poder. No caso específico no processo de construção da infância como um dado natural, diversas outras estratégias discursivas e modos de operação da ideologia se fazem presentes, reforçando a naturalização da infância, pois *eternaliza-se* e *universaliza-se* uma determinada noção de infância ao afirmá-la como um dado natural, pois eternamente seria assim. Também se compreende a infância não como um período em si, mas como uma fase da vida que precisa ser superada para ascender ao estatuto adulto como o melhor, *diferencia-se* a infância como um vir-a-ser que está em função do futuro adulto, e cuja características próprias devem ser *expurgadas* na realização dessa ascensão ao universo

adulto. Todas essas estratégias discursivas — diferenciação, expurgo, eternalização, universalização, naturalização — acabam por *legitimar* o poder adulto.

Um exemplo da crítica à concepção naturalizada de infância e à relação assimétrica entre adultos e crianças pode ser encontrada no memorável trabalho de Snyders (1984), no qual o autor desmascara a desvalorização e as suspeitas que concernem à infância. O autor examinou cinco aproximações e assimilações de significados ao longo da história da humanidade entre infância e categorias desvalorizadas socialmente como as crianças — os escravos na Antiguidade, os negros colonizados, os criados, o povo e as mulheres. Todas as assimilações partem da concepção de que a criança é naturalmente dependente e subordinada, com desenvolvimento cognitivo e intelectual inferior, com primazia dos sentidos sobre a razão. Assim, a subordinação e a opressão de grupos sociais é justificada com base na naturalização do que é socialmente construído, por meio da similaridade entre esses grupos e a infância, que foi considerada, ao longo da história da humanidade, exemplo incontestado da subordinação natural da criança.

Ao desconstruir o próprio discurso acadêmico, Jenks (2002) afirma que o caráter abrangente do fenômeno infância e o caráter pessoal (todos experimentaram ser crianças e relacionam-se com elas) contribuíram com a naturalização da infância, e que dois elementos são comuns às abordagens acadêmicas habituais: 1) a criança, que por ser exemplo de particularidade e diferença com relação ao adulto, precisa ser integrada à sociedade baseada em uma noção de ordem e diluição do que nela há de particular; 2) a criança entendida pela negativa, pelo que falta, em relação ao universo adulto.

Jenks (2002) tece considerações aproximando os estudos sobre a infância da tendência etnocêntrica de antropólogos evolucionistas. A criança teria sido representada nas teorias que a tomam como objeto de forma similar à forma como o selvagem foi representado no século XIX: a ontogênese repetiria a filogênese. O modo de se construir o

pensamento sobre a infância também seria similar ao do antropólogo que estuda outros povos, pois, para o estudo destes, ocorreria deslocamento espacial, enquanto para o estudo da criança ocorre um deslocamento no tempo; ambos simbolizariam o processo de controle pelo caráter do distanciamento (Jenks, 2002).

Nas diversas perspectivas teóricas que se desenvolveram até poucos anos, o adulto é concebido como completo, em equilíbrio estático, representando, assim, o mundo desejável. Às crianças caberia ascender a esse estatuto por meio de seu adequado desenvolvimento e socialização, monitorados por representantes do universo desejável. Nesse sentido, para algumas teorias, infância é fase, momento passageiro de “tornar ser”, um “ser” que é pressuposto das metáforas de crescimento. Quando se fala em criança estaria em questão ou o passado do adulto ou a projeção de futuro. O estatuto social da criança é deslocado do presente para o passado ou para o futuro, pois a referência é o universo adulto e o ser adulto (Jenks, 2002). Ao analisar a literatura infantil na década de 70, Rosenberg (1976) observou um fenômeno similar, em que muitos dos escritores adultos, em um processo de projeção e deslocamento temporal, mesmo quando situavam a narrativa no tempo presente, descreviam ou utilizavam elementos próprios do tempo em que vivenciaram a própria infância.

Tanto a criança do senso comum como das ciências sociais é utilizada conceitualmente como instrumento de coesão social. Nessa perspectiva, o comportamento infantil é compreendido de forma semelhante ao comportamento desviante. Aquilo que lhe é próprio, é entendido como divergência, sendo “patologizado” como se ameaçasse os mundos sociais construídos teoricamente. Em outras palavras, é como se as teorias sociais se sustentassem na “patologização” da infância. A criança é analisada sempre por meio da imagem arquetípica de tornar-se “estruturada”, conforme se concebe a estrutura do mundo adulto, servindo à linguagem e aos discursos das instituições e de especialistas para

delimitar e controlar as fronteiras e interditar um espaço social de acordo com os interesses sociais estabelecidos da perspectiva adulta (Jenks, 2002).

De acordo com Jenks (2002), os fundamentos dessas teorias foram colocados em xeque pelas teorias feministas da família e pela perspectiva construcionista, evidenciando que a forma como a criança é construída nesses discursos serve para manter os postulados e as concepções sobre o homem, a ordem e a racionalidade de teorias específicas.

Apesar de reconhecer a importância das teorias feministas para romper com vários postulados científicos, Rosemberg (1976; 2003) afirma que essas teorias não romperam com o adultocentrismo em suas formulações. Se romperam com os paradigmas da subordinação de gênero, continuaram, no entanto, sendo formuladas com base em uma ótica adulta que naturaliza a infância. O conceito naturalizado de infância não apenas não foi questionado, mas é um dos elementos-chave para a construção de teorias de gênero. Como Jenks, Rosemberg (1976) nota o uso instrumental de um conceito de infância que contribui para a sustentação das teorias de gênero analisadas.

Segundo Jenks (2002), a dimensão de desvalorização cognitiva da infância fica ainda mais evidente quando se analisam as teorias sobre os processos de aprendizagem, que, ao adotarem uma determinada visão sobre a racionalidade humana, promovem a exclusão de diversos grupos sociais, inclusive as crianças. Nesse sentido, o autor discute o paradigma piagetiano. Piaget, segundo o autor, ao tentar entender o desenvolvimento cognitivo, toma como modelo ideal a racionalidade científica tal como foi formulada pela filosofia ocidental. Portanto, são as competências cognitivas de um adulto situado historicamente que servem como referência para as generalizações, como se suas habilidades e competências fossem resultado de um processo natural, de uma seqüência de estágios inevitáveis, que se sucedem numa ordem linear de ascensão evolutiva. Todos os indivíduos, como representantes da espécie, passariam por esse processo de

desenvolvimento a fim de ascender à racionalidade adulta em sua forma máxima – a racionalidade científica.

A cada estágio postulado por Piaget corresponderiam determinados padrões de desenvolvimento, esquemas cognitivos específicos (ações físicas e mentais) que são tomados como “normas” a que as crianças são comparadas e com base nas quais são avaliadas em função da racionalidade adulta a conquistar.

Tanto o jogo como a linguagem são desvalorizados pela teoria piagetiana em comparação com o pensamento formal e lógico. O jogo, por evitar o trabalho intelectual sério que permitiria o desenvolvimento das estruturas e dos mecanismos cognitivos propugnados por Piaget. Assim, uma prática social importante das crianças e de seu mundo é desmerecida em sua teoria. A linguagem, em Piaget, seria apenas veículo simbólico que auxiliaria na elaboração do conceito e no desenvolvimento de estruturas mentais do pensar, não sendo suficiente para dar origem às operações mentais que permitem a conceitualização. Rosemberg (1976), em texto da década de 70, de forma similar, criticara a Psicologia do Desenvolvimento que concebe a história da criança no tempo individual, como se o desenvolvimento da criança ocorresse em função de determinantes internos (biológicos) e externos (sociais) incorporados de forma a-histórica, sem relação com os outros fenômenos da realidade.

Outro postulado do novo paradigma que merece ser ressaltado é a concepção de criança como ser ativo, não apenas no sentido cognitivo, como fizera Piaget, mas como ator social que participa da construção do mundo social. Ao reconhecer a infância como um grupo de idade que participa da construção social, novos direitos lhe são concedidos, com revisão da perspectiva ética das práticas sociais que lhe dizem respeito, inclusive da ética dos estudos acadêmicos. Outra decorrência é a ampliação de temas de estudo, que

passam a contemplar o cotidiano de crianças, a relação entre os grupos de pares e sua influência na socialização de adultos.

Ao se postular a infância como um ator social, no âmbito das práticas sociais ocorreram pressões e discussões que levaram a sociedade a garantir legalmente que as crianças tenham o direito à liberdade. Direitos esses expressos tanto na Convenção Internacional dos Direitos das Crianças (1989) como no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Alguns trechos referentes à questão extraídos da Convenção⁵:

ART. 12

1. Os Estados-partes assegurarão à criança, que for capaz de formar seus próprios pontos de vista, o direito de exprimir suas opiniões livremente sobre todas as matérias atinentes à criança, levando-se devidamente em conta essas opiniões em função da idade e maturidade da criança.
2. Para esse fim, à criança será, em particular, dada a oportunidade de ser ouvida em qualquer procedimento judicial ou administrativo que lhe diga respeito, diretamente ou através de um representante ou órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais do direito nacional.

ART. 13

1. A criança terá o direito à liberdade de expressão; este direito incluirá a liberdade de buscar, receber e transmitir informações e idéias de todos os tipos, independentemente de fronteiras, de forma oral, escrita ou impressa, por meio das artes ou por qualquer outro meio da escolha da criança.

(...)

ART. 14

1. Os Estados-partes respeitarão o direito da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de crença.

⁵ Texto completo disponível em: http://www.risolidaria.org.br/vivalei/outrasleis/conv_inter.jsp#_Toc62271971

2. Os Estados-partes respeitarão os direitos e deveres dos pais e, quando for o caso, dos representantes legais, de orientar a criança no exercício do seu direito de modo consistente com a evolução de sua capacidade.

3. A liberdade de professar sua religião ou crenças sujeitar-se-á somente às limitações prescritas em lei e que forem necessárias para proteger a segurança, a ordem, a moral, a saúde públicas, ou os direitos e liberdades fundamentais de outrem.

Os mesmos direitos-liberdade se encontram expressos no ECA⁶:

ART. 15 - A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

ART. 16 - O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvadas as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - participar da vida política, na forma da lei;
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Legalmente, garantiu-se às crianças, dentre outras coisas, o direito a expressar sua opinião, a participar das discussões sobre decisões que lhe dizem respeito, a ter ou não religião, a escolher seu credo, ou pelo menos participar da discussão quanto a essa escolha. Direitos que condizem com uma concepção de criança como ator social, portanto participe no próprio processo de socialização. Diante disso, pode-se perguntar quais as medidas foram tomadas para garantir esses direitos ou pelo menos divulgá-los. Como indivíduos e instituições comportam-se diante disso? Como as novas concepções têm penetrado as práticas sociais? Como esses direitos têm penetrado as diversas instituições? A absorção de

⁶ Texto completo disponível em <http://www.eca.org.br/eca.htm#texto>.

novas concepções e práticas delas decorrentes ocorreria de forma sincrônica nas diversas instituições que compõem o tecido social?

A questão torna-se ainda mais complexa quando nos deparamos com a contradição expressa quanto aos direitos das crianças, pois na Convenção e no Estatuto manteve-se o direito à proteção e à prestação de serviços, além de se garantir às crianças os direitos-liberdade. Os mesmos direitos-liberdade garantidos aos adultos. Estabeleceu-se, portanto, uma tensão entre os direitos-liberdade e os direitos à proteção.

Configura-se, assim, a polêmica em torno da autonomia ou emancipação da infância em contraposição à dependência com relação ao adulto ou à responsabilidade social quanto à sua educação, segurança e proteção. A polêmica é talvez a mais complexa do campo teórico e parece ainda mais complexa na prática.

Na revisão sobre o tema realizada por Pinto (1997), pode-se encontrar a síntese da posição de diversos pensadores. Para Finkelkraut (apud Pinto, 1997), defender a autonomia da criança significa considerá-la consciente de seu interesse, deixando-a exposta à manipulação (pois seria considerada responsável por suas ações, mesmo quando manipulada). Para Jean-Pierre Deschamps (apud Pinto, 1997), seria necessário encontrar uma terceira alternativa diante da polêmica entre a defesa do direito à proteção e o direito à participação e livre expressão.

Ao debater esta questão, Alain Touraine (apud Pinto, 1997) defende que a oposição de alguns setores à concessão de direitos às crianças é similar à enfrentada por mulheres (há mais ou menos 20 anos atrás), pelos povos colonizados (aproximadamente 30 a 50 anos atrás), pelos trabalhadores (um século atrás), que eram considerados como categoria inferior, portanto deficitários e incapazes.

Sarmiento (2000), ao discutir “políticas de vida” para a infância, discute os mecanismos, que em nome do bem da criança, contrapondo-se aos direitos de sua

participação, transformam-se de proteção em controle. Para o autor, deve-se atribuir à criança o estatuto de seres sociais plenos, mesmo que não tenha direitos políticos plenos.

Se, por um lado, a polêmica em torno da autonomia não se encontra resolvida, por outro, no campo teórico, ao reconhecer as crianças como atores sociais, dotados de competências, com algum grau de consciência do que sentem, pensam, desejam, atores que constroem universos específicos, além de participar do universo adulto, por vezes contribuindo para sua transformação, postula-se que as crianças são protagonistas (Pinto,1997), o que passou a exigir uma discussão ética quanto à tendência dos estudos atuais a não objetificar as crianças (Woodhead, 2000).

A consequência de se incorporar o protagonismo infantil na abordagem acadêmica se faz notar na ampliação do leque temático, com estudos que revelam a participação ativa das crianças no próprio processo de socialização, atribuindo sentidos ao mundo que as cerca, contribuindo com a produção e a transformação da cultura tanto do grupo de pares como da cultura adulta (Montandon, 1997).

Um exemplo da discussão do protagonismo infantil foi apresentado por Perrotti (1990), ao defender a importância de se conceber a criança como sujeito ativo da produção cultural. O autor retomou uma pesquisa brasileira de Florestan Fernandes (1979) sobre folclore e mudança social na cidade de São Paulo, na qual fica evidente que histórias, antes parte do repertório adulto, se vêm conservadas, apesar de transformadas pelas crianças, filhos de imigrantes do Bom Retiro. Nesse processo, as crianças faziam a mediação entre seus pais e a cultura local e exerciam uma função integradora, que possibilitava a seus pais imigrantes uma ressocialização.

Contudo, Woodhead (2000) ressalta que, apesar das discussões em torno dos aspectos éticos, muitos estudos que tomam as crianças como sujeitos, na perspectiva de ouvi-las, utilizam métodos das ciências naturais, despersonalizando as crianças, não as

considerando produtoras de sentido nem plenas de subjetividade, portanto, transformando-as em mero objeto. O autor ainda alerta para o fato de que muitas dessas pesquisas que afirmam ouvir as crianças têm servido para regular e reforçar o poder dos adultos, como professores, acadêmicos, polícia e outros profissionais com agendas voltadas às crianças.

Apesar das dificuldades ainda presentes na prática acadêmica, muitos dos estudos que se preocupam com o universo cultural que emerge da relação entre crianças (relação entre pares) e sua influência na cultura adulta têm contribuído de forma significativa para a revisão dos paradigmas teóricos existentes, pois eles colocam em xeque as teorias de socialização que concebiam as crianças como meros objetos da ação dos adultos.

1.2.3 Criança como ator social e a noção de socialização

Tratada sempre na perspectiva adulta, pode-se, junto com Pinto (1997), afirmar que a socialização tem sido abordada de duas maneiras: a primeira é a perspectiva da sociedade e de seus agentes socializadores – nesta, o que está em questão é o processo pelo qual as normas, os valores e as crenças sociais são transmitidos e inculcados nas crianças; a segunda refere-se aos processos de apropriação, aprendizagem e interiorização - o foco, nesse caso, recai no indivíduo. Pinto (1997) ressalta que se deve colocar em questão o caráter constrangedor e violento desse processo (na primeira perspectiva) e o papel meramente adaptativo do indivíduo (na segunda perspectiva).

Como teorias acadêmicas paradigmáticas que ilustram de forma exemplar esse processo, Jenks (2002) discute a teoria da socialização elaborada por Talcott Parsons e as teorias do desenvolvimento humano da Psicologia, a partir de Piaget (discussão já apresentada anteriormente). A escolha por Parsons e Piaget, segundo o autor, decorre da importância e influência de suas teorias dentro dos campos em questão, além do fato de a Teoria Genética de Piaget ter influenciado também o senso comum.

A teoria parsoniana da socialização, de acordo com Jenks (2002), decorre de um modelo de formação social e cultural pautado na busca de controle e ordem social, na tentativa de eliminar toda e qualquer forma de conflito ou resistência. Sua teoria geral pressupõe uma cidadania dócil, ao postular a existência de valores consensuais e unificadores centrais de uma sociedade, com os quais os indivíduos antecipadamente estariam em concordância. Para Parsons, o sistema social sustenta-se em dois pré-requisitos funcionais: impulso para auto-manutenção e impulso para a manutenção das fronteiras (interior e exterior). Ele seria composto de três subsistemas que executam trocas entre si: físico, cultural e da personalidade. É o sistema da personalidade que se relaciona com os problemas da socialização infantil (Jenks, 2002).

Pautado numa concepção de isomorfismo entre a macro e a microestrutura, a socialização envolveria o processo de “implantar” os impulsos básicos do sistema na estrutura da personalidade, que, após desenvolvida, seria estável e imutável. A família teria, para Parsons, um papel fundamental no processo de socialização primária, por ser, por excelência, o local da criança e o espaço de manifestação do afeto dentro do sistema.

Teoricamente, elimina qualquer possibilidade de divergência, dissolução e diferença individual. Além disso, a crítica mais relevante a esse trabalho, da ótica dos novos estudos sobre infância, refere-se ao fato de que a prática social da criança, que significa diferença, tal como a do desviante, poderia ruir a teoria; por isso é mitigada e sublimada, e a criança é vista e tratada como um proto-adulto que aspira pela racionalidade adulta, concebida como maturidade e competência, ao contrário da criança, que é concebida como inacabada, incompleta e não totalmente humana (Jenks, 2002).

Ao opor-se a esse modelo clássico de socialização, determinista e unidirecional, assume-se a concepção de infância como ator social, como grupo de idade que possui uma cultura própria, que vivencia um processo de dupla direção, produto e produtora. Além

disso, nesse novo modelo enfatiza-se a pluralidade dos processos de socialização. Com base na crítica ao conceito de socialização como hipersocialização, propõe-se uma renovação ou regeneração do conceito de socialização (Pinto, 1997).

De acordo com Waksler (apud Montandon, 1997), ao romper com o antigo conceito de socialização, diversas questões podem ser pesquisadas, pois é necessário se perguntar em que são similares ou diferentes os processos de socialização de crianças e adultos; se as crianças não são recipientes vazios a serem preenchidos, quais as implicações do que já trazem e a forma como atribuem sentido ao próprio processo de socialização; o que significa a socialização não ser um processo em direção única ou como relação recíproca; se não seria necessário problematizar os resultados conseguidos pelos agentes da socialização; se não seria mais adequado pensar na diversidade de grupos sociais nos quais as crianças se socializam; se os diversos grupos em que as crianças se socializam não estariam em conflito.

Essas questões geram a reflexão sobre o quanto ainda é preciso investigar sobre socialização, sem, no entanto, minimizar o poder da estrutura social em que todos estão inseridos, independentemente do grupo de idade a que se pertença.

Outra questão significativa refere-se à necessidade de não eliminar a tensão entre ator social e estrutura social ao dar ênfase à ação social da criança, ao protagonismo infantil. Pois é preciso levar em conta que essas ações e experiências das crianças ocorrem em situação sociais estruturadas, e que mecanismos de controle, coerção e violência constituem a sociedade (Giddens apud Montandon, 1997).

As considerações de Giddens reforçam a necessidade de se eliminar o olhar ingênuo e simplista para as questões em torno da infância e permitem-nos abrir a discussão sobre o estatuto epistemológico da infância como categoria analítica, que será abordado a seguir.

1.2.4 Infância: uma categoria relacional

Como parte integrante dessa constituição de um novo paradigma de estudo sobre a infância encontra-se a elaboração conceitual da própria categoria analítica. Afinal, pode-se conceber a infância como categoria analítica relacional? Similarmente à discussão que Scott (1995) realiza quanto à categoria gênero, é possível afirmar que a infância pode ser compreendida como uma categoria analítica, estrutural e relacional? Se sim, qual o termo que lhe seria correspondente? Para discutir a questão colocarei em diálogo Qvortrup (2002) e Rosemberg (2003).

Qvortrup (2000) sustenta que a Sociologia da Infância se apóia em dois pilares: o primeiro relaciona-se ao reconhecimento da criança como ator social, agente de seus mundos (questão discutida em tópico anterior); o segundo diz respeito à concepção de infância como categoria constituinte da estrutura social. O autor considera o segundo pilar o mais difícil de ser tratado e compreendido. É esse aspecto que permite discutir infância como categoria analítica estrutural.

Para Qvortrup (2000), para além de uma perspectiva individualista, a infância como fenômeno social está relacionada a parâmetros estabelecidos pela economia, política, cultura, tecnologia. Qvortrup (2002) pergunta-se como, com base na articulação de eixos estruturais, são distribuídos os recursos disponíveis econômicos, de bem-estar, de direitos, etc. entre os grupos geracionais.

Segundo o autor, os estudos não têm se atentado para essa questão, pois frequentemente colocam em perspectiva gênero, etnia, classe social, para discutir a distribuição de recursos disponíveis, não levando em consideração a criança, pressupondo que ela receba o mesmo que o adulto das categorias em questão. No entanto, muitas variáveis utilizadas para esses estudos não se aplicam às crianças, não podendo seus resultados ser generalizáveis para a infância (Qvortrup, 2002).

Desse modo, para Qvortrup, só seria possível entender a infância em termos estruturais como conceito relacional, usando uma perspectiva geracional. O argumento da multiplicidade de infâncias, isto é, de a infância ser plural, dependente de sua classe, seu país, seu passado étnico, seu gênero, poderia ser uma objeção a isso. No entanto, de acordo com o autor, as crianças possuem algo em comum que as diferencia do adulto. As crianças são consideradas legalmente menores, no sentido de que não possuem direitos plenos; possuem o direito e o dever de ir à escola durante anos; estão sob os cuidados e a responsabilidade dos pais; são cada vez mais institucionalizadas etc. Os fatos, segundo Qvortrup, sugerem que as crianças pertencem a uma categoria geracional semelhante.

Para Qvortrup (2000), infância como categoria geracional se define na relação com jovens, adultos e idosos. Entre essas categorias, a dos adultos seria a mais importante, pois é o grupo de idade dominante. Para além dos adultos, a criança disputaria com os jovens e os idosos os recursos públicos disponíveis socialmente. Tratar a infância, na perspectiva geracional, implica enfrentar o conflito entre interesses dos grupos geracionais, que parecem ser hostis às crianças. Para o autor, portanto, “geração” serve para estruturar sua reflexão sobre a infância como categoria relacional.

Rosemberg (2003), ao discutir a questão, considera necessário ampliar a discussão. Ao refletir sobre o postulado de que a infância, como variável, encontra-se articulada com classe, raça e gênero, pergunta-se qual a equivalência entre essas categorias, tendo em vista que as últimas são relacionais (pressupondo sempre dois termos). Aproxima a questão da discussão de gênero e problematiza se a infância estaria para relações de idade como mulher está para gênero, e se as idades (fases ou etapas) da vida estariam para as relações de idade como o sexo está para a compreensão das relações de gênero. Assim, pergunta se infância seria uma variável da categoria “idades da vida” e qual termo lhe seria relacional.

Se, por um lado, se problematiza a equivalência entre a infância e as categorias classe, raça e gênero como categorias relacionais, outros autores problematizam a relação binária entre os termos “adultos” e “crianças”, o que tornou mais complexa a discussão nos últimos anos sobre o estatuto epistemológico da variável infância; por outro lado, há um reconhecimento que somente na perspectiva estrutural se pode, em um plano conceitual mais amplo, romper com a concepção de vulnerabilidade natural da infância e postular que, como grupo de idade construído e constituinte da estrutura social, a infância apresenta uma vulnerabilidade estrutural, em outras palavras, uma vulnerabilidade socialmente construída (Montandon (1997)).

Se não se tem uma resposta definitiva quanto ao estatuto epistemológico da categoria infância, é possível, ao menos, reconhecê-la como categoria analítica estrutural e relacional para a compreensão da sociedade, o que significa ao mesmo tempo reconhecer que a sociedade é estruturada com base em relações assimétricas de idade, e que, portanto, a infância não detém os mesmos privilégios que outros grupos de idade.

Essa perspectiva de entender a infância como categoria analítica estrutural e relacional e como ator, sujeito de suas ações, em uma sociedade estruturada, aproxima-se dos postulados de Thompson (1998) adotados nesta tese, que foram enunciados na introdução e explicitados anteriormente.

Portanto, partilha-se, nesta tese, do pressuposto de que a sociedade é constituída por relações assimétricas, entre as quais as relações entre idades da vida, e que todas as suas instituições sociais, entre elas a academia e suas teorias científicas, em alguma medida podem contribuir para a manutenção ou para a alteração dessa mesma ordem social. Um dos mecanismos, entre outros, que garante, nas sociedades modernas, a produção, a reprodução e a manutenção dos processos de dominação de classe, raça/etnia, gênero e idade é a ideologia, entendida aqui em seu sentido crítico.

Como esta tese pretende ser uma contribuição para a discussão em torno da construção social da infância brasileira, a revisão teórica aqui apresentada teve por objetivo auxiliar a discussão do objeto de investigação.

Por um lado, ao compreender o conceito de infância como construção sociohistórica, rompeu-se com o pressuposto da infância como algo natural e passou-se a entender as relações assimétricas que lhe dizem respeito como algo construído historicamente, por outro, ao apoiar-se na concepção de infância como ator social, uma das grandes rupturas que ocorreu no campo teórico diz respeito ao conceito tradicional de socialização.

A própria concepção de infância proposta por esse novo paradigma permite afirmar que a manutenção da assimetria pertinente à infância é garantida tanto por condições concretas como por construções simbólicas, entre elas os discursos sobre a infância, bem como os discursos produzidos para as crianças. Pode-se inferir que esses discursos, na medida em que participam da produção, reprodução ou manutenção das assimetrias de poder relativas à infância, são ideológicos.

Além disso, ao pensar a discussão sobre infância com base nos modos de operação da ideologia e nas estratégias discursivas ideológicas sistematizadas por Thompson (1998), um aspecto imediatamente deve ser realçado: o processo discursivo de *naturalização* da infância. Ao eliminar o caráter histórico da concepção de infância, apresenta-se como *eterno* e imutável aquilo que é um fenômeno histórico, *reifica-se*, assim, a infância. Ao mesmo tempo, a noção de infância sofreu um processo de *diferenciação* do universo adulto e aquilo que é considerado próprio da infância torna-se algo a ser *expurgado*, para que a criança ascenda ao estatuto adulto, processo também considerado *natural*. Concorrem ainda *deslocamentos* de significados entre grupos considerados inferiores às crianças ao longo da história da humanidade, conforme tão bem discute Snyders (1978), o que

contribui para *dissimular* a assimetria de poder entre as idades, reforçando a *naturalização*. Outra estratégia ideológica que se pode observar nas discussões realizadas é a *universalização* própria das teorias sobre infância, com base em um arcabouço teórico-racional que *legitima* o poder adulto e os processos de socialização de mão única como sendo aquilo que a sociedade tem de melhor para oferecer às crianças.

As concepções de infância naturalizada e de socialização infantil como mecanismo de inculcação, que podem ser consideradas ideológicas pois se encontram a serviço da manutenção da assimetria de idade, têm passado por revisão no universo acadêmico. O mesmo pode não estar acontecendo de forma sincrônica em outras instituições que participam dos processos de socialização primária ou secundária.

Dentre as instituições que participam da socialização infantil, podem ser destacadas a literatura infantil e as religiões. Alguns estudos indicam, como se retomará no capítulo seguinte, que a literatura infantil tem sofrido alterações à medida que as concepções de infância se alteram, mesmo que essas alterações não sejam uniformes para toda a produção, o que é indicador da falta de sincronia não apenas entre as instituições na assimilação da nova concepção de infância, mas é também indicador da não sincronia entre grupos de uma mesma instituição – no caso específico, o setor editorial de publicação, divulgação, circulação e consumo de literatura infantil.

A pluralidade e a possibilidade de não sincronia entre e intra instituições se torna ainda mais claras quando se estuda o contexto sociohistórico de produção da literatura infantil com ênfase no contexto de produção na perspectiva religiosa. Se a diversidade quanto às concepções de infância que informam a literatura infantil já foram sinalizadas por Rosemberg (1985), Perrotti (1986) e Escanfella (1999), confrontá-las com o contexto de produção religiosa católica, que também contempla uma diversidade significativa de tendências, possibilitará ampliar a reflexão sobre o tema desse estudo exploratório que aqui

se realiza, com auxílio de Thompson (1998), que ajudará a pensar as novas interpretações sendo oferecidas em campos institucionais pré-interpretados, pois campo-objeto e campo-sujeito, com possibilidades de novas ancoragens de significados e tradições religiosas, que podem tanto estar a serviço da manutenção de assimetrias de idade, como a serviço da emancipação humana.

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 2 – RELIGIÃO E LITERATURA INFANTO-JUVENIL: CONTEXTO SOCIOHISTÓRICO DE PRODUÇÃO SIMBÓLICA

Com base na proposta da metodológica de Thompson (1998), este capítulo está reservado à discussão do contexto sociohistórico de produção simbólica, tendo em vista que esta pesquisa tem o objetivo de abordar, de forma exploratória, a produção de literatura infantil para crianças em contexto religioso católico, confrontando-a com a laica.

O capítulo se compõe de duas partes: estudos sobre religião e estudos sobre literatura infantil, complementados com entrevistas realizadas com responsáveis pela edição de literatura infantil de algumas editoras católicas. O campo de estudos sobre religião no qual me apóio é a Sociologia da Religião e não Psicologia da Religião, pois o próprio objeto de estudo, nesse momento, exige uma compreensão social e histórica sobre a religião e não sua sistematização da ótica das experiências subjetivas, como é comum aos estudos na perspectiva da Psicologia.

Um argumento que sustenta esse estudo exploratório é o fato de os campos de estudo em questão não apresentarem recortes que se refiram reciprocamente. Nem os estudos sobre religião apresentam como recorte a infância, tampouco os estudos sobre infância apresentam discussões sistemáticas sobre religião. Um passo para estabelecer o diálogo podem ser os estudos de literatura infantil, como bem se observa em algumas referências localizadas na bibliografia internacional, que tematizam a relação entre literatura infantil e religião¹.

Apresentarei inicialmente os procedimentos de pesquisa bibliográfica e, a seguir, discutirei alguns aspectos dos estudos sobre religião, com a intenção de argumentar sobre a

¹ O livro *Religion, Children's Literature and Modernity in Western Europe 1750-2000*, com diversos artigos sobre literatura infantil e religião foi localizado na última fase desta tese e, infelizmente, não foi possível acesso a ele em tempo hábil.

importância social dos sistemas religiosos na construção de sentidos explicativos para a ordem social e a existência humana. A seguir, traçarei um panorama das religiões no Brasil, ressaltarei o surgimento de novas tendências religiosas e problematizarei e situarei o lugar que a mídia e a religião católica ocupam nesse cenário. Na seqüência, apresentarei alguns estudos que relacionam infância e religião, mesmo que essa relação seja tratada de forma tangencial.

Na segunda parte do capítulo, o foco recairá na literatura infantil. Apresentarei a discussão sobre as marcas pedagógicas e moralistas presentes na origem e em boa parte da história da literatura infantil, defenderei que a concepção de literatura infantil se altera à medida que se alteram às concepções de infância e sistematizarei informações esparsas sobre a relação entre literatura infantil e religião. Defenderei que se no universo adulto, como parte de novas tendências religiosas, observa-se um “retorno” às práticas e discursos mágicos e uma parcela da literatura adulta pode ser entendida como uma das expressões dessa nova religiosidade (Semán, 2003), a literatura infantil, desde seus primórdios, têm se configurado como um dos espaços de manutenção e resignificação do fantástico e do mágico, em um processo permanente de reancoragem de tradições religiosas.

2.1 OS PROCEDIMENTOS DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE RELIGIÃO E INFÂNCIA

Para localizar referências bibliográficas que estabelecem o diálogo entre os temas infância e religião, utilizei as seguintes palavras-chave: religião e infância; religião e criança; religião e adolescência; religião e juventude; religião e jovens; religião e educação; religião e socialização; religião e literatura infantil.

Quase todos os estudos encontrados sobre religião das áreas da sociologia, antropologia, psicologia, educação e medicina abordam-na em sua dimensão adulta,

desconsiderando a perspectiva infantil². Portanto, um dos aspectos que permitem afirmar a pertinência de se optar pelo universo religioso como fonte de pesquisa é a escassa bibliografia atual que relacione religião e infância.

A pesquisa bibliográfica de estudos sobre religião (evidentemente considerando a maior aproximação com o tema da tese “literatura infantil e catolicismo”) foi bastante infrutífera: foi encontrado apenas um título especificamente sobre o tema, referente à literatura infantil estrangeira e não disponível no Brasil (*Religion, Children’s Literature and Modernity in western europe 1750-2000*), além de diversos artigos que tratam do fenômeno editorial *Harry Potter*, um dos quais aborda o livro na perspectiva da teoria da expiação cristã. Por esta razão, foi necessário buscar apoio em bibliografia para além do tema específico e complementar efetuando entrevistas com representantes das editoras católicas consideradas como informantes privilegiados.

Dos estudos sobre criança e adolescentes que se referiam à religião, foram encontradas pesquisas sobre a prevenção ao uso de drogas (Dalgarrondo et al., 2004; Sanches, Oliveira e Nappo, 2004), a prevenção à gravidez na adolescência (Belo e Silva, 2004), criança de rua “incorporadas” em rituais de umbanda (Bairrão, 2004) e o aumento do número de jovens que se afirmam sem religião (Novaes, 2004), socialização de jovens em grupos carismáticos da igreja católica (Mariz, 2005). Outros estudos abordam a questão do ensino religioso em escolas públicas (Giumbelli, 2004; Silva Jr., 2003, entre diversos outros estudos). Três trabalhos que se sobressaem diante da proposta desta pesquisa é a tese de doutorado *A leitura e os textos literários infantis em contexto de escolas confessionais* (Oliveira, 2001) e dois artigos internacionais, *Theaching religious diversity through children’s literature* (Green e Oldendorf, 2005) e *Popularized atonement theory*

² Os textos que contemplam a relação entre religião e infância são muitas vezes os produzidos de forma endógena pelos próprios membros de uma determinada religião com o objetivo catequético ou com finalidades de orientações educacionais e religiosas para pais. Seria interessante em uma nova pesquisa, tomar essa produção como material analítico, porém não é o caso aqui.

reflected in children's literature (Worsley, 2004). Em um deles é realizada uma análise de alguns livros de literatura infantil de grande sucesso a partir da teoria cristã da expiação (Worleys, 2005); no outro, são indicados diversos livros sobre as mais diferentes religiões para que os professores possam apresentar e discutir com seus alunos a pluralidade religiosa, numa tentativa de instrumentalizá-los para atuarem contra o preconceito e ações de discriminação em escolas norte-americanas (Green e Oldendorf, 2005).

Na perspectiva da sociologia da infância não foi localizado nenhum trabalho que apresente questões relativas à infância e à religião. Para ampliar a pesquisa utilizei como referência os trabalhos de síntese de Montandon (1998) e de Sirota (1998), que não fazem alusão à reflexão entre infância e religião. Também utilizei anais de congressos. Nenhum trabalho foi encontrado no *Actas do Congresso Internacional Os mundos sociais e culturais da infância (2000)*. Dois resumos de trabalhos — um sobre a Pastoral da Juventude (Mariani, 2001) e outro sobre a igreja como ponto de encontro de namorados (Souza, 2001) — foram localizados nos *Anais do Seminário internacional sobre a criança e o jovem na América Latina (2001)*.

A evidente relação entre religião e socialização de criança foi encontrada apenas em textos sobre a importância da religião na socialização de crianças guaranis (Borges, 2002) e em textos de história sobre a ação jesuítica na cristianização dos índios e na educação nos primórdios da colonização do Brasil.

Alguns dos estudos citados acima foram localizados no “Dossiê Religiões no Brasil”, número especial da revista *Estudos Avançados* (2004), uma publicação representativa das questões sobre religião. Dentre eles encontra-se um sobre a relação entre estado e religião, que discute o ensino religioso nas escolas (Giumbelli, 2004) e um sobre o aumento de jovens que se declaram sem religião (Novaes, 2004).

Porém não é apenas a ausência de estudos que justifica essa escolha. É preciso que o próprio contexto religioso se mostre relevante ao que se pretende aqui. Por isso, iniciarei a revisão tendo como referência estudos que permitem relacionar modernidade, secularização e mediação da cultura moderna; traçarei um panorama sucinto das religiões brasileiras com base, principalmente, nas informações do Censo de 2000, para poder focalizar, a seguir, estudos sobre a religião católica; acrescentarei algumas reflexões sobre o catolicismo e apresentarei reflexões a partir de alguns dos estudos sobre infância, juventude e religião citados na apresentação do levantamento de estudos sobre a questão.

2.2 O CONTEXTO RELIGIOSO

É preciso, antes de iniciar este tópico, informar que os estudos sobre religião (e suas variantes) não recortam a infância como tema. No muito, trazem para debate os jovens. Neste sentido, são abordagens adultocêntricas. Os raríssimos estudos encontrados e lidos (afora a literatura não localizada no Brasil), indicam uma postura de inculcação e uso da religião para evangelização ou prevenção.

Para iniciar este tópico, irei apresentar uma reflexão sobre a relação entre sociedade laica e os conteúdos religiosos. A tradição de estudos na área da sociologia da religião tem como base Marx e Weber, cuja ênfase recai sobre a relação entre o surgimento do capitalismo e o declínio das práticas e explicações mágicas e religiosas na esfera da cultura, processo nomeado de secularização (Thompson, 1998).

Apesar de Marx reconhecer que formas simbólicas tradicionais poderiam persistir no imaginário popular e atrapalhar as mudanças revolucionárias, ele afirma que a emergência das forças capitalistas desintegrou tradições e formas culturais, dentre elas, as tradições religiosas, por meio da desmistificação das relações sociais. Para Weber, ao contrário, as alterações nas tradições religiosas foram uma das pré-condições culturais para

o desenvolvimento do capitalismo industrial, que após estabelecido, simultaneamente com o surgimento do Estado burocrático teriam sido responsáveis pela racionalização da ação e pela adaptação a critérios de eficiência técnica (Thompson, 1998).

Enquanto Marx falou da desmitificação das relações sociais e colocou isso como uma precondição [sic] para a emancipação última das relações de exploração de classe, Weber falou, ao invés disso, do *desencantamento* do mundo moderno, em que alguns dos valores tradicionais e distintivos da civilização ocidental foram submersos por uma racionalização sempre crescente e por uma burocratização da vida social... (Thompson, 1998, p. 108).

Neste processo, o poder torna-se mais concentrado nas mãos do Estado secularizado, “baseado na noção de soberania e de império formal da lei” (Thompson, 1998, p. 109). Em oposição à legitimidade de poder conferido por valores religiosos ou místicos, o poder passa a ser justificado com base em regras e direitos universais.

Thompson (1998) afirma que os teóricos, classificados por ele como construtores da *grande narrativa da transformação cultural* (discutida no capítulo anterior), apóiam-se neste processo de secularização como condição para o surgimento das “ideologias”, em seu sentido neutro, como o socialismo, o comunismo, o liberalismo, o conservadorismo e o nacionalismo. Esses sistemas de idéias seriam marcos que garantiriam a atribuição de sentido às novas condições de vida.

Como já discutido anteriormente, o principal argumento de Thompson (1998) refere-se ao fato de que ao supervalorizar a racionalização e a secularização, deixou-se de lado a emergência de um conjunto de instituições que permitiam o fluxo cada vez mais rápido e massivo de produção e transmissão de bens simbólicos. O autor ainda sugere que os processos de secularização e racionalização foram menos uniformes e que crenças e práticas religiosas podem ser mais persistentes para a atribuição de sentido à vida ordinária do que os teóricos preconizavam.

Essa tem sido uma das questões discutidas sobre religião – o recrudescimento da religiosidade no final do século XX (Concone, 1995) e, conseqüentemente, a permanência das religiões como sistemas explicativos.

Se por um tempo acreditou-se que a modernização em toda sua racionalidade — o desencantamento do mundo e a secularização de todas as atividades humanas — levaria a um retraimento incessante das religiões, hoje alguns teóricos reconhecem um “retorno ao sagrado” (Kepel apud Concone, 1995) como fenômeno típico da “pós-modernidade”.

Nota-se um contraste com o que se nomeou genericamente de laicização do Estado, que, em função da secularização, desvinculava o aparato estatal e as instituições religiosas, com a tentativa de eliminar toda e qualquer “referência a valores e conteúdos religiosos nas áreas reguladas por leis civis, e, por conseguinte, do próprio espaço público” (Giumbelli, 2004, p. 48) e as visíveis referências públicas ao “religioso” na atualidade.

Cruz (2004) afirma que a dialética da secularização ocidental não se encontra concluída, o que gera sentimentos ambivalentes. O autor, inspirado em Habermas, afirma que a sociedade secular substitui e se apropria dos conteúdos religiosos, na tentativa de eliminar sua função cognitiva, enquanto a pós-secular faz concessão à permanência do religioso e às suas pretensões cognitivas de atribuição de sentido. De acordo com Cruz, o resíduo religioso, fruto da passagem da noção de pecado para a de mal, abriria as portas do secular para o religioso.

Na perspectiva da antropologia, vários estudos têm sido realizados em torno de duas tendências observadas na atualidade: volta às Igrejas e fuga às Igrejas.

A primeira delas vem sendo abordada (em anos recentes) sobretudo em pesquisas relativas ao extenso e crescente universo evangélico, mas também em investigações sobre movimentos relativamente significativos no seio do catolicismo – os movimentos carismáticos -, sem falar nos trabalhos de reflexão e pesquisa sobre as CEBs e outros movimentos importantes dentro da Igreja Católica, nas análises sobre seus aspectos institucionais e os esforços de *aggiornamento*. A análise da segunda tendência tem privilegiado sobretudo (embora não exclusivamente) o pólo da clientela, buscando

entender os seus movimentos, direção e motivações. Nesse sentido, um dos temas que mais atraiu a atenção dos estudiosos nos últimos anos foi sem dúvida a questão do trânsito religioso, que parecia apontar para uma realidade sempre renovada no campo da religião: fragmentação e complexificação do campo, abrindo novas ofertas religiosas, diversificação interna às próprias instituições, aparente desvinculação dos adeptos de um compromisso definitivo com os seus espaços religiosos de origem, lançando-os na busca de outras denominações capazes de responder às suas inquietações (Concone, 1995, p. 59-60).

Segundo Concone (1995), os estudos de inspiração weberiana focaram os modos de pertença religiosa e, na década de 80, sob a influência de Bourdieu, diversos trabalhos enfatizaram o campo religioso como um campo de disputa de “clientes” entre diversas instituições religiosas, por meio de um discurso que transforma o relativo em absoluto e legitima o que é arbitrário.

Segundo Prandi (2001), “mais de um quarto da população adulta da região metropolitana de São Paulo professa hoje religião diferente daquela em que nasceu” (p. 51). Por um lado, conquistar novos adeptos, por outro, não perder adeptos, reconquistar adeptos, “ancorar” adeptos parece ser a tônica das novas e das religiões tradicionais.

Pode-se acrescentar que isso ocorre principalmente com relação a adultos. Fato que pode ser observado em documentos da própria Igreja Católica, como no documento da CNBB, *O itinerário da fé: iniciação cristã para adultos* (2001), que discute a “catequese” de adultos diante do novo quadro religioso.

Um aspecto significativo, apresentado por Prandi (2001), refere-se às possibilidades de experimentar novos sentimentos e vivências da religiosidade dentro da mesma religião, tendo em vista as diferentes possibilidades internas de uma mesma religião (como a diversidade de perspectivas próprias à religião católica).

Se, por um lado, as religiões mudam rapidamente em consonância com outras mudanças sociais, alterando seus modelos de conduta e valores, por outro lado, transformações significativas têm se processado no bojo das religiões para melhor

competir com as outras religiões. A disputa por adeptos, num acirrado mercado religioso, é motor de inúmeras transformações: cisão interna das igrejas (sob novas denominações) ou emergência de grupos/movimentos específicos dentro da mesma igreja, como Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Renovação Carismática Católica (RCC), no caso do catolicismo (Prandi, 2001).

Um fenômeno que também se destaca é a emergência do que se tem convencionalmente denominado de novas religiosidades. Siqueira (2002) apresenta mais de vinte expressões que visam denominar uma diversidade de práticas e discursos dessa nova tendência mística-esotérica³. De acordo com a autora, que estudou diversos grupos de Brasília, essa nova consciência religiosa estaria “ancorada na busca do auto-conhecimento e do auto-perfeiçoamento, na construção de uma nova visão, holística, do mundo, e construída, por boa parcela deles [dos grupos], em torno da preparação para a *Nova Era* ou *Novo Milênio*” (Siqueira, 2002, 179-180).

Um aspecto que merece destaque é quanto ao sincretismo dessa nova consciência, que comporta “elementos cristãos e de outras tradições religiosas; cósmicos (energia universal, forças cósmicas ou unidade do cosmos); elementos de um eu sublimado (eu superior, eu maior, etc.) e valores reificados, como amor, liberdade e paz” (Siqueira, 2002, p. 180). A autora observou uma grande circulação de adeptos entre os grupos estudados e algumas concepções em comum, tais como: crença em carma e reencarnação; visibilidade do eu interior (eu superior, eu maior, etc.), noção de que o mundo é uma ilusão e de que é preciso anular o ego e desapegar-se das coisas do mundo, recuperação da magia e psicologização da religiosidade, uma visão holística do homem e do mundo e tendência ecumênica. Outra característica dessas tendências religiosas, ressaltada por Amaral (2003), é a dimensão terapêutica, não apenas em seu aspecto orgânico, mas também existencial e

³ Algumas dessas expressões: campo religiosa ampliado, religião difusa, novas formas do sagrado, orientalização do ocidente, religiosidade inorgânica, nova era etc. (cf. Siqueira, 2002).

espiritual, entendida como purificação permanente, apoiada em diversas referências cosmológicas, o que difere do processo terapêutico dos universos religiosos tradicionais. O calendário de muitos dos grupos, que podem ser classificados como participantes dessas novas religiosidades na cidade de São Paulo, apóiam-se no ciclo da natureza, como as fases lunares e estações climáticas (Magnani, 1989).

Magnani (1989) afirma que estas novas tendências apóiam-se no consumo de certo tipo de música, de livros, de objetos, etc. Semán (2006) vai além de simplesmente registrar o consumo de determinados produtos e argumenta que como característica articulada à expectativa de mudança e transformação pessoal própria dessa nova religiosidade, encontra-se uma tendência ao consumo de “literatura espiritual contemporânea”. Essa literatura é representada por diversos agrupamentos religiosos ou igrejas constituídas, variando quanto aos gêneros literários: manuais de conselhos, prescrições rituais, pressupostos e práticas de determinados grupos, testemunhos comentados, auto-ajuda, romances, narrações míticas, etc.

Essa nova ancoragem da magia não se restringe apenas a essas novas religiosidades como se poderia supor. Mariano (1989), em estudo emblemático sobre a Igreja Universal do Reino de Deus, demonstra como os sistemas mágicos do cristianismo primitivo (cura de enfermos, expulsão de demônios, realização de milagres etc.), articulados aos sistemas de magia pagãos da Idade Média, que foram em parte assimilados pelos rituais católicos, e fartamente criticados pela Reforma Protestante e colocados na berlinda pelo processo de racionalização e secularização das práticas no espaço religioso no espaço público, encontram-se revigorados em movimentos católicos como a Renovação Carismática e em movimentos neo-pentecostais, com ênfase em sua vivência na esfera privada. Como exemplo desse uso da magia, a Universal vende objetos benzidos, como saquinho de sal, galho de arruda, água do rio Jordão, xerox de cédula de dinheiro, dentre diversos outros

objetos. Similar a práticas de umbanda, o pastor aconselha que os fiéis os coloquem na comida, ou os joguem em água corrente, ou os guardem nas carteiras, ou sejam passados pelo corpo.

O que parece importar, no contexto mais amplo de vivência religiosa, tanto para as religiões tradicionais como para as novas tendências é apresentar novas vantagens e facilidades para o público-alvo em troca de sua adesão ou conversão. Outro aspecto significativo, na perspectiva do fiel, é que à conversão não significa apagar a sua identidade religiosa anterior, mas agregar nova identidade, que se complementa na interação com a anterior. Nesse sentido, Prandi (2001, p. 52) afirma que “a religião de hoje é a religião da mudança rápida, da lealdade pequena, do compromisso descartável”.

A mudança de religião, que em outras épocas era símbolo de ruptura individual e social (Prandi, 2001), adquire um novo significado social, ao se tornar um elemento constante do quadro religioso; é um direito do consumidor religioso. Neste cenário se observa que a religião em que se é educado na infância pode não permanecer ao longo da vida.

Um consumidor “adulto” que é disputado de diversas maneiras, dentre as quais, por meio do uso ostensivo das mídias, de acordo com Martino (2003), que ao estudar, nos dias atuais, a economia simbólica responsável pelas ações cotidianas, discute a importância da mídia na batalha simbólica dentro do campo religioso. Igrejas tornam-se proprietárias de emissoras de rádio e TV e líderes religiosos protagonizam inúmeros programas de rádio e TV, além de utilizarem diversos jornais e revistas (e poderíamos acrescentar livros, diante da grande presença de editoras confessionais na Bienal do Livro de 2004, em São Paulo).

Para Martino (2003), o uso desses meios tornou-se fundamental para as atividades religiosas da sociedade atual, não apenas como meio de divulgação, mas acima de tudo

como meio de garantir espaço na produção e difusão de bens simbólicos da sociedade atual.

Se, por um lado, pelo processo de secularização, as igrejas tradicionais perdem o controle de instituições jurídicas e a primazia da construção da cultura e da construção de opiniões dominantes, sofrendo, com frequência, críticas à validade de seus princípios por meio das mídias laicas; por outro lado, o uso das mídias pelas igrejas amplia a percepção do reencantamento do mundo. Pode-se afirmar que se define um espaço específico de construção e circulação de referenciais simbólicos que interessam às religiões (Martino, 2003).

De acordo com Martino,

A mídia religiosa, aliando dois discursos legitimantes, o religioso e o da mídia – um por sua condição de dogma revelado, outro por sua pretensão a uma impossível e indesejável objetividade -, procura reforçar esta ou aquela posição, com o cuidado que tais questões possam ter aparência e relevância doutrinária que justifique sua presença em um veículo religioso.

Dessa forma, os agentes da luta em questão disponibilizam toda sua aparência de objetividade e isenção para impor, através desses artifícios, uma determinada representação do mundo (Martino, 2003, p. 56).

Porém, a mídia pode ser considerada mais do que simples instrumento para as religiões, pois, como defende Semán (2003), ela pode ser considerada uma expressão das novas religiosidades. Semán (2003, 2006) que estuda principalmente a relação entre religião e literatura afirma que a “literatura espiritual contemporânea” cria novas vivências religiosas.

Se, de acordo com Thompson (1995), os cientistas sociais valorizaram sobremaneira o processo de secularização, sem se atentar para o processo de mediação da cultura que se iniciou com a modernidade, apoiando-me em Martino (2003), é possível afirmar que as religiões perceberam a importância da mediação da cultura e utilizam cada

vez mais as mídias para a disputa de fiéis e para a construção de referenciais simbólicos que expliquem e dirijam as ações cotidianas. E mais do que isso, com base em Semán (2003), pode-se afirmar que os fiéis, crentes e usuários de mídia podem encontrar nos diversos produtos de mídia uma forma de expressão da religiosidade.

Não é pretensão desse trabalho explicar a manutenção ou renovação dos sistemas religiosos na sociedade contemporânea, mas situar o debate diante da inegável evidência da tensão entre o processo de secularização e laicização da sociedade ocidental e o aumento de diversidade religiosa e das manifestações religiosas midiadas, que permite que se estabeleça o argumento da relevância do contexto religioso. A seguir traçarei um sucinto panorama das religiões no Brasil, para poder justificar a escolha pela Religião Católica.

2.2.1 A Igreja Católica no panorama das religiões no Brasil

Este trabalho encontra-se histórica e espacialmente delimitado — é a produção de literatura infantil contemporânea brasileira de editoras católicas em contraposição a de editoras laicas que será utilizada como material empírico — por isso se faz necessário entender o cenário das religiões no Brasil e como a Igreja Católica se situa nele.

Pierucci e Prandi (1998), ao traçarem um painel das religiões no Brasil contemporâneo, revelam o seguinte cenário. Uma tendência que se confirmou com o Censo Demográfico de 2000 foi o decréscimo de pessoas que se autodenominam católicas, luteranas e umbandistas, com o crescimento daqueles que se autodenominam pentecostais e neo-pentecostais e do número de pessoas que se declaram sem religião. No entanto, a religião católica continua sendo declarada como majoritária e hegemonicamente praticada (Pierucci, 2004b).

Tabela 1 – Religiões do Brasil de 1940 a 2000, em porcentagem*

Religião	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Católicos	95,2	93,7	93,1	91,1	89,2	83,3	73,8
Evangélicos	2,6	3,4	4,0	5,8	6,6	9,0	15,4
Outras religiões	1,9	2,4	2,4	2,3	2,5	2,9	3,5
Sem religião	0,2	0,5	0,5	0,8	1,6	4,8	7,3
Total**	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

(*) O título da tabela foi extraído do texto de Pierucci.

(**) Não inclui religião não declarada e não determinada.

Fonte: IBGE, Censos demográficos (apud Pierucci, 2004, p. 20).

Em consonância com os tempos atuais, os dados do Censo indicam uma diversificação religiosa na maior parte do país. Em 1980, o fenômeno atingia principalmente Rondônia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, e algumas áreas de colonização alemã do sul do país, podendo ser notado, de forma atenuada, em regiões de contato, como no Acre, Amazonas, Pará e Mato Grosso. Em 1991, nota-se esse fenômeno em várias cidades grandes, como Recife, Salvador, Belo Horizonte, periferia de São Paulo, e principalmente Rio de Janeiro, dentre outras. O Censo de 2000 indica que a diversificação tem avançado em todas as micro-regiões do país, com salvaguarda de alguns lugares em que o catolicismo é muito forte, como “sertão nordestino e maior parte de Minas Gerais, mas também no interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (Jacob et al., 2004, p. 11).

De acordo com Pierucci (2004b), o recuo do catolicismo está em consonância com a teoria clássica da sociologia, segundo a qual religiões tradicionais majoritárias tendem a recuar à medida que as sociedades se modernizam, diferenciando-se, pluralizando-se. Enfim, após atingirem o ápice, começam a apresentar fissuras e perdem terreno. Para o autor, nas sociedades pós-tradicionais, as filiações sociais e culturais, dentre as quais a religião, tornaram-se opcionais e passíveis de revisão, sendo experimentadas de forma não consistente.

Outro fato que merece destaque é o crescimento cada vez mais intenso dos que se declaram sem religião (ver Tabela 1), o que já chamara a atenção de Cândido Procópio, ao analisar os Censos de 40, 50 e 60, e que se confirmou nos dados do Censo 2000.

Novaes (2004)⁴, ao discutir a secularização representada pelos sem religião, afirma que pouco se discutiu sobre o significado desses números. A autora situa seu estudo na faixa etária de jovens de 15 a 24 anos. De acordo com René Decol (2001 apud Novaes, 2004), a estrutura tradicional com transmissão vertical de valores e normas, dentre as quais a religião, tem sido afetada por processos culturais, com influência horizontal, agindo sobre um mesmo grupo populacional (coortes) de forma diversa. Os ventos secularizantes seriam um exemplo disso, pois em cada coorte menos adultos, em idade de reprodução afirmam-se católicos. Isto resulta em um grupo de crianças que é socializada recebendo essa influência⁵.

O Censo de 2000 mostra esta tendência, pois entre os jovens aumenta o número dos que não se declaram católicos (73,6%), é menos acelerado o crescimento dos que se declaram evangélicos (14,2%) e destaca-se o número dos que se declaram sem religião (9,3%). Soma-se à tendência secularizada, o “espírito de época” partilhado pelos jovens, que significa poder aderir simultaneamente a diversos sistemas de crença, combinando práticas, fazendo suas escolhas em um campo religioso diversificado e competitivo (Novaes, 2004).

Como já explicitado anteriormente, faz parte desse cenário a possibilidade de transitar de uma religião a outra, fato este que leva as religiões a reconhecerem umas as outras como religião (mesmo que isto implique no combate entre os diversos grupos) (Pierucci e Prandi, 1998). A liberdade religiosa foi instituída, com isonomia de todos os

⁴ Vale lembrar que quem responde ao Censo são os adultos e não as crianças.

⁵ Diante dos resultados da pesquisa da Novaes (2004), pode-se perguntar se ocorreria influência intra-geracional entre jovens, adolescentes e crianças, em outras palavras, qual seria a influência dentro dos grupos geracionais de crianças, adolescentes e jovens?

cultos e grupos religiosos. Ao mesmo tempo, essa liberdade relativa, mantida em domínio específico, pressupõe a possibilidade da sociedade existir sem ela (Giumbelli, 2004) e o direito de não crer, ser ateu, agnóstico, ou trocar de crença e mudar de religião (Silva Jr., 2003).

Apesar da ampliação da diversidade religiosa, do crescimento de número de adeptos de algumas confissões e do aumento daqueles que se declaram sem religião, a Igreja Católica se mantém como a confissão hegemônica no país, sendo aquela que congrega o maior número de fiéis. Este cenário configura-se como um argumento que permite reafirmar a pertinência da escolha de editoras católicas como instância representativa de religiões.

Tendo realizado esta opção, resta levantar alguns aspectos específicos da religião católica, sem, no entanto, pretender dar conta de séculos de história, nem da complexa atuação da Igreja, ou da sua intrincada diversidade interna.

2.2.2 Tendências contemporâneas da Igreja Católica

Em avaliação da agenda de longo prazo da Igreja Católica após o Concílio Vaticano II (1962-1965)⁶ — que desempenhou uma importância significativa nos rumos da instituição, pois procurou adequá-la aos desafios da modernidade —, Azevedo (2003) defende que apesar dos avanços, observa-se um déficit democrático em suas estruturas e práticas, sendo que, para o autor, este é um dos desafios estratégicos que a Igreja Católica tem que enfrentar. Se Azevedo aponta dificuldades nas relações de poder entre os adultos que participam da Igreja, sequer cogita como essas relações afetam às crianças. Iniciarei este tópico com os impactos do Vaticano II, para depois retomar a questão das instâncias de poder.

⁶ O Concílio Vaticano II será denominada doravante de Vaticano II.

Os impactos do Vaticano II logo se fizeram sentir na América Latina, pois este foi o primeiro continente a se mobilizar para implementar suas propostas (Azevedo, 2003), seguida da participação ativa dos bispos latino-americanos na reunião de Medellín, em 1968, e de Puebla, em 1979 (Souza, 2004).

Em Medellín, a expressão “pecado social” serviu para efetivar a denúncia das estruturas políticas e econômicas que geravam as desigualdades sociais no continente, além do pobre ser alçado a ator central da vida da igreja e da sociedade, com a possibilidade de sua libertação. Em Puebla, reafirmou-se a “opção preferencial pelos pobres”, com forte apoio nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (Souza, 2004).

Assim, ao mesmo tempo em que golpes de estado e ditaduras militares instalavam uma política autoritária em diversos países do continente, setores da Igreja Católica agiam na organização popular, na defesa dos direitos humanos, no enfrentamento de problemas sociais, como os relativos à reforma agrária e à distribuição de solo urbano (Souza, 2004).

A eleição do Papa João Paulo II, em 1978, mudou a perspectiva da Igreja Católica em todo o mundo, afastando-a das propostas mais avançadas do Vaticano II (Azevedo, 2004). De acordo com Souza (2004), pode-se afirmar que a Igreja Católica, após Paulo II, estancou o ritmo do *aggiornamento* vivido após o Concílio e os tempos de Medellín e Puebla, com congelamento doutrinário, impossibilitando o debate de sua doutrina e de questões ligadas à subjetividade e à sexualidade.

João Paulo II implementou práticas contraditórias: autoritarismo interno e propostas reformistas externamente. Suas viagens adquiriram uma dimensão estratégica com vistas a tornar a Igreja Católica, com seus valores, uma referência universal, que unificasse o mundo. Enfatizava em seus discursos a necessidade de um retorno a valores religiosos para debelar as crises mundiais, além de defender uma moral sexual tradicional, com ênfase no

papel familiar, como o lugar por excelência da vivência das virtudes e da regulação moral da sociedade (Azevedo, 2003).

Essa concepção se expressou em documentos, discursos proferidos em instâncias internacionais, sendo referendada com o Catecismo da Igreja Católica de 1992, em que condena o divórcio, a vivência sexual fora do casamento, práticas homossexuais, tendo em vista que o “dom da vida” é o que deve reger o ato sexual (Azevedo, 2003).

Em 2003, o Cardeal Joseph Ratzinger, então Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, foi instituído, por João Paulo II, presidente da Comissão Especial, que tinha como objetivo redigir um compêndio do Catecismo da Igreja Católica, com uma síntese dos conteúdos essenciais presentes no novo Catecismo, no formato de perguntas e respostas, que foi aprovado em março de 2005 (Ratzinger, 2005). No mês seguinte, em abril, foi eleito para suceder o papa João Paulo II, sob a denominação de Bento XVI. O Compêndio foi oficialmente aprovado e publicado em Junho de 2005 pelo novo Papa Bento XVI⁷.

Em 25 de dezembro de 2005, Bento XVI anunciou a Encíclica *Deus Caritas Est* (*Deus é Amor*)⁸. Doria (s.d.), ao compará-la às encíclicas anteriores, ressalta o recuo que ela representa na compreensão da pobreza e, conseqüentemente, nas formas propostas para a ação da Igreja Católica diante das desigualdades sociais. As encíclicas anteriores explicavam a pobreza em termos históricos e sociológicos e, em consonância com o processo de secularização, apresentavam a Igreja Católica como um agente de mudanças. Bento XVI, ao discutir o amor como *ágape* (*caritas-ágape*), opta por uma atitude revisionista em que a ação cristã deve ser a de minorar os sofrimentos causados pela pobreza, e não a ação em busca de sua superação e eliminação das desigualdades sociais.

⁷ Algumas informações foram extraídas do *site* do vaticano (http://asv.vatican.va/phome_po.htm).

⁸ O texto completo pode ser encontrado no site do Vaticano, na página http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est_po.html

De acordo com Dória (s.d.), Bento XVI propõe também uma reflexão sobre o amor erótico (Eros), não abordado nas encíclicas anteriores, o que poderia significar um avanço. No entanto, restringe o erotismo à relação entre homens e mulheres adultos, fato que o leva a silenciar sobre qualquer outra possibilidade de amor erótico, além de não resvalar em problemas internos da Igreja Católica, como celibato, homossexualismo, pedofilia entre padres. Sem dialogar com a vasta produção intelectual materialista, freudiana e pós-freudiana sobre *eros*, Bento XVI resgata o amor erótico presente no Antigo testamento e afirma que *eros* deve submeter-se ao *ágape e que* precisa de disciplina, pois sua potência de elevar o humano ao divino só se realizaria quando o indivíduo subjuga e saneia o instinto, por meio de ascese, renúncias e purificações (eufemismos para a penitência e flagelação). Apesar do imenso interesse pelos jovens expresso em diversos pronunciamentos e documentos assinados pelo atual papa, a perspectiva adultocêntrica permanece.

Com relação às relações internas de poder, Azevedo (2003) afirma que, na Igreja Católica, o poder se divide de forma assimétrica em seis pólos: o pólo pontifício, o pólo episcopal, o pólo burocrático, o pólo dos leigos e o pólo da sociedade civil inter-eclésiástica.

O quinto e o sexto pólo merecem destaque, pois a posição dos leigos mudou progressivamente após o Vaticano II, à medida que lhes foi garantido o estatuto de sujeitos de direito na Igreja Católica. O sexto pólo surgiu a partir do Vaticano II. Nele reúnem-se pessoas e grupos advindos dos outros pólos de forma transversal, unidas pelos ideais expressos nos documentos do conclave, isto é, uma Igreja a serviço da vida humana e aberta ao diálogo inter-religioso que assume os direitos humanos com um valor ético, político e jurídico (Azevedo, 2003).

O poder na Igreja Católica se concentra assimetricamente nos pólos pontifício e burocrático curial, apesar de ter sido aprovado neste concílio os princípios da vivência comunitária e da colegialidade e de se observar um declínio do eurocentrismo eclesialístico (Azevedo, 2003).

Internamente, para Azevedo (2003), o déficit democrático se evidencia principalmente quanto à situação das mulheres, à obrigação do celibato dos padres, à moral sexual e à livre investigação teológica, com punição de teólogos ligados à Teologia Política européia e à Teologia da Libertação latino-americana⁹.

Se internamente evidenciam-se contradições, na ação externa da Igreja Católica também é possível notar contradições. Como única confissão que tem sua legitimidade como Estado majoritariamente reconhecida, a Igreja Católica estabelece relações diplomáticas (bilaterais e multilaterais), podendo assim garantir sua influência em níveis nacionais e internacionais em que seus interesses e visão de mundo estejam envolvidos (como questões ligadas à vida, liberdade religiosa, justiça e paz), além de abrir ou consolidar espaços para a ação evangelizadora.

Neste processo, a Igreja Católica, principalmente com João Paulo II, realizou esforços para construir a imagem internacional de instituição a serviço de toda a humanidade. Se, por um lado, promove uma visão idealista de mundo, por outro, adota “posições realistas”, como sua contribuição na derrocada dos regimes socialistas, a convivência da Igreja oficial com os regimes autoritários da América-Latina, ou sua posição estratégica contra a invasão norte-americana ao Iraque, tendo em vista a necessidade de um bom relacionamento com países islâmicos, já que o islamismo tende a ser, a médio prazo, a religião com o maior número de fiéis do mundo (Azevedo, 2003).

⁹ A punição a diversos teólogos foram orquestradas pelo então Cardeal Ratzinger, responsável pela Congregação para a Doutrina da Fé, hoje papa Bento XVI.

Dentro deste cenário, o Brasil tem uma história peculiar, e apresenta uma diversidade de perspectivas internas. Ao retomar a história da Igreja Católica no Brasil, Azevedo (2004) lembra que, durante o período Colonial, a Igreja Católica encontrava-se subordinada ao Estado e, em consonância com ele, funcionava como instrumento de dominação. Um marco na crise deste modelo foi a expulsão dos jesuítas, em 1759, e a instauração progressiva de uma mentalidade racionalista e iluminista. Em 1840, durante o segundo reinado, a Igreja Católica do Brasil colocou-se sob as ordens diretas do Papa, desvinculando-se hierarquicamente da Coroa Luso-brasileira, em um processo nomeado de Romanização que incluiu três fases: a primeira marcada pelo investimento na formação do clero de acordo com a disciplina do catolicismo romano; a segunda refere-se à separação entre Igreja Católica e Estado com a proclamação da República; e a terceira, a partir de 1922, conhecida como NeoCristandade, em que a Igreja Católica decide atuar de forma visível na arena política (Azevedo, 2004).

Com essa intenção, intelectuais católicos foram mobilizados, organizou-se, na década de 20, a Ação Católica Brasileira (ACB) e foi fundada a Liga Eleitoral Católica (LEC), no Rio de Janeiro (Azevedo, 2004).

Segundo Souza (2004), a LEC, inicialmente, vetava ou recomendava candidatos a partir de interesses e concepções da Igreja Católica, porém ampliou sua atuação para além dos períodos eleitorais, com o objetivo de influir em “nível da consciência ética, em ações e posicionamentos na sociedade (polis), nos processos de tomada de decisão coletiva e na gestão da coisa pública” (Souza, 2004, p.84).

Nos anos de 1950, a Igreja Católica no Brasil parecia mais voltada a mudanças internas, como a reforma litúrgica e institucional, o despertar do leigo para atuar dentro da igreja e desenvolver nos jovens a autonomia de pensar independente do clero. Em 1952, foi fundada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que desempenhou um

papel fundamental na organização e implantação das diretrizes do Vaticano II no Brasil, com compromisso específico com a realidade nacional, estabeleceu o Planejamento Pastoral como instrumento metodológico para o fomento das propostas de renovação (*aggiornamento*) (Azevedo, 2004).

Quadro 2: Data de origem aproximada de grupos ou organizações católicas no Brasil

Ano de surgimento	Grupos ou organizações
1920	Ação Católica Brasileira (ACB)
1946 e 1950	Reorganização da ACB
Final dos anos 50	Juventude Universitária Católica (JUC)
1952	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
1961	Ação Popular (AP) – sob impulso da JUC
± 1968	Renovação Carismática Cristã (RCC) Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) Teologia da Libertação

Fonte: Prandi, Campos e Pretti, 1998.

No final da década de 50, vários grupos passaram a atuar mais à esquerda e, após o golpe de 64 (que recebeu apoio da Igreja Católica oficial), alguns grupos passaram à clandestinidade (Pierucci e Prandi, 1998). Durante a ditadura militar, a CNBB estimulou o surgimento das diversas pastorais (entre elas a Pastoral da Criança, criada em 1983¹⁰), do Conselho Indígena Missionário (CIMI) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se organizaram em torno da Teologia da Libertação, com seus membros vivenciando a religião a partir de interesses coletivos das classes menos favorecidas.

As CEBs

Eram pequenos grupos de cristãos de setores populares que se reuniam para momentos de oração e de celebração de sua fé, mas também de reflexão sobre seus problemas concretos de trabalho, saúde, educação, direitos humanos etc. Havia uma ligação muito profunda entre fé e vida concreta, que estaria na base da reflexão latino-americana desses anos, em torno à Teologia da Libertação (Souza, 2004, p. 81).

¹⁰ Informação extraída do *site* www.pastoraldacrianca.org.br.

No entanto, no processo de *aggiornamento*, na década de 60, a Igreja Católica no Brasil fomentou um caminho de mão dupla, gerando tendências antagônicas: ações à esquerda, que resultaram, por exemplo, na Teologia da Libertação e nas CEBs, e um caminho conservador, que gerou a Renovação Carismática Católica (RCC) (Prandi, Campos e Pretti, 1998).

A RCC apresenta diversas semelhanças com o movimento pentecostal, distanciando-se do catolicismo do *aggiornamento*, em sua faceta modernizante, que abriu a mão da magia, desistindo do milagre e da cura, em consonância com o desencantamento do mundo, deixando às ciências e às técnicas os problemas que poderiam ser resolvidos sem a intervenção do divino (Prandi, Góes e Justo, 1998).

Na contramão do *aggiornamento*, a RCC propõe-se a fazer milagres, curar e resolver os mais diversos tipos de problemas, em consonância com a tradição brasileira de busca de solução religiosa e mágica-religiosa, alinhando-se com as Pentecostais de cura divina (Prandi, Góes e Justo, 2003). Outros elementos significativos da RCC são a presença central da Virgem Maria, referendando a tradição do culto mariano típico em toda América Latina, e o “êxtase religioso”, similar ao de outras religiões (como as afro-brasileiras e pentecostais), com a generalização do transe e suspensão temporária da consciência, por meio do qual nega-se a identidade, para atingir o auge da experiência religiosa.

O movimento de Renovação Carismática tem agido de duas formas: reação *para fora*, em oposição ao pentecostalismo; reação *para dentro*, em oposição às posições assumidas pela Teologia da Libertação e pelas CEBs. Com forte ênfase na vida íntima, os carismáticos enfatizam o controle moral, dos costumes e da sexualidade (Prandi, Góes e Justo, 2003).

Pierucci e Prandi (1998, p. 23-24) apresentam de forma sintética a ênfase da RCC e das CEBs:

Fora das CEBs, nenhuma destas modalidades religiosas se propõe a transformar o mundo [...] Os católicos carismáticos apostam numa transcendência das comunidades de base da Teologia da Libertação. Eles crêem na cura pela imposição das mãos, no contato direto com o sagrado, através dos dons do Espírito Santo, abandonando completamente qualquer dos velhos ideais de solidariedade fundados na “opção preferencial pelos pobres” do catolicismo dos anos 1960 e 1970.

Se as CEBs têm como proposta transformar o mundo com ênfase nos “oprimidos”, as outras tendências católicas (e mesmo outras religiões) tendem a afastar seus adeptos da ação política, ao mesmo tempo em que elegem muitos representantes para cargos legislativos e executivos¹¹ (Pierucci e Prandi, 1998).

Segundo Souza (2004), apesar das análises indicarem um decréscimo da atuação das CEBs e um crescimento de novos movimentos religiosos, é preciso ponderar, pois se é evidente o crescimento da RCC, isto não significa que as CEBs se encontram em decadência. Para o autor, é verdade que ocorreu um recuo na atuação das CEBs em regiões pioneiras (como periferia de São Paulo), ao mesmo tempo em que elas se espalharam pelo sul e centro-oeste do país. Além disso, em resultado de pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER Assessoria), em 2003, elas são apresentadas como uma experiência consolidada.

Tendo em vista as especificidades da Igreja Católica no Brasil, Azevedo (2003) observa uma defasagem entre as orientações advindas das altas esferas européias e as práticas dos fiéis, pois, por um lado, a instituição é hieraquizada com uma forte noção de autoridade, por outro, práticas participativas se desenvolveram ao longo dos anos, estimuladas pelo Vaticano II, mesmo com a reorientação proposta pela hierarquia eclesiástica. Por exemplo, apesar da nova ênfase conferida aos rumos da Igreja Católica

desde João Paulo II, no Brasil, a CNBB manteve sua linha de atuação e intervenção sociopolítica (Azevedo, 2004).

Diante desse cenário, Azevedo (2004) afirma que a Igreja Católica no Brasil apresenta uma dinâmica própria, com diversidade interna, em que seus grupos tendem a se identificar mais ou menos com as orientações da Santa Sé, adequando-se, a partir de suas próprias perspectivas às orientações eurocêntricas.

Para esta tese, importa ressaltar que a Igreja Católica não é um grupo monolítico, mas é constituída por uma diversidade de tendências que polemizam entre si, disputando adeptos internamente, mas também apresentando perspectivas diferentes de atuação no mundo, além de concepções morais diversas. Essas tendências diversas serão encontradas no uso dos meios de comunicação pelos diversos grupos e se expressam também na configuração de imprensa católica, como retomaremos adiante.

Além disso, seu discurso não contempla a perspectiva infantil, o fiel típico do debate da Igreja Católica é o adulto. E mesmo a Pastoral da Criança não questiona a perspectiva adulta presente nas orientações da Igreja, pois seu foco recai sobre o que se convencionou denominar como “oprimidos”, ou seja, aquela parcela do “povo de Deus” discriminado economicamente, sem no entanto colocar em questão a assimetria de idade.

2.2.3 Infância e Religião

Ao levar em consideração que os estudos sobre religião apenas tangencialmente se referem às crianças, irei, agora, apresentar algumas das reflexões possíveis a partir do material bibliográfico que de alguma forma refere-se à infância ou à juventude e que pode ser útil para a construção desta tese.

¹¹ As bancadas católica e evangélica tendem a votar juntas quando os projetos tratam de questões morais, sociais e outras que não contemplem interesses específicos de cada credo (Azevedo, 2004).

Os estudos que tratam da ação missionária no período colonial, como o de Priore (1991) e o de Chambouleyron (1999), evidenciam o papel da religião como instrumento de inculcação dos valores europeus (seus hábitos, costumes e crenças) e a tentativa de aculturação dos índios no intuito de cristianizá-los, com base na concepção dos curumins como “um papel em branco” sobre o qual os jesuítas acreditavam ser possível inscrever suas verdades, em contraposição aos índios adultos que não davam mostras de assimilarem a fé e os valores brancos.

Com base em duas imagens de infância, a das crianças místicas ou crianças-santas, cuja fé as faziam suportar dores e agonias físicas, e a do menino Jesus a ser adorado devotamente, a Igreja Católica difundiu a representação da criança divinizada como modelo a ser seguido pelos pequenos índios, com apelo à rígida disciplina e uso do castigo físico (Priore, 1991)

Ao escolherem as crianças indígenas como alvo, acreditavam poder influenciar também os adultos, pois as crianças passavam a exercer controle sobre os comportamentos paternos. No entanto, muitas crianças ao chegarem à adolescência retomavam as práticas de seu grupo de origem, o que exigiu a revisão do projeto missionário para que se tornasse mais eficaz. Assim, no início do século XVII, para além de formar cristãos, os jesuítas passaram a investir na instrução das crianças não-indígenas, em sintonia com o papel atribuído à educação pelo Estado moderno (Priore, 1991). Aos poucos a Companhia de Jesus, ordem essencialmente missionária, tornou-se uma ordem docente (Chambouleyron, 1999).

Como comentei no tópico sobre os procedimentos de pesquisa bibliográfica, não localizei muitas pesquisas significativas que relacionam infância e religião no Brasil, portanto, além da discussão sobre o papel dos jesuítas na educação de crianças indígenas e

brancas, as outras pesquisas referem-se à educação ou ao ensino religioso nas escolas ou, ainda, às questões atuais, como uso de drogas e prevenção da gravidez adolescente.

Se a função de educar nos valores “brancos-europeus” marca o início da história brasileira, em estudos sobre prevenção às drogas e à gravidez na adolescência, a religião parece ter uma função semelhante a de inculcar valores morais que afastem os jovens das drogas (Dalgarrondo, et al, 2004; Sanchez, Oliveira e Nappo, 2004) ou como uma das variáveis que auxiliam na prevenção da gravidez de adolescentes (Belo e Silva, 2004).

O argumento da ética e da moral é também retomado por alguns que defendem o ensino religioso nas escolas, como se pode observar na polêmica em torno da questão, que indica as contradições entre a laicidade do Estado e a permanência na esfera pública dos sistemas religiosos tanto como sistemas de explicação da realidade como campos discursivos de disputas pela hegemonia ao “legislar” sobre as práticas morais e éticas.

Para entender este processo, Giumbelli (2004) analisa debates públicos sobre a questão do ensino religioso, que se situam em torno do sistema educacional na França e no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo). O autor destaca três pontos do diagnóstico do relatório de dezembro de 2003 da Comissão sobre a Laicidade na França. Um deles refere-se à constatação do pluralismo do campo religioso e espiritual. Outro aspecto diz respeito às desigualdades para a expressão religiosa, como carência de espaços de culto para as religiões minoritárias, ausência de feriados de crenças não-católicas, etc. O último aspecto denuncia o “comunitarismo” que exacerba as tradições em detrimento do indivíduo, visto como potencialmente perigoso para a sociedade.

O impacto do diagnóstico e da concepção de laicidade sobre o sistema educacional francês é emblemático da relação entre Estado e Religião. A Comissão sobre Laicidade, diante das tensões e conflitos provocados por questões religiosas no âmbito escolar, tomou o partido da ordem pública. Apesar de reconhecer que a questão da consciência estava em

jogo, recomendou a criação de uma lei proibindo o uso de trajes “confessionais” em nome da garantia da escola como espaço de liberdade e igualdade. Ao mesmo tempo, propõe a formação de professores para o “ensino do religioso” ou “ensino do fato religioso”, afirmando uma “laicidade ativa”, que deve contribuir para o conhecimento crítico dos textos sagrados. Além disso, sugere que, na região em que o ensino religioso é facultativo e confessional, seja contemplado o Islamismo (Giumbelli, 2004).

Contraditórias, as recomendações revelam a ambigüidade da questão: a partir dos moldes modernos, restringe-se o religioso, ao mesmo tempo em que se evidencia sua presença inevitável – como signo deve estar fora da escola e como fato a ser estudado, dentro (Giumbelli, 2004).

No Brasil, Giumbelli (2004) analisa documentos que legislam sobre o ensino religioso no Rio de Janeiro e em São Paulo. Inicia, resgatando que o ensino religioso é tema freqüente das constituições em nosso país, e sempre esteve ligado à influência do catolicismo.

Também aqui, a discussão em torno do ensino religioso enfatiza a diversidade, além de não se recusar à noção de laicidade. O autor identifica quatro tendências no debate. Na primeira, postula-se que o Estado laico não pode se negar a transmitir noções de cidadania e ética e escolhe-se para este fim o ensino religioso em seu modelo confessional. Na segunda tendência, a noção de laicidade serve para negar o ensino confessional e afirmar um ensino inter-religioso. Na terceira, o ensino religioso submete-se ao conhecimento acadêmico e contempla-se o pluralismo religioso. Na quarta tendência, desaconselha-se o ensino religioso em função da laicidade e pluralismo (Giumbelli, 2004).

Ao reagrupar essas tendências, na perspectiva da ruptura social, o autor apresenta a quarta tendência como representante do maior grau de ruptura, a segunda e terceira como posições intermediárias e a primeira tendência, no outro extremo, representa o menor grau

de ruptura, apesar de evidenciar a fissura com a tradicional abordagem do ensino religioso sob influência do Catolicismo.

O ensino religioso legitimado no Brasil pela Constituição de 1988 e pela LDB abre perspectiva interessante para o mercado de trabalho, com repercussões no mercado livreiro que têm as escolas como público cativo e o Estado como grande comprador.

O que fica evidente nesses poucos estudos é que a infância e juventude são na intervenção religiosa — seja missionária, sistemas atuais de educação ou para alguns pesquisadores da área de prevenção —, objetos de práticas de socialização como inculcação, processo de mão-única, em que a religião está a serviço de sistemas de controle preventivo e moral e depositário dos valores éticos. Nota-se a contradição da sociedade ocidental secularizada “pós-moderna”, com seu Estado laico, porém com a manifestação pública intensa das religiões, inclusive com disputa pela inserção na esfera da educação pública do ensino religioso. Com editoras católicas participando ativamente da disputa desse mercado livreiro.

2.2.4 Mediação da religiosidade e imprensa católica

Se, anteriormente, apresentei alguns argumentos que permitem postular a importância da mídia para os sistemas religiosos, seja como instrumento para suas ações seja como novas possibilidades de vivência religiosa, compete neste tópico situar a imprensa católica nesse cenário, sem no entanto tentar dar conta das inúmeras nuances, tensões e contradições próprias da atuação da Igreja Católica quanto às mídias.

De acordo com Montero (1995), a Igreja Católica, com o Concílio Vaticano II, abre-se para o mundo moderno e passa a rever seu lugar nele, volta-se para o homem concreto, o homem histórico, reconhece a importância da cultura e reconcilia-se com os avanços tecnológicos, como possibilidades para o progresso mundial. Uma decorrência

desse processo pode ser observada na nova postura missionária diante da diversidade cultural. A dinâmica de aculturação passa a ser substituída pela noção de *inculturação*, que implica uma nova forma de se relacionar com as culturais locais, rompendo com a concepção de paganismo em contraposição à de alteridade cultural. A Igreja adota então a tensa perspectiva de adaptar-se às culturas locais, tornando-se o outro (indianizar-se, africanizar-se), e manter a universalidade de suas verdades.

Os meios de comunicação são reconhecidos para além de uma possibilidade de evangelização, como um aspecto importante de cultura moderna pois criaria novas culturas, novas atitudes (Puntel, em entrevista)¹².

No documento, considerado o mais importante sobre a comunicação da Igreja Católica, *Instrução Pastoral Communio et Progressio* (1971), observa-se que a postura defensiva diante dos meios de comunicação “dá espaço para a compreensão de um novo mundo que emerge à sombra dos sistemas de comunicação” (Silva, 2002, p. 81). O documento fomenta o uso da mídia para promover as relações sociais, o amor e a liberdade, além de possibilitar o debate dos problemas do mundo na perspectiva cristã, defendendo que o uso das mídias viabilize a manifestação dos mais variados interesses e opiniões e possibilite uma formação crítica (Silva, 2002).

Uma das críticas ao documento, realizada por Puntel (apud Silva, 2002), refere-se ao fato de não contemplar a discussão da dimensão política e econômica desses meios, mantendo a Igreja Católica, quanto aos meios de comunicação, distante da realidade, na esfera do ideal, sem conseguir se apropriar de fato dos mecanismos que o constituem.

Para Montero (1991a), diante das potencialidades da mídia, a Igreja Católica precisa reorganizar sua prática evangelizadora em quatro níveis: redefinir o público para o qual o discurso religioso é dirigido, enfrentando o desafio de “evangelizar multidões”;

¹² A entrevista encontra-se no seguinte endereço eletrônico:
http://www.paulinas.org.br/sepac/sp_arti_entrevista.aspx.

aceitar a noção de opinião pública, que implica em pluralismo diante da autoridade, estimulando o debate e a livre expressão; preocupar-se com a Igreja como notícia e em como veicular sua imagem; fazer com que a mensagem religiosa católica seja capaz de competir no mercado.

Se a Igreja Católica, como instituição, apresenta dificuldades na realização de seu projeto, o mesmo não se confirma com relação ao que Semán (2003) denomina de “literatura espiritual contemporânea”, que se encontra inserida na lógica do mercado, e, como afirma o autor, realiza a mediação editorial do que ele denomina de espiritualidades da Nova era, participando da criação dessa religiosidade.

Como exemplo desse tipo de produto globalizado, ele cita o fenômeno editorial Paulo Coelho, que se auto-define como católico convertido à antiga ordem católica *Rigor, Amor, Misericórdia* (RAM) reconhecida pela própria Igreja, na qual teria aprendido a linguagem simbólica e mágica que utiliza em seus escritos.

No Brasil, observa-se uma tendência ao uso dos meios de comunicação na perspectiva evangelizadora, principalmente a partir do século XIX (Silva, 2002), perspectiva que muda e adquire novas nuances principalmente após a criação da CNBB que indicou os meios de comunicação como “uma área de preocupação formal e administrativa” (Cava, 1991, p. 23). Com a preocupação de integrar a ação dos diversos órgãos — Central Católica de Cinema (CCC, criada em 1951), a Rede Nacional de Emissoras Católicas (RENEC, criada em 1958), a União Católica de Imprensa (UNCI, criada em 1961) — que atuavam no setor, foi criado, em 1962, o Serviço Nacional de Opinião Pública (SNOP).

Com relação às editoras católicas no Brasil, Montero (1991b) afirma que até a década de 50, a ação das editoras permaneceu subsidiária das vocações apostólicas, não tendo uma participação expressiva no mercado livreiro. Porém, a importância cresceu

articulada com o próprio desenvolvimento do pátio gráfico e do setor livreiro no país, impulsionado pela compra de livros didáticos pelo Estado a partir da década de 60 e pela ampliação da escolarização obrigatória.

A autora, afirma que, na década de 60, novas editoras católicas surgem, como a editora Loyola (1963), a Salesiana Dom Bosco, que funcionava apenas como gráfica, passa a produzir livros (1964), a FTD dos irmãos maristas (1965). As editoras Vozes e Edições Paulinas, bem mais antigas, beneficiaram-se também do crescimento do mercado. A Vozes, a partir de 1969, passa a investir no setor universitário com o objetivo de atingir principalmente o público das faculdades das áreas de Ciências Humanas. A Loyola se firma com a produção de livros de educação moral e cívica para colégios. A FTD aposta nos livros didáticos. A Edições Paulinas apóia-se principalmente em títulos dedicados à catequese e à liturgia, sendo mais lenta sua entrada no setor de livros universitários. Além dos títulos dirigidos às escolas e ao consumo cultural da classe média, também cresceu de forma regular a produção de livros religiosos.

Se o setor editorial brasileiro é bastante disperso, o setor de produção editorial católico encontra-se concentrado em poucas editoras. Entre as editoras católicas, a partir dos anos 80, as Editoras Vozes e as Edições Paulinas encontravam-se consolidadas entre as cinco maiores editoras do país (Montero, 1991b).

Para os coordenadores da Expocatólica — um evento de mercado —, as editoras católicas desempenham um papel fundamental na melhoria dos produtos religiosos e no futuro do mercado de produtos religiosos. Entre as oito maiores editoras católicas, na atualidade, estariam: Loyola, Paulus Editora, Paulinas Editora, Vozes, Santuário, Ave-Maria, Salesiana e Canção Nova¹³.

Nenhum trabalho sobre a atuação das editoras católicas no setor de literatura infantil foi localizado, por isso, para auxiliar na compreensão do universo de produção de

literatura infantil de editoras católicas, foi proposta a realização de entrevistas com os responsáveis pelas editorias que participam com livros na amostra. No entanto, só foi possível a realização de entrevista com a coordenadora da *Paulinas Editora*. O editor da *Paulus Editora* reside em Belo Horizonte e, por isso, respondeu ao questionário por correio eletrônico. O mesmo aconteceu com o editor da *Vozes*, cuja sede não é em São Paulo. A entrevista e os questionários respondidos encontram-se em anexo, com consentimento dos respondentes para seu uso acadêmico.

Após tentar durante duas semanas contato com a editoria de literatura infantil da *Editora Ave-Maria*, sem sucesso, foi enviada mensagem eletrônica com informações sobre a pesquisa e com o questionário, solicitando resposta. Como não acusassem o recebimento da mensagem, foi enviado fax com a apresentação formal da pesquisadora por meio de carta de apresentação assinada por sua orientadora em papel timbrado do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC/SP, apresentação da pesquisa e o questionário. Também não se obteve sucesso.

Com a *Edições Loyola* só foi possível o contato telefônico, por meio do qual obteve-se a informação de que a editora não publica literatura infanto-juvenil há dois anos. Ao ser questionada, pois tinha em mãos o catálogo de literatura infantil da editora, a informante afirmou que apenas mantém a publicação de livros de Rubem Alves, cuja permanência decorre do fato de ser um autor reconhecido e de seus livros “venderem mais”.

¹³ Entrevista no *site*: <http://www.expocatolica.com.br>.

A Edições Vozes informou que há alguns anos não publica mais literatura infantil, apenas produz textos de filosofia para crianças, catequese e ensino religioso (histórias, nesses casos, servem como instrumento de apresentação de valores éticos, religiosos e sociais).

A linha editorial da Vozes deixou de contemplar a literatura infantil há alguns anos. As únicas publicações para o público infantil, hoje, são de cunho pedagógico e educacional, por um lado, como é o caso da coleção "Textos para começar a filosofar", que recorre a histórias com intenção de trabalhar valores éticos, religiosos e sociais, e, por outro lado, obras de catequese e/ou de ensino religioso, que são notadamente obras católicas. (João)

Evidencia-se, assim, a clareza quanto ao fato de que esse tipo de produção não se enquadra na categoria literatura infantil.

Em uma das entrevistas, obtive a informação de que a *Editora FTD* era ligada aos Irmãos Maristas¹⁴. A editora tinha sido classificada nessa pesquisa como editora laica, por estar estreitamente ligada à produção de livros para escolas. Mediante a informação, decidi colocar em suspensão a classificação inicial e analisar o *site* da editora. Com base na explicitação do vínculo com o pensamento católico contemplado no histórico da editora, considerou-se pertinente classificar a editora como católica.

Em nossa amostra há livros das *Edições Paulinas*, *Paulinas Editora* e *Paulus Editora*. Em entrevista com a editora de literatura infantil da *Paulinas*, obteve-se a informação que tanto a *Paulinas Editora* quanto a *Paulus* publicavam conjuntamente com o selo de Edições Paulinas, e só era possível saber de qual editora era o livro ao se atentar para o local de impressão dos livros. Porém, há aproximadamente dez anos, ocorrera a separação das marcas.

Paulus e Paulinas são duas Congregações com o mesmo carisma. Inicialmente possuíam a mesma marca *Edições Paulinas*, embora os editoriais fossem separados. Há dez anos houve a separação da marca. Paulus Editora e Paulinas Editora. Cada um com sua logo marca. (Irmã Maria Alexandre)

De acordo com respostas concedidas pelos entrevistados, tanto a *Paulus* como a *Paulinas* preocupam-se com a qualidade literária de sua produção para crianças. A proposta editorial da *Paulus* seria produzir literatura de qualidade no que se refere ao texto e à ilustração, e, sem fazer uso do proselitismo, valorizar um tom humanitário, pois os valores humanos seriam para a *Paulus* similares a valores cristãos.

A proposta da editora no campo da literatura infantil é sobretudo oferecer literatura infantil de boa qualidade, tanto no que diz respeito ao texto como à imagem... (Jakson)

Para a *Paulinas*, o importante também é valorizar a qualidade literária e, ao mesmo tempo, contribuir para o crescimento cultural da criança leitora e apresentar temas inovadores para atender a novas demandas. A entrevistada ressalta que a literatura infantil não deve ser didático-moralista.

No caso da *Paulus*, informaram que o critério para selecionar novos títulos é que os textos sejam atraentes e sedutores ou, para a linha de paradidáticos, que os livros contribuam e enriqueçam o trabalho nas escolas (evitando o mero didatismo, estilo cartilha). Procuram autores ligados à literatura, literatura infantil ou infância.

A *Paulinas*, segundo a entrevistada, tem como critério de seleção a qualidade literária:

Que seu conteúdo seja rico sem ser chato, que traga em seu bojo a semente de transformação. Que seja lúdico, prazeroso, aberto e criativo. Dando espaço ao leitor de recriar a história com sua imaginação e fantasia. Que seja comprometido com a realidade, crítico e inteligente. (Irmã Maria Alexandre)

A *Paulinas* afirma abrir uma exceção quanto à qualidade literária quando trata de questões problemáticas, com temas inovadores que contribuirão para a reflexão tanto de crianças

¹⁴ O texto de Montero (1991) que apresenta o surgimento da FTD e a classifica como editora católica foi lido depois da realização das entrevistas.

quanto de professores e pais, como a questão das necessidades especiais, tema escolhido para a Campanha da Fraternidade de 2006.

Quanto aos critérios para reedição, apesar de não produzir mais literatura infantil, a *Vozes* afirmou que seu critério é comercial, a *Paulinas* informou que a reedição depende da venda, que estaria atrelada a uma boa divulgação. A entrevistada teceu um comentário quanto a bons livros que não são reeditados, pois não são aceitos no mercado, por exemplo, livros que tratam de temas tabus, como morte e separação de pais.

Quanto às diferenças com relação às outras editoras católicas, tanto a *Vozes* como a *Paulus* apenas indicaram a quantidade de títulos, e não a qualidade, como critério diferenciador. A *Paulus* e a *Paulinas* foram citadas pela *Editora Vozes* como referência na publicação para crianças. Para a *Paulus*, a própria editora e a *Paulinas* seriam as que mais publicam, seguidas da *Ave-Maria*, da *Loyola* e da *Vozes*, e, apesar de citar também a *FTD*, caracterizou-a principalmente como produtora de livros didáticos.

A *Paulinas* afirma que não se preocupa com a produção das outras editoras católicas, pois não são suas concorrentes, que seu olhar é mais atento ao que tem ocorrido de forma geral na produção de literatura infantil e que a concorrência no mercado é com editoras laicas, por ser com elas que se disputa a venda para os programas de compra governamentais para distribuição em escolas e bibliotecas públicas.

O que eu posso dizer é que nós estamos no mercado, concorrendo com outras editoras não católicas. Nós estamos concorrendo também com os programas de governo. O PLDE, PNDL e Secretarias Municipais... o governo compra das editoras e distribui nas escolas e Bibliotecas. (Irmã Maria Alexandre)

Quanto à filiação a tendências da Igreja Católica, apenas a *Paulus* afirmou filiar-se à linha do Concílio Vaticano II:

Abertura para o mundo, ao ser humano, ao diálogo com a razão, com as pessoas dos tempos atuais, com preocupação de prestar serviço à humanidade e edificar um mundo melhor. Para isso não é necessário impor regras e doutrinas. (Jakson)

Apesar de a *Paulinas* afirmar que a produção de literatura infantil da editora não se filia a nenhuma tendência, pois o ensino religioso seria responsabilidade de outra editoria, deixa entrever preocupação similar à da *Paulus*, quando apresenta seus critérios de edição de livros e se refere à função transformadora e crítica e comprometimento diante da realidade e de seus problemas.

... que traga em seu bojo a semente de transformação (...) Que seja comprometido com a realidade, crítico e inteligente (...) mas traz um tema voltado para questões problemáticas e que irão contribuir para uma reflexão tanto da criança, como dos professores e pais. (Irmã Maria Alexandre)

Em relação às diferenças com relação às editoras laicas, a *Paulus* afirma que é possível encontrar similaridade com as editoras que têm uma preocupação humanitária com valores humanos, não-violência, paz, justiça, um país e um mundo melhores. Em relação a outras, em que esses princípios não estejam presentes, afirma que é possível encontrar diferenças. A *Paulinas* afirma não perceber nenhuma diferença na publicação de literatura infantil com relação às laicas e diz concorrer em pé de igualdade no mercado nacional. Como prova dessa concorrência, a *Paulinas* salienta que diversos títulos são comprados para distribuição em escolas pelos governos municipais, estaduais e federal, principalmente após a abertura à participação de pequenas editoras na concorrência federal.

Ainda com relação à qualidade de sua produção e à participação no mercado editorial, tanto a *Paulus* como a *Paulinas* fazem referência a prêmios recebidos nos últimos anos.

Percebe-se a relação das editoras católicas, que se dispuseram a fornecer entrevistas, tanto com as propostas do Concílio Vaticano II — ampliação de temas com abertura para questões seculares que dizem respeito à humanidade — como com as regras do mercado de publicação para crianças — a compra pelo Estado para distribuição em escolas e bibliotecas. Ambas as tendências articulam-se com o processo de laicização dessa

produção. Porém como se observará no capítulo de análise dos livros que compõem a amostra, esta proposta não encontra o mesmo respaldo na produção de literatura infantil da Editora Ave-Maria.

Se, por um lado, a literatura sobre religião adota a perspectiva adulta, por outro, as crianças encontram-se expostas, em certo sentido, à mesma prática religiosa que os adultos e às diversas práticas discursivas para adultos, além de práticas discursivas especificamente dirigidas a elas, como a catequese, a literatura voltada ao ensino religioso e a literatura infantil de editoras confessionais, a qual, se apresenta socialmente como laica (sob a rubrica de literatura infantil).

Diante disso, delimita-se um desafio: como garantir às crianças o direito à liberdade expresso tanto na Convenção Internacional dos Direitos das Crianças (1989) como no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)? Se, legalmente, foram garantidos às crianças os direitos que condizem com uma concepção de criança como ator social, portanto participe no próprio processo de socialização, o que implica o direito de expressão tanto no que se refere à possibilidade de refletir sobre a dinâmica social quanto de participar das discussões sobre decisões que lhe dizem respeito, como ter ou não religião, escolher seu credo ou pelo menos participar da discussão quanto a essa escolha, nas práticas sociais ainda não se conseguiu incorporar e implementar em sua completude esses direitos.

A garantia desses direitos implicaria a socialização como uma formação autônoma, em contraposição a uma formação heterônoma.

Parece se configurar processos tensos e, de alguma forma, articulados: pluralidade de expressões religiosas na contemporaneidade, mediação das expressões da religiosidade (com interações recíprocas), movimentos internos de Igreja Católica e imprensa católica e o processo de expansão da entrada do livro infantil e suas modificações para inserção na escola e na sociedade brasileira, via secularização exigida pela compra efetuada pelo

Estado laico, que poderia gerar, em alguma medida, uma tendência a aproximação entre a produção das editoras católicas e laicas.

Pode ser que a literatura infantil de editoras católicas, de alguma forma, sintetize as contradições próprias da sociedade atual com relação à religiosidade e à laicidade das sociedades modernas; mas, acima de tudo, podem-se manifestar nela as contradições frente aos direitos à liberdade, bem como uma concepção de socialização para a heteronomia, e não para a autonomia.

É preciso, no entanto, esclarecer duas questões antes de finalizar esta parte do capítulo. A primeira diz respeito à complexidade da sociedade contemporânea e à manutenção dos sistemas explicativos religiosos. Pode-se afirmar que, diante da complexidade da sociedade contemporânea e do mercado livreiro, é comum que editoras laicas publiquem textos que, de forma direta ou indireta, apresentem teorias cristãs, bem como que editoras confessionais publiquem textos com temáticas laicas. A questão que se pretende investigar nesta tese não é essa, apesar de esse aspecto não poder ser negligenciado nesse estudo, pois, ao considerar a perspectiva pós-metafísica de Habermas, pode-se supor que é possível encontrar uma apropriação crítica de conteúdos religiosos por editoras laicas, ou mesmo católicas, que favoreçam a emancipação humana.

2.3 LITERATURA INFANTIL

Diverso dos estudos sobre religião, os estudos sobre literatura infantil colocam no centro das reflexões a infância. Porém, ao analisar grande parte da produção para crianças observa-se a adoção da perspectiva adultocêntrica e de inculcação.

Entende-se aqui a literatura infantil como uma das instituições de socialização infantil e pretende-se evidenciar a produção, reprodução ou o rompimento da relação assimétrica entre adultos e crianças nessa produção, observando se ocorre transformação da concepção de criança como passiva ou ator social, articulada com a proposta de socialização infantil. Propõe-se, assim, a reflexão sobre a desnaturalização da centração no universo adulto comum à literatura infantil.

2.3.1 Literatura infantil e seu conceito

Entende-se, neste trabalho, literatura infantil como um dos produtos de comunicação de massas. Esse aspecto - literatura infantil como uma produção midiática - exige uma discussão conceitual. Para tanto, serão apontadas algumas características dos meios de comunicação de massa de acordo com Thompson (1995).

Sempre que se pensa em comunicação de massas, as mídias que frequentemente vêm à mente são jornal, rádio, TV, e, atualmente, rede mundial de computadores, em função da capacidade de atingirem audiências amplas, característica comumente referida ao termo “massa”.

Diversos pesquisadores da área da comunicação e teóricos da comunicação de massas partilham essa concepção. Santaella (2001, p. 25), ao fazer revisão do conceito de comunicação, afirma que

A rigor, entretanto, o primeiro meio de comunicação de massa foi o livro impresso que, a partir da prensa mecânica, no século XIX, foi atingindo tiragens cada vez mais numerosas (Mcquail, 1983:19 apud Santaella, 2000:34; Crowley e Heyer, 1999: 81-130). Entretanto, o fato de que o livro seja lido por um indivíduo no recesso de sua

solidão meditativa, mesmo quando a tiragem do livro alcança números significativos, o processo comunicativo que o livro instaura, especialmente quando comparado com meios quantitativamente poderosos como o rádio e a TV, não costuma ser enquadrado no perfil de comunicação de massas.

Porém, para Thompson (1995), essa concepção, majoritária no meio acadêmico, é pautada em um dos aspectos do adjetivo massa, decorrente do desenvolvimento de alguns setores da indústria de mídia, que não é o mais relevante para se estabelecer o que é ou não um produto de comunicação de massa. Segundo ele, deve-se levar em consideração se os “produtos estão, em princípio, disponíveis a uma pluralidade de receptores” (p. 286), como foi o caso da indústria de jornal ou de livros e revistas cujas “audiências eram e permanecem relativamente pequenas e especializadas” (p. 286), no entanto, encontravam-se e encontram-se, hoje, disponíveis ao público.

Outro aspecto sobre um dos significados usuais do qualificativo “massa”, que Thompson considera questionável, refere-se ao fato do termo sugerir que a audiência seja um amontoado passivo de pessoas indiferenciadas, sem considerar o receptor como sujeito ativo, situado em contexto sócio-histórico específico.

Outro aspecto destacado da discussão efetuada por Thompson refere-se ao limite do termo comunicação já que nos meios em questão se estabelece uma comunicação de mão única, com pouca possibilidade de interferência por parte do receptor, pois na institucionalização dos meios de comunicação de massa ocorre uma ruptura entre produção e recepção.

A partir da discussão dos termos massa e comunicação, Thompson propõe elaborar um conceito amplo de comunicação de massas: é “a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação” (Thompson, 1995, p. 288).

Restringi a discussão apenas a aspectos que considero fundamentais para a compreensão da literatura infantil como uma mídia de comunicação de massas; afinal o livro infantil encontra-se “disponível” para o público infantil e é um veículo de produção de formas simbólicas que podem estabelecer ou sustentar relações de dominação. Produzido, transmitido e recebido em contextos culturais estruturados por relações de dominação (classe, raça, gênero e idade).

Outra polêmica, cuja explicitação se faz necessária, é quanto à origem da literatura infantil e o conceito que daí decorre. Para alguns autores, sua origem estaria vinculada à origem do mito em idades remotas (Góes, 1991). A partir desta concepção, depreende-se que qualquer produção literária oral ou escrita, produzida ao longo da história da humanidade, a que crianças tiveram ou têm acesso é considerada literatura infantil.

Outra perspectiva, porém, afirma que a literatura infantil surgiu à medida que emergia o sentimento de infância moderno (Escanfella, 1999; Machado, 1994; Benjamin, 1984, Perroti, 1990 a, 1990b; Rosemberg, 1976, 1977, 1985; Zilberman, 1990 a, 1990b). A partir desse momento, a criança passou a ser objeto de interesse social de adultos, que para ela passa a produzir diversos produtos, como material pedagógico, brinquedo, roupas, alimentos etc. Dentre estes, a partir do século XVI nota-se o despontar de uma literatura especificamente pensada para criança, que seria, de acordo com a concepção dos adultos de cada época, adequada à sua idade e formação. Inicialmente fruto de uma perspectiva pedagógica, vai ganhando novos contornos e adquirindo novos significados durante sua história, como qualquer bem cultural ou produção simbólica.

Diante da polêmica, é preciso assumir uma posição. Partilho aqui da concepção de literatura infantil como uma *produção cultural com origem datada, intencionalmente produzida por adultos para crianças*. Parto do princípio que adultos (escritores, editores, ilustradores etc.) produzem histórias, que, de acordo com o momento de produção,

consideram adequadas para as crianças. Neste sentido, versões adultas sobre o mundo e as relações nele estabelecidas são produzidas especificamente para crianças, ao mesmo tempo em que se estabelece uma relação entre os adultos e as crianças por meio do texto literário, em consonância com o momento histórico de produção.

Pode-se afirmar que a literatura infantil

... vem sendo conceituada e apreendida em consonância com seu público-leitor (...) Se ela constitui a infância (considerada como um dos agentes do processo de socialização), ela é constituída, também, pela concepção de infância dominante em diferentes momentos históricos e para diferentes grupos sociais. Sem infância demarcada não há literatura demarcada, ao mesmo tempo a demarcação da literatura infanto-juvenil participa da demarcação da infância (Escanfella, 1999, p. 52).

Assim, a concepção adulta de infância informa e forma esta produção. É por esse e outros motivos que a literatura infantil desperta interesse para além do campo de estudos literários e suas áreas afins, como Lingüística e Comunicação, pois é considerada informante de questões sociais ou de modelos culturais para diversas outras áreas de conhecimento, como História, Psicologia, Sociologia, Pedagogia e Educação (Escanfella, 1999). É esse mesmo valor que permite defender a pertinência de se tomar, nesta tese, a literatura infantil como informante das relações entre adultos e crianças.

2.3.2 Em foco as dimensões religiosa, mágica e pedagógica na literatura infantil

Apesar da literatura infantil nascer sob o auspício da secularização da sociedade que se modernizava, apresenta em sua origem uma estreita relação com a moral religiosa, como se pode apreender em textos de diversos autores, como em Coelho (1981), Benjamin (1984), Bravo-Villasante (1977), dentre outros, que relatam seus primórdios e apresentam as primeiras obras que eram dirigidas às crianças com intuito educativo e moral.

Antes do advento de uma literatura especificamente produzida para elas e mesmo durante seu paulatino desenvolvimento, as crianças liam ou ouviam a produção escrita ou

oral dirigida a adultos, dentre elas, pode-se citar, na idade média, a literatura de cunho folclórico ou oral, que mesclava a tradição pagã e a força dos princípios cristãos, que representavam um aspecto fundamental de dominação cultural, com seu caráter moralizante (Coelho, 1981). Eram comuns, no período, os livros exemplares de teor moral e religioso, que eram fornecidos aos filhos como “castigo” (Bravo-Villasante, 1977).

Alguns dos primeiros livros produzidos especialmente para crianças foram escritos para a educação de filhos de reis, nobres e da burguesia em ascensão, algumas dessas crianças eram filhos dos escritores. Dos títulos citados por Bravo-Villasante (1977), encontram-se *A criança e a virtuosa doutrina* de Pedro Garcia Dei, para a infanta de Castela Isabel I, *Os pastores de Belém* de Lope de Vega, escrito para seu filho. Em ambos nota-se a relação com a doutrina cristã, símbolo da boa educação moral a ser ministrada aos filhos.

Contra a concepção que informava a literatura que estava sendo disponibilizada às crianças – parecida com a literatura geral destinada a iniciantes ou a grupos de leitores não educados – emerge a voz de moralistas e pedagogos (Ewers, 1997).

Assim, é a partir do século XVI, que se nota uma preocupação crescente com a formação da criança e com o que seria adequado a ela. Sob a influência de humanistas, pedagogos e moralistas, no afã de transformar a criança, símbolo do natural, em ser social e racional, humanizando-a (Benjamin, 1984). Com base na concepção da infância que emergia, começou-se a expurgar obras clássicas do repertório infantil, padrão que se torna evidente no século XVIII, quando se observam livros de civilidade “pueris” e “honestos” para crianças (Ariès, 1978). A partir de então, limita-se o conteúdo que será apresentado às crianças. Essa restrição temática ocasionou a diferenciação e isolamento da literatura infantil. O principal fundamento das mudanças implementadas sob essa influência é a concepção de criança como sendo essencialmente diferente do adulto. Essa diferença foi

interpretada para a produção de literatura infantil, muitas vezes, como exigindo representação realista, outras vezes, como exigindo representações indiretas e simbólicas, privilegiando a fantasia.

Sob essa influência, a partir do século XVIII, muitas das produções, inicialmente para adultos, passaram a ser destinadas às crianças. Para tanto, adaptação de linguagem e alteração na narrativa foram implementadas para que as histórias pudessem ser lidas pelos pequenos leitores. Exemplos desse processo são as *Fábulas* de La Fontaine, os contos de fadas de Mme D'Aulnoy e os contos de Perrault, e, mesmo posteriormente, no século XIX, os contos dos irmãos Grimm (Coelho, 1981).

De acordo com a concepção de criança, que emergia, procurou-se facilitar o processo de assimilação de valores por meio do apelo à fantasia e pelo uso de estrutura narrativa própria das histórias de tradição oral, ampliando os gêneros literários utilizados para a produção de livros para crianças para além dos exemplários, catecismos, aleluias, ditados, cartilhas, enciclopédias etc.

De acordo com a revisão, o mundo maravilhoso e fantástico ganhou espaço na literatura para crianças, sem, no entanto, que as dimensões pedagógica e moralista fossem abandonadas. Porém, creio ser possível inverter o argumento e afirmar que a literatura infantil passa a ser reduto do maravilhoso e fantástico. Enquanto as tradições mágicas e fantásticas pagãs e cristãs, no processo de secularização e racionalização do mundo, vão perdendo espaço no universo adulto, encontra franca acolhida na produção para crianças, sendo inclusive assimilada como algo natural da infância. Naturalizou-se, na literatura infantil, o fantástico e mágico como próprio da infância. Com a defesa de teóricos, como Bettelheim (1978), sob seu efeito positivo na elaboração de conflitos psíquicos.

Ewers (1998) afirma que, na Alemanha, os filantropos e reformadores foram responsabilizados pela restrição temática e pelo uso da estrutura narrativa. Porém, para o

autor, parece evidente que este processo decorre de mudanças objetivas a que as crianças foram submetidas nas sociedades industrializadas modernas, ao se diferenciarem e serem isoladas.

A história da literatura infantil também se encontra ligada à propagação e institucionalização da escrita e leitura, sustentadas pelo objeto livro, pois a escola desempenhou de maneira ostensiva um papel nesse processo. A primeira tarefa da Literatura Infantil foi ensinar a ler e escrever, para que seus “alunos” se tornassem futuros consumidores. Evidencia-se que não apenas a origem do livro, com o qualificativo infantil, encontra-se intimamente ligada à escola, mas o desenvolvimento do próprio mercado livreiro está intimamente ligado à escola (Zilberman, 2001). Se ao livro, desde sua origem, foi atribuída uma dupla função, ensinar e divertir; o livro para criança sofreu uma restrição em sua origem. De sua função inicial foi banido o lúdico, sendo educar sua maior e única virtude.

De acordo com Zilberman,

... a literatura infantil (...) confundiu-se com a própria escola, estabelecendo-se, em conseqüência, uma relação simultaneamente metafórica e metonímica entre a espécie literária e a instituição pedagógica: o livro tornou-se tanto o simulacro da escola, por ensinar sempre uma atitude ou um saber à criança; e conformou-se em atuar como um instrumento do ensino, ao ser introduzido na sala de aula na forma simulada de livro didático (Zilberman, 1990, p. 100).

A origem marcada por uma visão instrumental da função do livro para crianças deixou marcas profundas na literatura infantil. O processo de democratização do saber – extensão da alfabetização e escolarização às massas – teria gerado uma cisão na concepção de produção cultural: uma parcela das obras continuou recebendo o estatuto artístico, enquanto outra parcela das obras viu-se considerada como “cultura de massas”, sendo por isso desvalorizada intelectualmente pela academia. A literatura infantil, apesar de ser considerada diferente da produção da cultura de massa, não conseguiu ascender ao estatuto

arte em decorrência da prevalência do pedagógico sobre o artístico, sendo, por isso, considerada um gênero literário menor (Zilberman, 1987b).

É no século XIX que se intensifica a produção para crianças (Novaes, 1981; Bravo-Villasante, 1977). Nota-se a permanência do moralismo religioso, neste período, mesmo em um dos símbolos literários para crianças, como o escritor Hans Christian Andersen, que é a “primeira voz autenticamente romântica a contar histórias para crianças e a sugerir-lhes padrões de comportamento” (Novaes, 1981, p. 305), em cuja obra se pode observar a força dos padrões cristãos dominantes na sociedade, norteando os pensamentos e ações de seus personagens com vistas a ganhar os céus.

Após o século XVIII, a proposta ou “exigência” de uma perspectiva anti-autoritária na produção literária para crianças já estaria formulada por Rousseau, para quem inculcar normas adultas em crianças seria autoritário. A eliminação do autoritarismo nos textos exigiria mais do que a simples reforma de conteúdos e temas, exigiria o abandono da perspectiva pedagógica adulta e a adoção da perspectiva infantil, fato que não ocorreu de forma progressiva, muito menos definitiva, segundo Ewers (1998).

No final do século XIX e início do XX, nota-se a expansão do “sentimento de infância” para a pequena burguesia e, no meio do século XX, para as classes proletárias. Nas décadas de 1960 e 1970, com o processo de escolarização estendido a todas as classes, universalizou-se, enfim, a concepção de infância moderna. A literatura infantil acompanharia esse processo. Nos primeiros 15 anos do século XX, observam-se muitas histórias que tentam adotar a perspectiva infantil: narradores adultos cedem lugar para narradores infantis (o que em si não é fato suficiente para garantir a adoção da perspectiva infantil), a percepção, as experiências e os julgamentos infantis tendem a se expressar (Ewers, 1998).

Ewers (1998) ainda postula que, na primeira metade do século XX, na produção de literatura infantil da Alemanha, vivenciou-se o ápice da literatura infantil moderna. Porém, outra mudança estaria se processando: nesse período há indícios de que a restrição temática começou a apresentar brechas, pois temas próprios do universo adulto começam a ser apresentados às crianças (mesmo que sob a “ótica” da criança). Inicia-se, então, uma revisão da reforma proposta pelos pedagogos e filantropos. O que se torna evidente nas décadas de 60 e 70 do século XX, pois a literatura infantil se politiza e ganha força a idéia de que todos os problemas do mundo adulto dizem respeito também às crianças. A antiga noção de “proteção” às crianças, passou a significar privá-las de seus direitos fundamentais. Aposta-se na maioridade política das crianças, com ampliação de temas na literatura infantil que passa também a incorporar técnicas das narrativas até então exclusivas de adultos.

Para Ewers estaria surgindo uma literatura infantil pós-moderna, com o questionamento de dois pilares fundamentais da literatura infantil moderna: a restrição temática ao que seria “próprio do universo infantil”, por ser apenas imaginário e por simular uma realidade distante do mundo infantil; e a especificidade infantil como fonte da criação de um mundo livre, um espaço de liberdade infantil na literatura infantil, para a preparação da criança para a entrada no mundo adulto (Ewers, 1998).

Ewers (1998) classifica de pós-moderna a produção de literatura infantil que surge a partir dessa ruptura. Ser anti-autoritário, nessa produção que ele denomina de pós-moderna, passaria a ter seu significado ampliado. Afirma-se que crianças e adultos participam de um único mundo. Em consonância com os direitos-liberdade, a criança passa a ser concebida na literatura infantil (em consonância com o mesmo postulado no âmbito geral) como um sujeito ativo, com direito de participar dos debates políticos, sociais e psicológicos que dizem respeito à sua existência. Assim, temas antes considerados

adequados apenas para adultos são incorporados pela literatura infantil; não apenas as questões políticas e sociais tornam-se temas, mas também as questões psíquicas ganham lugar e as antigas figuras paternas, para além da função parental, passam a representar os dilemas humanos.

É possível perguntar a partir disso, se essa tendência é hegemônica, dominante, ou se representa brechas diante da produção majoritária de literária para crianças? De qualquer forma, mesmo, de forma parcial e não hegemônica, observa-se na análise de Ewers (1998) a noção de infância como ator social informando a produção.

Perrotti (1986) denomina instrumental a produção literária que era fornecida às crianças antes do desenvolvimento da produção que passou a ser denominada “Literatura Infantil” propriamente dita, pois sua escolha era realizada sempre com o objetivo moralista ou educativo. No entanto, como já foi discutido aqui, ao se passar a produzir textos específicos para crianças, a intenção educativa e a moralista permaneceram, gerando uma produção que ele denominou “utilitária”. Perrotti afirma que a tendência utilitária sofreu abalos na produção mundial, porém nota que no Brasil isso aconteceu tardiamente, a partir da década de 70, e, mesmo assim, a nova proposta estética não foi hegemônica, pois observou a manutenção de um tipo de literatura bem intencionada, que, apesar de abordar temas novos, fazer concessão aos personagens infantis, questionar as relações de gênero entre outros aspectos, mantém a intenção educativa. Ele denomina esse tipo de produção de “utilitarista ao avesso”, pois incorpora aspectos inovadores sem conseguir, no entanto, suplantá-la completamente a tendência utilitária.

Um exemplo da contradição própria da tendência utilitária ou utilitária aos avessos, relacionada à questão religiosa, pode ser encontrada em um artigo de Green e Oldendorf (2005) em que os autores listam uma série de livros infantis que abordam as mais diferentes crenças. Os autores discorrem sobre a preocupação diante das diversas situações

em que crianças de credos diversos encontram-se expostas em salas de aula norte-americanas, sem que os professores tenham preparo para lidar com as situações de discriminação e exclusão que se seguem. Por isso, apresentam, de forma sintética, em seu artigo diversos sistemas religiosos. Para eles, poder apresentar a diversidade de crenças por meio da literatura infantil favorece o conhecimento sobre o outro e estimula a tolerância religiosa.

Outro aspecto forte na literatura infantil e juvenil contemporânea é a releitura ou atualização de concepções cristãs presentes em muitas obras. Worsley (2004) sustenta a tese de que se estaria presenciando, neste início de século, o ressurgimento de algumas novas interpretações da teoria da expiação cristã, que estão sendo apresentadas às crianças e jovens por meio da literatura infantil. Caracteriza, a partir de um texto de Paul Fiddes, a teoria da expiação em quatro itens: o aspecto de sacrifício, as demandas de justiça, a vitória decisiva e a ação amorosa para salvar outrem. De maneira maniqueísta, o reino divino se contrapõe ao reino demoníaco que permanecem em luta. A luta do bem e do mal. Para comprovar sua tese, apresenta uma análise de alguns livros de literatura infantil — *The Lion, the Witch, and the Wardrobe*, primeiro livro de *Narnia Chronicles*, de C.S. Lewis, *The lord of the rings* de J.R.R. Tolkien, *The druid of Shannara* de Terry Brooks e *Harry Potter* de J.K. Rowling — que alcançaram grande espaço no mercado internacional e que contemplam as características da teoria cristã de expiação expressas acima.

É possível aproximar esta tendência ao que Semán (2003) denomina “literatura espiritual contemporânea”, com uma renovação no uso do universo mágico e fantástico nessa produção. O fenômeno *Harry Potter*, que tanta polêmica tem gerado em grupos protestantes e setores da Igreja Católica pelo uso de magias ligadas a tradições não cristãs, é analisado por Worsley (2004) como uma obra representante da teoria da expiação cristã e que este fator seria um dos motivos para explicar seu sucesso. Por ser um fenômeno

editorial, muitos estudos têm sido realizados em torno dos diversos títulos que compõem a série.

Além da análise citada anteriormente, Monteleone (2006) situa os livros da série como exemplares da literatura pós-moderna que se apóiam na tradição fantástica da literatura inglesa, da qual participam as obras de Carroll, Tolkien, Ende e Dahl. Para a autora alguns elementos garantem o sucesso da série são: a própria dimensão fantástica das histórias, a simplicidade da construção das tramas, a aplicação das leis épicas (concentração em um personagem principal; contraste entre o bem e o mal e a unidade da trama) e sua semelhança com relatos clássicos, como Cinderela.

Diante disso é possível resgatar a discussão de Thompson (1999) sobre a mediação da cultura moderna e a potência dos meios de comunicação propiciarem novas ancoragens das tradições distantes espacial e temporalmente de suas origens locais, com assimilações de e por diversas tradições culturais. *Harry Potter* é, sem dúvida, um exemplo desse processo, pois os livros da série articulam tradições culturais diversas, seja quanto ao gênero literário seja na dimensão mágica e religiosa, e têm sido lido por crianças, jovens e adultos de diversas partes do planeta.

2.3.3 Tendências da literatura infantil brasileira

A literatura infantil brasileira foi em sua origem informada pelas propostas portuguesas de educação da infância (Bravo-Villasante, 1977; Novaes, 1981; Zilberman, 1997). Além das dificuldades relativas ao gráfico quase inexistente, até o século XVIII, o número de escritores ativos era pequeno, fato que evidencia as dificuldades de produção intelectual no país, com sistema escolar precário, que durante dois séculos resultou do projeto evangélico e catequético dos jesuítas, tornando-se responsável do

Estado em 1759 na administração do Marquês de Pombal (Lajolo e Zilberman, 2002). Por isso, inicialmente, circulam aqui edições portuguesas.

Dados interessantes sobre o início da produção literária para crianças, no Brasil, podem ser encontrados em Zilberman (1997), que, ao estudar a circulação inicial de livros afirma que se acredita que o primeiro livro para crianças a circular na colônia foi *Tesouro dos meninos*, obra traduzida do francês, e que o primeiro livro a ser impresso aqui foi *Leitura para meninos*, publicado pela Impressão Régia em 1818, com reedição em 1821, 1822 e 1824. Ambos possuíam finalidade educativa e moralizante. As reedições surpreendem, pois raramente livros eram reeditados no período, fato que pode significar que adultos compravam os livros, independente do sistema de educação precário no país, mesmo na corte, “para ensinar as crianças a ler e adquirir bons modos e padrões morais” (Zilberman, 1997, p. 128).

Há que se lembrar que o que se entende por moral é diretamente influenciado pelos princípios cristãos, mais especificamente pela visão advinda do catolicismo, religião hegemônica em Portugal e no Brasil.

Em catálogos de livreiros, da época, eram comuns títulos de livros didáticos destinados ao ensino de retórica e literatura, gramática e matemática, sendo mais raros os livros para leitura, como o título *Leituras juvenis e morais*, livro que provavelmente serviria para a leitura e educação de jovens (Zilberman, 1997).

O debate em torno da produção para criança, no século XIX, lançava mão do argumento da potencialidade comercial representada pelo gênero e demonstrava o interesse dos autores nacionais, que escreviam para crianças, em participarem deste mercado, fazendo referência à produção da Europa, que já presenciava a especialização por faixa etária, a profissionalização do setor, além da rentabilidade alcançada. As discussões giravam em torno da adequação dos livros para serem utilizados por escolares brasileiros,

relacionando o livro para crianças ao contexto escolar, “introduzindo a assimilação entre os dois presumíveis gêneros, o didático e o infantil” (Zilberman, 1997, p.132).

Apesar de ser o governo quem supria as escolas, movimentando de forma significativa o mercado livreiro, no final do século XIX, Abílio César Borges forneceu gratuitamente às escolas públicas sua coleção de *Livro de leitura*, cujos volumes pretendiam atender a fases diferentes de aprendizagem e cujas histórias tinham cunho eminentemente pedagógico (Zilberman, 1997).

Ao final do século XIX, Figueiredo Pimentel publicou *Contos da Carochinha*, sob encomenda da Livraria Quaresma, com o objetivo de coletar histórias populares e redigi-las em linguagem fácil, correta e “limpas” de imoralidades. Foi um sucesso de vendas, garantindo a publicação de outros títulos do gênero. Esses títulos apoiavam-se na tradição da narrativa oral e popular, cujas narradoras geralmente eram mulheres negras. Símbolos, no Brasil escravagista, da manutenção e difusão de histórias populares (Zilberman, 1997).

Assim, no final do século XIX e início do XX, observa-se o início de uma produção sistemática, que se inspirava nos padrões europeus tradicionais, imitando seus temas com linguagem nacional, com canais e estratégias regulares de circulação de obras. A literatura infantil serviu de espaço de divulgação do nacionalismo e utilizou a língua nacional de forma acadêmica. Articulou-se em torno de propostas de alfabetização de intelectuais, políticos e educadores, o que manteve a associação de material apropriado para leitura de crianças com o espaço escolar (Zilberman e Lajolo, 1998). O leitor-criança do gênero que se desenvolvia, torna-se cativo, de acordo com Rosemberg (1985), intrinsecamente incorporado pelo leitor-escolar.

Se na Europa, encontram-se, no mesmo período, obras em que o olhar infantil passa a ser privilegiado, com surgimento de brechas na função pedagógica e nos temas, como

afirma Ewers (1998), aqui estávamos no início da formação do gênero atrelado a uma visão utilitária e pedagógica, tardiamente configurada.

Até a década de 1960, com exceção de Lobato — cuja proposta foi considerada incompatível com a postura pedagógica —, os protagonistas infantis são representados de forma estereotipada e como porta-vozes das concepções e valores adultos. A partir de 1965, nota-se uma diversificação de temas e projetos ligados à literatura infantil, com ampliação da utilização de recursos narrativos (apropriação de elementos da cultura de massas, uso de estratégias metalingüísticas e intertextualidade) e aumento progressivo de autores (Zilberman e Lajolo, 1998).

Perrotti (1986) nota que o rompimento com a literatura infantil utilitária, no Brasil, com exceção de um determinado Lobato, só foi acontecer a partir da década de 70. Como exemplo, cita a produção emblemática de João Carlos Marinho e Lygia Bojunga Nunes. No entanto, deixa claro que essa tendência não é hegemônica, pois observou a manutenção do padrão utilitário, apesar de inovadores em alguns aspectos, em um tipo de produção que ele denominou de “utilitarista ao avesso”.

Rosemberg e colaboradoras (1980), em uma pesquisa ampla, analisaram a produção de 1955 a 1975, em busca da “imagem de criança norteadora de comportamentos emitidos por adultos” (Rosemberg, 1985, p. 19), observaram quatro tendências ao articular estrutura narrativa, componentes de produção (por exemplo, data de nascimento do autor) e posturas diversas frente à relação adulto-criança expressa por meio da literatura infantil.

A primeira tendência é composta por narrativas moralizantes, pouco elaboradas, em que a sociedade e os adultos são idealizados e as crianças representadas como seres educáveis e domesticáveis. Denominada de histórias à tese, a maioria das unidades de análise advinha de livros de coletâneas, em sua maioria publicadas por editoras confessionais. Seus autores nasceram antes de 1900 e dedicavam-se exclusivamente à

literatura infantil. O modelo de infância é inspirado na infância dos autores. Rosemberg observa que é comum a atualização da própria infância do autor em produções para crianças, fato que gera uma falta de sincronia entre o tempo atual (tempo da produção da obra) e o tempo que serve de informante para a produção.

A segunda tendência é composta por histórias argumentativas, que possuem o objetivo de divertir. Porém, o didatismo é evidente no conteúdo, apesar de a narrativa não ser à tese. Nesta tendência, observou-se um aumento do uso de narrativas em 1^a. pessoa e a presença do narrador cúmplice da protagonista-criança. Os autores pertenciam à mesma faixa etária anterior, com o acréscimo de serem também escritores para adultos.

A terceira tendência é composta por histórias com ampliação temática (questões sócio-históricas) e pela entrada da tendência realista em sua abordagem. Apesar do uso de protagonistas-crianças que narravam em 1^a. pessoa, a abordagem era adulta, isto é, a visão adulta de mundo é incorporada pelos narradores mirins. Seus autores são mais jovens e experimentaram a produção para adultos, antes de migrarem para a literatura infantil.

A quarta tendência é composta por histórias com transposição simbólica dos conflitos (sociais e/ou psicológicos), dando voz à perspectiva infantil, mesmo quando o narrador era adulto. O grupo de autores é mais polimorfo. Esta tendência era minoritária no estudo.

Rosemberg (1985) discute, ainda, uma contradição da literatura do período. Textos que afirmavam teses de bondade, fraternidade, antidiscriminação, etc., não suportavam uma análise mais detida, que ressaltava a discriminação de gênero, raça e origem socioeconômica, tanto em conteúdos explícitos quanto na estrutura narrativa e seus elementos. A este processo, a autora nomeou de “dupla moralidade”.

Escanfella (1994), em pesquisa que comparou a produção de literatura infantil de 1975 a 1995 com os resultados da pesquisa de Rosemberg (1985), seguindo de perto a

mesma proposta e procedimentos metodológicos, observou diversas mudanças no cenário da literatura infantil, com aumento de livros com uma única história, aumento de temas que tratam da vida cotidiana (em sua dinâmica cultural, social, política, psicológica), aumento de textos destinados ao lazer (policiais e aventuras), recuo da produção de textos morais, históricos e religiosos. Por um lado, observou o recuo de textos morais (de 56,4 % para 27,9%), articulado com a diminuição da produção de coletâneas (ver quadro 3 a seguir), que na pesquisa de 75 eram editadas principalmente por editoras confessionais; por outro, observou sua permanência e transformação, pois mesmo ao tratar de temas inovadores, como questões políticas, relações de gênero, questões psicológicas etc., utilizou-se de textos morais (com estrutura à tese).

Os aspectos anteriormente apresentados permitem afirmar a permanência em muitas histórias para crianças da perspectiva pedagógica e, em alguns casos, moralizante. A relação entre perspectiva pedagógica e a literatura infantil manifesta-se também pelo vínculo do mercado livreiro com a escola e por meio do uso da literatura infantil em contexto escolar.

O vínculo da literatura infantil com a escola apenas se sofisticou ao longo da história. Após o Golpe de 64, de 1965 a 1980, o gênero vê-se ainda mais atrelado à escola, em função da ampliação da faixa etária de escolaridade obrigatória e das estratégias do mercado editorial, cujo acervo passou a ser divulgado na escola, com *marketing* dirigido especificamente para professores, com fichas de leitura que auxiliam o uso dos livros em atividades escolares, com autores que passam a fazer palestras nos espaços escolares (Zilberman e Lajolo, 1988). Até a década de 1950 e 1960, a leitura era considerada um hábito da elite e, apenas com a ampliação da escolaridade obrigatória, tenta-se ganhar novos adeptos para essa prática. Se, por um lado, o vínculo com a escola se acentua, por outro, a “caça a leitores”, e a presença de autores nas escolas, bibliotecas e grandes eventos

de divulgação, permite o contato com as crianças. Os autores assimilam informações desse contato direto com as crianças e, em alguma medida, passam a ser motivados por eles (Martins, 1989).

Além disso, um aspecto relevante diz respeito à dependência do mercado editorial de literatura infantil da compra e distribuição pelo Estado (Zilberman e Lajolo, 1988). Se a divulgação agressiva dirigida a professores gera adesão a um título que se traduz em vendas *no varejo, no atacado* o responsável pela compra são os órgãos governamentais (Lajolo, 2002).

Um exemplo disso se encontra ainda atualmente na quantidade de livros publicados no Brasil e na quantidade de exemplares de livros didáticos, paradidáticos e de literatura infantil comprados pelos programas do governo federal e dos estados e municípios para distribuição em escolas e bibliotecas escolares (Quadro 3).

Quadro 3: Distribuição da produção de exemplares dos anos 2000, 2001 e 2002 por categorias literárias

Categorias literárias	2000		2001		2002	
	exemplares	%	exemplares	%	exemplares	%
Literatura Infantil	26.125.767	8	20.680.000	6	79.550.000	23
Literatura Juvenil	7.964.627	2	8.140.000	2	6.300.000	2
Educação Básica (didáticos e paradidáticos)	191.482.399	58	182.870.000	55	146.6000.000	44
Literatura Adulta	8.568.078	3	15.050.000	5	14.840.000	4

Fonte: Câmara Brasileira do Livro (2000, 2001, 2002)

Como se pode notar, do total de exemplares publicados no Brasil em 2002, 25% correspondem à literatura infantil e juvenil, 44% a exemplares de livros didáticos e paradidáticos, e 4% corresponde à literatura para adultos, a porcentagem restante se distribuí em diversas categorias, como livros técnicos científicos, religiosos etc.

Quadro 4: Distribuição de freqüência de exemplares vendidos para os programas governamentais de livros (federal, estaduais e municipais) por ano

Programas governamentais	2000		2001		2002	
	exemplares	%	exemplares	%	exemplares	%
* PNLD descentralizado (governos estaduais e municipais)	19.142.546	6	4.690.000	2	18.500.000	6
*PNLD e PNBE centralizado	115.116.769	34	116.500.000	38	143.700.000	45

Fonte: Câmara Brasileira do Livro (2000, 2001, 2002)

*Programa Nacional de Livro Didático (PNLD)

*Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE)

Do total de exemplares vendidos no Brasil, em 2002, 51% foram adquiridos pelos programas governamentais. Nota-se, também, uma progressão de aproximadamente 10% nos números de compra de 2000 a 2002. É preciso ressaltar que os livros adquiridos por esses programas encontram-se inseridos nas seguintes categorias estabelecidas pela Câmara Brasileira de Livro: educação básica (didáticos e paradidáticos), literatura infantil e literatura juvenil.

Essa relação mercadológica que a literatura infantil mantém com a escola leva a supor que os seus produtores (editores, autores, ilustradores etc.) trabalham a partir de uma imagem dos mediadores da compra desses livros para crianças e que essa imagem influencia os conteúdos expressos e a estrutura dos textos de literatura infantil. Afinal, os maiores compradores são governos que possuem propostas pedagógicas específicas e uma determinada visão da literatura infantil a ser utilizada em escolas públicas.

Esta literatura é em grande parte, produzida para ser comprada pelo governo e distribuída nas escolas públicas, ou ser comprada pelos pais e usadas em escolas privadas, dentre as quais confessionais.

Além disso, muito já se discutiu sobre o uso abusivo da literatura infantil no ambiente escolar como pretexto para ensinar diversos conteúdos, eliminando qualquer

prazer estético próprio da leitura literária (Lajolo, 1988), o que reforça o vínculo entre a postura pedagógica e a literatura infantil.

Este fato permanece evidente em estudo recente sobre as relações raciais em livros didáticos de Língua Portuguesa por Silva (2005). O autor observou que 71% de suas unidades de análise (“leituras”) em livros de Língua Portuguesa eram trechos extraídos da literatura infantil, o que representa a manutenção de um uso mercadológico e instrumental expressivo da literatura infantil em material didático (Silva, 2005).

Oliveira (2001), em sua tese de doutorado, analisa o uso da literatura infantil realizado em salas de aula de três escolas confessionais do município de Cuiabá. Uma Escola Católica, uma Escola Adventista e uma Escola Presbiteriana. A escola católica é a que mais utiliza a literatura infantil em suas atividades. Todas as escolas utilizam a literatura infantil com fins moralizantes ou para ensinar algum conteúdo, menosprezando a fruição e a apreciação estética. Além disso, a pesquisadora observou nas duas escolas evangélicas um uso para a doutrinação das crianças nos princípios das próprias igrejas e uma tendência a ler histórias da Bíblia.

Enfim, observa-se na literatura infantil a convergência de algumas tendências, como, por exemplo, a relação simbiótica entre literatura infantil a perspectiva didática, apesar de tensões que minimizam a postura adultocêntrica, com a entrada de novas tendências, como ampliação de temas, sem, no entanto, romper com o utilitarismo pedagógico.

A Literatura Infantil como a concebemos na sociedade ocidental contemporânea pode ser entendida como uma prática social que entende a socialização como algo a ser proposto pelo universo de adultos, na medida em que é produzida por adultos para crianças. Porém, ao representar o mundo para as crianças, pode inovar ao contemplar outra visão de socialização. Portanto, a Literatura Infantil, na esfera de produção, como produto

de adultos para crianças, alija a criança desse processo; mas ao propor uma relação entre os adultos produtores e as crianças leitoras, ao mesmo tempo em que representa o mundo por meio do conteúdo e da estrutura narrativa, estabelece uma relação de socialização entre adultos e crianças, que pode estar pautada ou não na concepção de infância como ator social.

A literatura infantil ao ser produzida por adultos para crianças continua sendo uma produção simbólica centrada no adulto, implicitamente concebendo a socialização como processo de inculcação, mesmo que seus conteúdos possam relativizar a centralidade dos adultos. São raras e esparsas as tentativas de produção cultural de crianças para crianças. Neste sentido, enquanto forma simbólica, a literatura infantil coloca o adulto no centro de sua produção e essencializa tal centralidade, sem ser questionada.

Com base no argumento anterior sobre a perspectiva utilitária identificada na origem e mesmo na manutenção das tramas morais da literatura infantil, e tendo em vista a resistente permanência dessa perspectiva, mesmo diante de inúmeras críticas impostas a essa tendência, pode-se afirmar a validade de se aprofundar a análise da literatura infantil sob o recorte da socialização em seu viés tradicional, como processo de mão única, de inculcação de valores do universo adulto.

Tanto a literatura infantil de editoras laicas como a das editoras católicas, como prática social, provêm da mesma matriz, pois são uma produção de adultos para crianças, mas que podem representar a socialização de maneiras diversas, ou movidas pela mesma lógica de mercado, apresentarem semelhanças.

Apoiadas em uma socialização para a heteronomia e não para a autonomia, tanto a produção de editoras laicas como das católicas podem hipertrofiar a proposta educativa, se comprometer com uma posição autoritária diante da infância e mobilizar sentidos ideológicos.

Um dos motivos que levou à escolha por comparar livros de editoras católicas e de editoras laicas, é a suposição de que se pode encontrar com maior probabilidade em textos publicados pelas editoras católicas uma concepção de socialização de mão única e de crianças como ser passivo, já que a Religião, seja ela qual for, postula verdades atemporais em dogmas de fé e apresenta resistências a incorporar as mudanças que ocorrem no âmbito social.

Uma questão, no entanto, exige ponderação: qualquer texto apresenta valores e é uma representação do mundo. O que se questiona, aqui, é a forma como isso é realizado, se por meio de uma concepção de socialização de mão única como inculcação, propondo uma formação heterônoma, ou por meio de uma concepção de socialização que entende a criança como ser ativo, portanto partícipe do processo, produtora de cultura, com direitos à liberdade e que, portanto, se apóia na formação para a autonomia.

Se é possível observar, na revisão bibliográfica sobre literatura infantil, um desvencilhamento da origem moralista, porém com a permanência do utilitário, resta pouca atenção para a produção de editoras religiosas e o seu papel nessa produção, bem como não existe discussão sobre a magia e o fantástico em sua relação com sistemas laicos e sistemas religiosos e sagrados. É com esse olhar exploratório que esta pesquisa se constrói.

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 3: ANÁLISE FORMAL E DISCURSIVA

De acordo com a perspectiva metodológica adotada pelos membros do Negri e, portanto, nesta tese, a Hermenêutica de Profundidade, proposta por Thompson (1998), o terceiro capítulo, que trata da análise discursiva, apresenta a seguinte seqüência: na primeira parte, a descrição dos procedimentos de análise; na segunda, a descrição de dados e interpretação discursiva.

3.1 PROCEDIMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA E DA GRADE ANALÍTICA

Este tópico se encontra organizado da seguinte forma: procedimentos para constituição da amostra, categorias que compõem a grade analítica, explicitação de algumas dificuldades enfrentadas ao longo desse processo, discussão de alguns aspectos que antecedem a análise propriamente dita, como a ausência da explicitação de autores em livros de literatura infantil, e uma entrevista e as respostas a um questionário de coordenadores responsáveis pela editoria de literatura infantil de editoras católicas. Após esse preâmbulo, será apresentada a análise comparativa entre os livros de editoras católicas e os de editoras laicas.

3.1.1 Constituição da amostra

Alguns procedimentos para composição da amostra desta pesquisa são similares aos que adotei em minha pesquisa de mestrado (Escanfella, 1999), pois, como afirmei na introdução, o objeto e o objetivo da pesquisa de doutorado foram construídos com base na reflexão sobre alguns dos resultados da pesquisa desenvolvida naquele período. Por isso, decidiu-se que parte da amostra da atual pesquisa (Subamostra A) seria composta por livros

que foram analisados durante o mestrado¹, que contemplou em sua análise livros publicados entre 1975 e 1994, portanto um período de 20 anos. Para o doutorado, estabeleceu-se para análise o período de 25 anos de produção literária para crianças, complementando-se a amostra para o período de 1995 a 2000 (Subamostra B). Para que pudéssemos ter um período de 25 anos, com divisões em subperíodos de cinco anos, foi eliminado o ano de 1975 da amostra.

Foi considerado o universo brasileiro de produção de literatura infantil, os depósitos legalmente efetuados na Biblioteca Nacional (BN) do Rio de Janeiro, sob o código 808.899282 (código internacional de catalogação de literatura infantil), disponível na publicação *Boletim Bibliográfico* (de 1976 a 1983) e *Bibliografia Brasileira* (de 1984 a 1994), com exceção dos anos de 1990, 91 e 92, cujas publicações só foram encontradas em fichas de microfilmes². Após 1994, o periódico deixou de ser impresso, e o acervo passou a ser disponibilizado *on-line* no *site* da Biblioteca Nacional (o que gerou para a pesquisa algumas dificuldades, que serão apresentadas mais à frente).

O processo de escolha dos títulos para compor a amostra ocorreu em duas etapas.

Primeira etapa

Inicialmente, a partir do universo de livros — depósitos legais efetuados na BN —, foi sorteado, de forma randômica, 1% dos títulos depositados por ano, além de sorteio extra para substituições, quando os livros não atendiam aos critérios estabelecidos. Os critérios adotados para essa primeira fase de seleção da amostra foram:

- ter autoria explicitada;
- o autor deveria ser brasileiro ou ter cidadania brasileira;

¹ A amostra de mestrado foi parcialmente partilhada com Bazzili (1999) e Nogueira (2000) que sortearam, com base na amostra por mim utilizada, uma subamostra para a análise de personagem na perspectiva racial e de gênero.

² Os números 2 e 3 do volume 26, correspondentes ao ano de 1981, não foram localizados em nenhuma biblioteca, nem mesmo na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Escanfella, 1999).

- não ser tradução nem adaptação de obras internacionais ou do folclore internacional;
- não ser livro de poesia, texto teatral ou exclusivamente ilustrado;
- não ser livro-brinquedo;
- não ser coleção com títulos distribuídos ao longo de anos.

Os livros sorteados que não atendiam aos critérios acima definidos foram substituídos, de acordo com lista de títulos sorteados para substituição.

A tabela abaixo representa a quantidade de livros depositados de 1975 a 2000, e o número de títulos sorteados randomicamente, que corresponde a 1% dos títulos:

Tabela 2 – Distribuição do número de títulos do depósito legal da BN e do número de títulos sorteados por ano (1975 a 2000)

Ano do depósito	Número de livros	Quantidade de títulos sorteados = 1% por ano
1975	307	3
1976	206	2
1977	305	3
1978	304	3
1979	178	2
1980	228	2
1981	131*	1
1982	415	4
1983	996	10
1984	684	7
1985	925	9
1986	949	9
1987	1139	11
1988	785	8
1989	540	5
1990	935	9
1991	813	8
1992	1058	11
1993	749	7
1994	1013	10
1995	649	6
1996	1403	14
1997	1718	17
1998	1088	11
1999	1245	12
2000	963	10
Total	19595	194

Fonte: *Boletim Bibliográfico* (até 1983), *Bibliografia Brasileira* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (até 1994) e levantamento de títulos disponíveis *on-line* no *site on-line* (a partir de 95), fornecido por coordenadora do setor de depósito legal da Biblioteca do Rio de Janeiro.

* Não foram localizados todos os exemplares do periódico do ano em questão.

De 1975 a 1994 (Subamostra A), o total de títulos depositados foi 12.529, o que dá uma média de 626 livros por ano; de 1995 a 2000 (Subamostra B), 7.066, o que dá uma média de 1177 livros por ano.

Tabela 3 – Subamostra A - Distribuição do número de títulos do depósito legal da BN e do número de títulos sorteados por ano (1975 a 1994)

Ano do depósito	Número de livros	Quantidade de títulos sorteados = 1% por ano
1975	307	3
1976	206	2
1977	305	3
1978	304	3
1979	178	2
1980	228	2
1981	131*	1
1982	415	4
1983	996	10
1984	684	7
1985	925	9
1986	949	9
1987	1139	11
1988	785	8
1989	540	5
1990	935	9
1991	813	8
1992	1058	11
1993	749	7
1994	1013	10
Total	12529	194

Tabela 4 – Subamostra B - Distribuição do número de títulos do depósito legal da BN e do número de títulos sorteados por ano (1995 a 2000)

Ano do depósito	Número de livros	Quantidade de títulos sorteados = 1% por ano
1995	649	6
1996	1403	14
1997	1718	17
1998	1088	11
1999	1245	12
2000	963	10
Total	7066	194

Observa-se nas tabelas uma tendência de crescimento sistemático no número de depósitos efetuados ao longo do período com flutuação anual e com acentuação ainda mais significativa nos últimos cinco anos, o que pode significar aumento da produção de literatura infantil, ou melhora no índice de depósitos legalmente efetuados.

Segunda etapa

Para a segunda fase de constituição de amostra, foram estabelecidos os seguintes critérios:

- Ter 1ª. edição no período de análise.
- Sortear o mesmo número de títulos de editoras laicas e confessionais (15 títulos de editoras laicas, escolhidos de forma randômica a partir do 1% dos títulos sorteados anteriormente, e 15 títulos de editoras confessionais, com supressão randômica de quatro títulos).

Na segunda etapa de constituição da amostra, foi realizado um levantamento da data de primeira edição dos títulos sorteados e do caráter laico ou confessional das editoras. A partir das sugestões da banca de qualificação, decidiu-se trabalhar com os livros produzidos apenas por editoras católicas (excluindo-se os produzidos por outras religiões) e os de editora laica. Por isso os títulos que foram sorteados de editoras de outras confissões foram substituídos por títulos de editoras católicas publicadas no mesmo ano do sorteio anterior.

Decidiu-se, também, que a amostra seria composta apenas de títulos com primeira edição no período de análise (1976-2000) e seria constituída pelo mesmo número de títulos de editoras laicas e católicas, para permitir uma maior adequação nas comparações.

Na tabela abaixo, o número de títulos sorteados está distribuído por períodos de cinco anos e contempla o número de títulos de editoras católicas com primeira edição no período:

Tabela 5 – Distribuição do número de títulos sorteados em primeira instância e do número de títulos de editoras católicas com 1ª. edição no período por subperíodos

Subperíodos	Número de títulos sorteados em primeira instância (1%)	%	Número de títulos de editoras católicas (com primeira edição no período)	%
1976-1980	12	6 %	1	5,5 %
1981-1985	31	16 %	0	0 %
1986-1990	42	22 %	6	31,5 %
1991-1995	42	22 %	2	10,5 %
1996-2000	64	34 %	10	52,5 %
Total	191	100 %	19	100 %

Como se observa na tabela acima, a distribuição de títulos de editoras católicas sorteados não equivale à porcentagem dos títulos totais por subperíodo, o que gerou uma dificuldade para estabelecer um padrão ideal de amostra, com representatividade similar de livros publicados por editoras católicas e por editoras laicas em cada subperíodo. Por isso, não foi possível contemplar na subamostra o mesmo número de livros de editoras católicas e laicas por subperíodos; mesmo assim, pode-se afirmar que se tem uma representação adequada dos 25 anos de produção, pois foi garantido o mesmo número de títulos de editoras católicas e de laicas, redistribuídos por subperíodos (Tabela 6).

Optou-se por analisar 15 títulos das editoras católicas, somados a igual número de títulos de editoras laicas. Para tanto, dos livros publicados por editoras católicas foram excluídos, de forma randômica, um título do período de 1986 a 1990 e mais três títulos do último período, por serem os períodos que contemplam o maior número de títulos de editoras católicas, o que poderia gerar um desvio na análise. A seguir, foram selecionados 15 títulos das editoras laicas randomicamente.

A amostra para esta pesquisa, composta por 15 títulos de editoras católicas e 15 títulos de editoras laicas, apresenta a distribuição por subperíodos descrita na tabela 6 (títulos em anexo).

Tabela 6 – Distribuição de freqüência de títulos sorteados por tipo de editora e subperíodos

Subperíodos	Tipo de editoras		Total	Total -%
	Número de títulos de editoras católicas	Número de títulos de editoras laicas		
1976-1980	1	1	2	6 %
1981-1985	0	2	2	6 %
1986-1990	5	1	6	22 %
1991-1995	2	3	5	16 %
1996-2000	7	8	15	50 %
Total	15	15	30	100 %

Ao comparar as porcentagens de títulos sorteados em primeira instância (1% dos títulos depositados na BN) com as porcentagens de títulos de editoras católicas e de títulos

que compõem a amostra, nota-se uma amostra com um índice alto de títulos no último período. O que se explica pelo alto índice de títulos de editoras católicas sorteados de forma randômica no último período.

3.1.2 Grade analítica

A princípio, a proposta era utilizar uma grade analítica similar à do mestrado para descrição da narrativa, que fora baseada na grade da pesquisa *Modelos Culturais para Crianças*, elaborada por Rosemberg e colaboradoras (1975; 1985)³.

Porém, no transcorrer da pesquisa, principalmente após a constituição da amostra e a primeira leitura dos títulos, a pertinência de realizar uma análise daquele tipo foi questionada, o que levou à opção pela construção de outra abordagem analítica, por serem sutis os aspectos que se pretende apreender e entender. Por isso, decidiu-se manter a grade anterior para informações que permitem caracterizar a amostra e alguns dados da narrativa.

Antes de apresentar as categorias para a coleta dos dados que permitem caracterizar a amostra, é preciso esclarecer um dos procedimentos adotados durante a sistematização de informações. Para organizar informações, foram criados arquivos que incluem listas com sistema de numeração progressiva sobre os livros que compõem a amostra, para as seguintes categorias: livro, autor, editora e local de publicação.

Seguem as categorias para coleta de dois tipos de informação para análise descritiva: dados catalográficos e dados da narrativa:

Quadro 5: Grade para coleta de informações

TIPO DE DADOS: CATALOGRÁFICOS
COMPOSIÇÃO DO LIVRO 1 - uma única história 2 - um conjunto de histórias

³ Para a constituição das categorias de análise, tanto Rosemberg e colaboradoras (1985) como Escanfella (1999) basearam-se na proposta de análise de conteúdo de Bardin (1977) e em teorias da narrativa.

<p>NÚMERO DA HISTÓRIA Seqüência por livro</p>
<p>NÚMERO DO AUTOR Arquivo (lista numerada de autores)</p>
<p>SEXO DO AUTOR 1 – masculino 2 – feminino 3 - misto (em caso de co-autoria mista) 9 – indeterminado</p>
<p>IX - CURRÍCULO LITERÁRIO DO AUTOR 1 - exclusivamente ficção infantil 2 – exclusivamente ficção infantil, sua obra para adultos não é ficcional 3 - principalmente ficção infantil, secundariamente ficção para adulto 4 - principalmente ficção infantil, sua obra para adultos comporta ficção e não-ficção 5 - principalmente obras não ficcionais para adultos 6 - principalmente obras para adultos, comportando ficção, à exceção de romance 7 - principalmente literatura de ficção para adultos 8 - igualmente produção para adultos e para crianças 9 - indeterminado</p>
<p>NÚMERO DA EDITORA 00 - não consta o nome da editora Arquivo (lista numerada de editoras)</p>
<p>CARÁTER LAICO OU CONFSSIONAL DA EDITORA 1 - católica 2 - laica</p>
<p>LOCAL DE PUBLICAÇÃO Arquivo (lista numerada de local) 99 - indeterminado</p>
<p>PRÊMIOS 1 - o livro recebeu prêmio nacional e internacional. 2 - o livro recebeu prêmio nacional 3 - o livro recebeu prêmio internacional 4 - o livro não recebeu prêmio 5 - o livro não recebeu prêmio, mas o autor recebeu pelo conjunto da obra ou é reconhecido pelo conjunto de sua obra, com prêmios para diversas obras 9 – indeterminado</p>

TIPO DE DADOS: NARRATIVOS
<p>SUBGÊNERO</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - aventura 2 - viagem, passeio real ou sonhado 3 - policial 4 - horror 5 - vida cotidiana, ciclo de vida, usos e costumes, hábitos 6 - questões sociais/políticas 7 - vida psíquica 8 - biografia histórica 9 - tema histórico não biográfico 10 - lição de vida (explicações simbólicas sobre a existência) 11 - moral (inclusive moral religiosa, texto à tese) 12 - folclore e contos etiológicos (quando não forem classificáveis de 1 a 11) 99 - indeterminado, outros
<p>UNIVERSO</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - universo realista 2 - universo onírico 3 - universo fantástico, mágico ou imaginário 4 - ficção científica 5 - universo miraculoso, religioso 6 - misto 7 - outros 8 - indeterminado
<p>TIPO DE PROTAGONISTA</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - protagonista individual 2 - protagonista grupal
<p>SEXO DO PROTAGONISTA</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - indivíduo de sexo masculino 2 - indivíduo de sexo feminino 3 - grupo ou par de sexo masculino 4 - grupo ou par de sexo feminino 5 - grupo ou par misto 6 - grupo ou par de sexo indeterminado 7 - hermafrodita 9 - indeterminado
<p>IDADE DO PROTAGONISTA</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - criança 2 - adolescente 3 - adulto 4 - idoso 5 - grupo ou par criança/adolescente 6 - grupo ou par adulto/idoso 7 - idade que se altera: na infância 8 - idade que se altera: de criança para adolescente 9 - idade que se altera: de criança/adolescente para adulto/idoso 10 - idade que se altera em grupo ou par: na infância 11 - idade que se altera em grupo ou par: de criança para adolescente 12 - idade que se altera em grupo ou par: de criança/adolescente para adulto/idoso 98 - outras 99 - indeterminado

COR/ETNIA DO PROTAGONISTA

- 1 - branco explícito
- 2 - branco histórico
- 3 - branco provável
- 4 - preto explícito
- 5 - preto histórico
- 6 - preto provável
- 7 - pardo explícito
- 8 - pardo histórico
- 9 - pardo provável
- 10 - amarelo explícito
- 11 - amarelo histórico
- 12 - amarelo provável
- 13 - indígena explícito
- 14 - indígena histórico
- 15 - indígena provável
- 16 - grupo branco
- 17 - grupo preto
- 18 - grupo pardo
- 19 - grupo amarelo
- 20 - grupo indígena
- 21 - grupo misto 1: dois grupos étnicos
- 99 - indeterminado

SEXO DO NARRADOR

- 1 - sexo masculino
- 2 - sexo feminino
- 8 - outros
- 9 - indeterminado

IDADE DO NARRADOR

- 1 - criança
- 2 - adolescente
- 3 - adulto
- 4 - idoso
- 5 - idade que se altera: na infância
- 6 - idade que se altera: de criança para adolescente
- 7 - idade que se altera: de criança para adulto
- 8 - idade que se altera: de adolescente para adulto/idoso
- 9 - idade que se altera: de adulto para idoso
- 98 - outros
- 99 - indeterminado

COR/ETNIA DO NARRADOR

- 1 - branco
- 2 - preto
- 3 - pardo
- 4 - amarelo
- 5 - indígena
- 9 - indeterminado

A seguir, serão apresentadas outras referências para análise interpretativa que permitirão a comparação entre textos de editoras laicas e de editoras católicas. Os tópicos abaixo nortearão a análise dos livros, sem, no entanto, se pressupor que todas as categorias possam ser aplicadas, pois elas foram pensadas com base na reflexão teórica e em uma primeira leitura dos títulos.

A) Conflitos

a) Quais os conflitos que desencadeiam a trama ou que a permeiam?

b) Que concepção de sociedade se encontra implícita nos textos?

- Sociedade harmoniosa ou que tende à harmonia, cujos conflitos/desequilíbrios são provocados pela ação de indivíduos.
- Conflitos constroem a estrutura social, o que pode acarretar conflitos individuais.
- Ocorrência de conflitos entre personagens adultos e crianças.

c) Como os conflitos são resolvidos?

- Quem resolve os conflitos.
- Os personagens crianças são participantes ativos na resolução dos problemas.
- Resolução de problemas sociais por meio de enfrentamento dos conflitos na esfera pública, ou por meio da realização do indivíduo na esfera privada, ou ambos.
- Apelo ao sistema religioso e a seus valores morais na resolução de conflitos, sejam sociais sejam individuais.
- Os conflitos entre personagens adultos e crianças são negociáveis ou resolvidos por meio de imposição, castigos, sedução, coerção física ou moral.

B) Elementos que podem indicar complexidade da trama

- Conflito forte ou tênue ou, ainda, ausência de conflito.

- Tempo não-linear.
- Foco narrativo em primeira pessoa ou misto.
- Construção psicológica e física dos personagens principais.
- Relação entre os personagens (função dos personagens adultos e infantis nas tramas).
- Diversidade de natureza dos personagens.
- Diversidade de temas.
- Tendência ao uso (ou não) de diminutivos.

C) Relação da trama com o cristianismo, de forma explícita ou implícita

- Apresentação da concepção religiosa da editora de forma explícita ou implícita.
- Relação com alguma das tendências católicas.

D) concepção de infância

a) Ser educável, incompleto, que deve se tornar adulto, com adoção de perspectiva adulta, sem possibilidade de múltiplas leituras:

- Estrutura narrativa educativa: texto à tese.
- Princípios/valores apresentados ou questionados na perspectiva adulta, em estruturas narrativas que não sejam à tese.
- Apresentação explícita ou implícita de valores do mundo adulto sem possibilidade de questionamentos.
- Apresentação de protagonistas ou personagens como modelos a seguir.
- Uso de mecanismos de punição como instrumento de educação.
- Uso de elementos narrativos que levam à naturalização ou universalização de concepção de mundo e valores

- Reprodução de perspectiva adulta apresentada por meio da fala ou do comportamento de narrador ou personagens infantis.
- Textos sem história - apenas apresentação de rotinas ou personagens.

b) Criança como alteridade e ator social, adoção de perspectiva infantil:

- ‘Tramas envolventes e criativas (aventuras, policiais, conflitos emocionais e sociais, etc.).
- Visão de mundo e de relacionamentos humanos passíveis de serem questionados.
- Possibilidade de convivência entre sistemas de idéias diferentes.
- Negociação de conflitos entre personagens adultos e crianças, o que implica a concepção de igualdade entre os atores sociais.
- Ampliação de temas para além dos considerados “adequados” às crianças.

3.1.3 Dificuldades encontradas para acesso aos livros depositados na BN

Algumas dificuldades operacionais foram vivenciadas ao longo do processo de constituição da amostra, inclusive durante parte da constituição da amostra que ocorreu durante o mestrado (Escanfella, 1999). Fez-se aqui a opção por relatar também as dificuldades enfrentadas naquele período.

Durante o mestrado, as dificuldades relacionaram-se à localização de todos os exemplares dos periódicos *Boletim Bibliográfico* e *Bibliografia Brasileira da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. A localização desse material era de fundamental importância, pois nela se encontram impressos os títulos que compõem o universo de literatura infantil, com base no qual a amostra foi constituída. O levantamento realizado na base informatizada da USP não correspondia aos exemplares encontrados nas faculdades. Nenhuma faculdade possuía todos os números e volumes dos periódicos. Os fichários manuais não faziam

referência recíproca de um título para o outro (como se fossem materiais distintos). As bibliotecárias não conheciam o material, com exceção de uma bibliotecária da Faculdade de Direito e uma da Faculdade de Psicologia. A maioria dos exemplares foi encontrada na Faculdade de Psicologia da USP. Quando precisamos retomar o material para realizar um novo sorteio para substituir títulos, na Faculdade de Psicologia, os exemplares tinham sido enviados para o arquivo morto, sob a alegação que tinham recebido um CD com a base informatizada. Sequer o CD tinha sido aberto para saber do que se tratava (o CD em questão continha apenas os títulos dos últimos anos e não permitia extrair os títulos a partir do código internacional) (Escanfella, 1999).

Para atualizar o *corpus*, sorteando uma amostra representativa do período de 1995 a 2000, seria necessário ter acesso aos depósitos efetuados na BN, na base informatizada *on-line*, pois o periódico deixou de ser publicado. Porém, desde 2001, tentava-se extrair os dados do *site* sem sucesso. Em 2001 era possível solicitar os dados cruzando critérios (código internacional e ano), mas os dados não eram extraídos com sucesso (poucos títulos surgiam como resultado da pesquisa). Em contato telefônico com a BN, fui informada de que o *site* passaria por uma reformulação e o sistema de pesquisa seria alterado.

No final de 2002, deparei-me com um novo problema na base de pesquisa: não era possível solicitar a pesquisa pelo código internacional. Em contato com a BN, fui informada de que não era possível extrair a relação de títulos por gênero literário e fui orientada a solicitar ajuda à *webmaster*, que, por sua vez, me informou que encaminhara a solicitação para o setor responsável pelo depósito, porém a resposta jamais chegou.

Em 2003, observei que ocorrera outra mudança na base de pesquisa da BN, que novamente passou a permitir a pesquisa pelo código internacional. No entanto, o mesmo problema persistia: ao solicitar a pesquisa, poucos títulos eram extraídos da base *on-line*.

Levantei a hipótese de que a base não estaria sendo alimentada e que não seria possível atualizar a amostra.

Decidi checar minha hipótese em dezembro de 2003. Para minha surpresa, descobri que a base estava sendo alimentada. Após a coordenadora da Divisão de Bibliografia da Biblioteca Nacional insinuar que eu não estava procedendo da forma correta ao realizar a pesquisa *on-line*, solicitei que ela realizasse a pesquisa de um dos anos comigo ao telefone, seguindo os passos por mim realizados. Para sua surpresa não foi possível extrair os dados, apesar de estar correto o procedimento adotado por mim, pois o tempo expirava antes da extração dos dados.

A coordenadora da Divisão de Bibliografia comprometeu-se a realizar o levantamento e enviá-lo a mim. Apenas no final de janeiro de 2004, ela conseguiu enviar os arquivos. Para conseguir extrair os dados, ela precisou montar um sistema paralelo, que não disputasse com o sistema externo e interno. Isso foi possível, pois tinha que atender a uma solicitação realizada pela Unesco quanto às publicações para crianças. Por ironia, minha solicitação foi atendida graças a um pedido da Unesco.

Hoje é possível realizar a pesquisa por meio de uma entrada no *site* da BN não liberada para o grande público (<http://consorcio.bn/consorcios/bases.html>) e que foi fornecida a um dos membros do Negri, Paulo V. B. Silva (2005), que analisou livros didáticos na perspectiva étnica/racial.

3.1.4 Reflexão sobre ausência da explicitação de autoria

Um aspecto que merece um destaque especial refere-se à manutenção de um grande número de títulos de Literatura Infantil sem autoria declarada no depósito legal efetuado entre 1995 e 2000 na BN. Fato que revela um desrespeito para com o leitor criança. Por isso, serão realizadas aqui uma descrição e uma análise da quantidade de títulos sem autoria, por ano de

depósito na Biblioteca do Rio de Janeiro no período de 1995 a 2000. Apresentarei os dados apenas desses anos, pela facilidade de acesso às informações, pois o material que tenho disponível são as listas de títulos de 1995 a 2000, extraídas da base *on-line*. Os números aqui apresentados são ilustrativos da manutenção de um padrão recorrente na literatura infantil.

Tabela 7 – Distribuição do número de títulos sem autor depositados na BN por ano

Ano de depósito	N de títulos depositados	N de títulos sem autor	% de títulos sem autor por ano
1995	649	23	3,5
1996	1403	129	9,2
1997	1718	176	10,2
1998	1088	130	11,9
1999	1245	152	12,2
2000	963	69	7,2
Total	7066	679	9,6

Observa-se que algumas editoras que publicam um grande número de títulos para criança apresentam também um índice alto de ausência de informação sobre autoria. Entre as editoras com índice de ausência de informação de autor, muitas são pequenas editoras, porém outras são editoras estabelecidas no mercado.

Tabela 8 – Distribuição do número de títulos sem autor por editora

Editoras	N de títulos sem autor de 1995 a 2000
Editoras com número de títulos superior ou igual a 14	
Manole	103
Eko	76
Villa Rica ed.	58
Melhoramentos	48
Paulinas	30
Companhia das Letrinhas	27
Abril Jovem	23
Caramelo	23
Todolivro	18
Ática	15
EBAL	14
Editoras com número de títulos inferior a 14	
Nobel - Enciclopédia Britânica do Brasil – Salamandra - FTD	11
Edelbra -United Press	9
Ediouro	8
Quicé - ABCPress - Brinque-Book - Callis - Edunioeste - Koinonia Sul - Maço - Panini	5 a 7
Diversidade de editoras, como Vozes, Agir, Fenix, Focus, Formato, Luz e Vida, Nova Fronteira, Quadran Kids, Record, Revinter, Rideel, etc.	1 a 4

Muitos dos títulos são coleções (possivelmente com vários livros), contos tradicionalmente destinados às crianças, como contos maravilhosos, histórias folclóricas nacionais e internacionais, adaptações de clássicos (como *Alice no país das maravilhas*, *Robin Hood*, *Mil e uma noites*), adaptações de filmes, ou sobre personagens de filmes infantis, bem como livros-brinquedo, livros sobre animais, livros sobre Deus (das editoras cristãs). É importante salientar que a maioria dos títulos é dirigida às crianças pequenas, ainda em fase pré-escolar ou em início de escolarização.

Vale lembrar que foi durante o início do processo de industrialização que emergiu a discussão quanto aos direitos legais sobre os livros. Afinal, esse é um objeto fruto de trabalho coletivo (empresário, editor, revisor, capista, ilustrador, distribuidores e livreiros), em que todos os envolvidos buscavam obter o rendimento relativo ao seu trabalho. A discussão em torno do direito à propriedade, ao direito autoral, ocupou o século XVIII, levando à emergência da constituição da figura do autor e da concepção de seus direitos, conforme vivenciamos hoje (Zilberman, 2001). Por isso, é preciso tornar evidente a diacronia à que se encontra submetida a literatura para crianças, principalmente a destinada às crianças menores, evidenciada pela omissão, insistentemente reiterada, de informações sobre autoria ou responsável pela adaptação. Nega-se a informação e oculta-se da criança não apenas a informação sobre o autor, mas sobre o próprio processo industrial e capitalista de produção do livro. Reifica-se, assim, o produto.

3.2 DESCRIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

A análise dos dados seguirá esta ordem: iniciarei com a caracterização da amostra; na seqüência, apresentarei uma sinopse das histórias que compõem a amostra como estratégia para a análise; depois, com base na articulação de aspectos das grades analíticas, discutirei a análise das histórias; finalizarei com uma síntese dos resultados e sua reinterpretação a partir do cotejamento com o aporte teórico. Tem-se clareza, nesse trabalho, que a análise que será apresentada é apenas uma das leituras exploratórias possíveis diante do material selecionado, e que, com outras categorias ou outros objetivos, a reflexão se mostraria diversa desta aqui exposta.

3.2.1 Caracterização da amostra

Como se afirmou anteriormente, a amostra foi composta por trinta livros: 15 de editoras laicas e 15 de editoras católicas, cujos títulos se encontram a seguir.

Lista de livros de editoras católicas

1. D'ASSUMPCÃO, Gislaine Maria. **Pingo de Luz**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1979.
2. FERREIRA, Regina Sormani. **Miguel e Serafina**. São Paulo: Loyola, 1987.
3. NUCCY, Nely A Guernelli. **A abelhinha e a tartaruga**. São Paulo: Paulinas, 1988.
4. ALVES, Rubem. **A volta do pássaro encantado**. São Paulo: Paulus, 1990.
5. JACUÁ, Sheila de. **Colecionador de estrelas**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.
6. BANDEIRA, Pedro. **Velhinho entalado na chaminé**. São Paulo: FTD, 1990.
7. QUEIRÓZ, Márcia Peltier de. **O menino que virou bicho do mato**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1991.
8. NUCCY, Nely A Guernelli. **O atraso**. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.
9. CAMPO, Guilherme del. **Vovó italiana**. São Paulo: Paulinas, 1996.
10. WALLACE, Roberto. **E não é que era amor**. São Paulo: Paulinas, 1998.
11. CARVALHO, Maria Lúcia. **No tempo do branco e preto**. São Paulo: Paulus, 1998.
12. ALBISSÚ, Nelson. **Encanto em Tiemim**. São Paulo: Paulus, 1998.
13. RODRIGUES, Luiz. **Pequeno rei**. São Paulo: Ave-Maria, 1999.
14. BRAZÃO, Suely Mendes. **Historinhas de natal**. São Paulo: Ave-Maria, 2000.

15. CHINDLER, Daniela. **Homem que botou um ovo**. São Paulo: Paulinas, 2000.

Lista de livros de editoras laicas

1. MOTT, Odete de Barros. **O caso da ilha**. São Paulo: Atual, 1978.
2. AZEVEDO, Ricardo. **Um homem no sótão**. São Paulo: Melhoramentos, 1982.
3. ROCHA, Ruth. **A decisão do campeonato**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
4. ALBERGARIA, Lino de. **Tantas histórias tem o tempo**. São Paulo: Editora do Brasil, 1986.
5. AMARAL, Maria Lucia. **Anjo na rua**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
6. COLASANTI, Marina. **Entre a espada e a rosa**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1993.
7. SOUZA, Flavio de. **O álbum do Nino** (Castelo Rá-Tim-Bum; 1). São Paulo: TV Cultura, Comp. das Letrinhas, 1995.
8. VARGAS, Giselle. **Dia inteiro**. Belo Horizonte: Dimensão, 1996.
9. BAGNO, Marcos. **Unhas de ferro**. Belo Horizonte: Lê, 1997.
10. NUENS, Sebastião. **Sapatolices**. Belo Horizonte: RHJ Livros, 1998.
11. BANDEIRA, Pedro. **Prova de Fogo**. São Paulo: Ática, 1999.
12. MURALHA, Sidônio. **Três cachimbos**. São Paulo: Global, 1999.
13. AGUIAR, Luiz Antonio. **Renata e Muriel**. São Paulo: Atual, 1999.
14. ABRAMOVICH, Fanny. **Apostado**. São Paulo: Atual, 1999.
15. FRANÇA, Mary. **Passeio na fazenda**. São Paulo: Ática, 2000.

Como unidade de análise, adotou-se a história, pois um livro pode conter mais de uma história. No caso, os 30 livros contêm 42 histórias (Tabelas 9 e 10).

Tabela 9 - Distribuição de frequência do número de livros e de histórias por caráter da editora

Tipo de livro	Caráter da editora			
	Laica		Católica	
	N. de livro	N. de história	N. de livro	N. de história
Livro com 1 história	14	14	14	14
Livro com mais de 1 história	1	10	1	4
Total	15	24	15	18

Tabela 10: Distribuição de frequência de histórias por tipo de livro e caráter da editora

Caráter da editora	Unidades de análise (história)					
	Unidades de livros com uma história		Unidades de livros com mais de uma história		Total de unidades de análise	
	N	%	N	%	N	%
Laica	14	50	10	71,5	24	57
Católica	14	50	4	28,5	18	43
Total	28	100	14	100	42	100

Dois livros contêm mais de uma história. Um dos livros de editora laica é composto por dez histórias, e um de editora confessional é composto por quatro histórias de análise. No primeiro caso, o livro configura-se como o livro de contos *Entre a rosa e a espada* (Ed. Salamandra). No segundo, como o livro *Historinhas de Natal* (Ed. Ave-Maria) composto por histórias curtas que têm como eixo aglutinador o tema natalino.

É preciso salientar que a análise não é passível de generalização para o universo de livros publicados e depositados na BN, pois a amostra não foi constituída com procedimentos estatísticos que permitiriam a generalização, mas foi estabelecida com vistas a uma reflexão qualitativa. Apesar disso, é possível estabelecer aproximações entre os dados aqui apresentados e os conhecimentos produzidos na academia sobre literatura infantil.

Antes de prosseguir com a descrição da amostra, para contribuir com a análise, optou-se por apresentar a sinopse das histórias em dois blocos. No primeiro bloco, constam as histórias publicadas por editoras católicas e, no segundo bloco, as histórias de editoras laicas.

Sinopse de histórias dos livros de editoras católicas

1. D'ASSUMPÇÃO, Gislaine Maria. **Pingo de Luz**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1979.

O espírito Pingo de Luz, que vive com o Pai, vem à Terra para aprender, como se essa fosse uma escola. Aqui recebe o nome de Luiz. Quando ainda pequeno, seu irmão morre, e ele não consegue obter respostas dos adultos sobre a morte. Mesmo assim, tenta atribuir por si mesmo o significado, tendo em vista que ainda consegue se lembrar de quando era Pingo de Luz. Cresce e esquece do período que era Pingo de Luz, casa-se e tem filhos. Adoece gravemente e, durante um momento de angústia, lembra-se de Deus. Pouco antes de morrer, alegra-se com o fato de voltar a morar junto do Pai e lá chega não mais como Pingo de Luz, mas como uma luz grande e bela.

2. FERREIRA, Regina Sormani. **Miguel e Serafina**. São Paulo: Loyola, 1987. Boneca Serafina enfrenta com boa argumentação e astúcia o preconceito de outros brinquedos pelo fato de brincar com um meniN

3. NUCCY, Nely A Guernelli. **A abelhinha e a tartaruga**. São Paulo: Paulinas, 1988.

A abelhinha órfã tem como modelo uma tartaruga, seguindo-a para todos os lados. Sem perceber que tem asas, não aprende a voar, até que um sapo a ajuda a usar as asas e se reconhecer como abelha.

4. ALVES, Rubem. **A volta do pássaro encantado**. São Paulo: Paulus, 1990. O pássaro, enfeitiçado pela própria imagem no espelho, perdeu a capacidade de ser feliz. Segundo o Mago, apenas quem amasse o pássaro poderia ajudá-lo, pois a única saída seria que ele redescobrisse o amor.

A menina tenta desencantar o pássaro, oferecendo-lhe coisas que amara no passado. Como não surte efeito, ela sai em busca de ajuda de um poeta, de monges, de revolucionários, de intérpretes de sonho. Porém, sem encontrar a solução, a menina, com saudades do pássaro, decide voltar e ficar ao seu lado em sua tristeza. Ao mesmo tempo, algo se passa no fundo da alma do pássaro, e ele sonha e lembra da menina. Com saudades da menina, larga o espelho e sai em busca dela.

5. JACUÁ, Sheila de. **Colecionador de estrelas**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

Nando ama tanto as estrelas que passa a colecionar as estrelas cadentes ou as que se perdiam de suas constelações, guardando-as em uma caixa. Quando todas as estrelas desaparecem do céu, ele se entristece e crê que algum outro colecionador apanhou todas as estrelas. Sai à procura do tal colecionador. Sem encontrar, retorna à sua casa. As estrelas aparecem em seu quarto, revelam que não foram capturadas e o convidam para conhecer o mundo das estrelas. Aprisionam o menino em uma sala vazia e escura, para que aprenda que não se deve aprisionar aquilo ou aqueles que amamos.

6. BANDEIRA, Pedro. **Velhinho entalado na chaminé**. São Paulo: FTD, 1990.

Jorginho, na véspera de Natal, argumenta com os pais sobre a necessidade de construir uma chaminé para o Papai Noel, mas eles estão vendo TV e não dão atenção ao menino. Então o avô o ajuda a construir uma chaminé de papelão. Quando Noel chega e fica entalado na chaminé, o menino pensa que Noel é seu avô disfarçado e lhe dá o presente que seria do avô. Quando Noel sai, o avô surge e ele descobre que viu o Papai Noel de verdade.

7. QUEIRÓZ, Márcia Peltier de. **O menino que virou bicho do mato**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1991.

Pai e mãe cansados da cidade grande decidem mudar com o filho para um sítio no início das férias. Lá o menino aprende a observar a natureza e torna-se capaz de entender seus processos. Na volta às aulas, narra essa história quando a professora solicita que os alunos façam uma redação cujo título é “Minhas férias”.

8. NUCCY, Nely A Guernelli. **O atraso**. São Paulo: Edições Paulinas, 1993. Durante um dia frio de inverno, o sol não aparece, obrigando todos a permanecerem no escuro da noite. Por causa do pedido da borboleta, a fada dirige-se ao céu para verificar o que acontecera e acorda o sol, que acorda o dia.

9. CAMPO, Guilherme del. **Vovó italiana**. São Paulo: Paulinas, 1996. A história de uma imigrante é narrada pelo neto. De forma sintética, são descritos fatos como a viagem, os hábitos da avó e as saudades do neto.

10. WALLACE, Roberto. **E não é que era amor**. São Paulo: Paulinas, 1998.

William, aos seus 46 anos, namorara Flora na adolescência. Apesar de separados desde aqueles tempos, ambos mantêm em suas mentes uma imagem difusa, a qual não conseguem identificar. Pressentem que vão se encontrar, senão nesta vida, em outra dimensão, ou outra encarnação, ou na vida eterna, pois o vínculo entre eles permanece. Ao rever Flora na televisão, a imagem fica clara para ambos, que seguem para o lugar registrado na memória – a praça do coração –, onde se reencontram.

11. CARVALHO, Maria Lúcia. **No tempo do branco e preto**. São Paulo: Paulus, 1998.

Dois reinos, o do branco e o do preto, são inimigos, até que o Rei do Preto e a Rainha do Branco decidem juntar seus reinos, tornando-os cinza. Como o cinza era sereno, a paz se estabeleceu junto com a monotonia. Então os reis buscam, nos primórdios dos tempos, as cores esquecidas.

12. ALBISSÚ, Nelson. **Encanto em Tiemim**. São Paulo: Paulus, 1998.

Na busca de poder, Tiringüi lança um feitiço sobre o menino imperador e a menina Floremim, para que ele nunca a veja com olhos de amor. O menino torna-se imperador mas não se lembra do sortilégio, enquanto Floremim mantém a consciência sobre o que aconteceu. O encanto é desfeito pelo verdadeiro amor que existe entre Floremim e o imperador.

13. RODRIGUES, Luiz. **Pequeno rei**. São Paulo: Ave-Maria, 1999.

Animais filhotes são capturados na floresta e levados para um zôo. Sob as ordens do pequeno leão, planejam a fuga e voltam para a floresta, onde reencontram seus pais, suas mães e seus amigos.

14. BRAZÃO, Suely Mendes. **Historinhas de natal**. São Paulo: Ave-Maria, 2000.

1) *A árvore de natal*

Ari, criança ribeirinha, no último dia de aula, é levado com seus colegas para ver os preparativos de Natal na cidade. Ari fica fascinado pela árvore de Natal e decepcionado por não terem uma árvore como aquela — um pinheiro artificial cheio de enfeites e luzes. Porém, ao andar à noite pela beira do rio, reconhece, ao olhar para cima, que entre os galhos e as folhas das árvores regionais as estrelas brilhavam e que tinha, de fato, árvores de Natal de verdade.

2) *A ceia dos anjos*

Mariana, de 8 anos, sai para vender cocadas na véspera do Natal, para ajudar a família. Porém não consegue vender nada. Em um bairro rico, cansada, adormece em frente à janela de uma casa e sonha com anjos. Pela manhã o dono da casa surge e a auxilia, compra seus doces, dá a ela uma boneca de presente e a leva até sua casa.

3) *O peru*

Alice e Antônio, irmãos gêmeos, com mais quatro irmãos, precisam abandonar a fazenda em que o pai administrava e que fora vendida. Os pais só conseguem emprego de plantadores e colhedores. Sem dinheiro para construir uma casa e sem terreno, passam a morar em uma tenda de lona resistente. As crianças, apesar de continuarem estudando, passam a ajudar nos afazeres e a cuidar dos irmãos. No

período de Natal, com o pai ausente, pois precisara aceitar um trabalho temporário em outra cidade, as crianças trabalham para ajudar em casa, porém não conseguem dinheiro para comprar o desejado peru para o Natal. Quando vão dormir, surge um peru no quintal, como presente de Deus.

4) *O Papai Noel*

Geraldo, homem que construiu fortuna trabalhando, no período de Natal distribuiu presentes para as crianças da região. Em consonância com o espírito e o significado cristão, além do caminhão de presentes, ele mantém um caminhão com um presépio.

15. CHINDLER, Daniela. **Homem que botou um ovo**. São Paulo: Paulinas, 2000.

Seu Tenório é casado com Dona Mixirica, que adora fazer fofocas. Por isso, o marido decide dar uma lição na esposa: fingindo ter posto um ovo, pede à mulher que não conte nada para ninguém, pois senão ele seria mal visto. Ela, sem agüentar manter silêncio, revela o segredo e, diante dos problemas gerados por sua indiscrição, é obrigada a desmentir na televisão.

Sinopse de histórias dos livros de editoras laicas

1. MOTT, Odete de Barros. **O caso da ilha**. São Paulo: Atual, 1978.

Em uma ilha, pescadores, que antes viviam em harmonia e equilíbrio, passam a vivenciar estranhos acontecimentos, como uma bomba que explode, avariando o único barco que é utilizado para a venda do pescado no continente. Pedro, adolescente de 14 anos, jovem caiçara descendente de índios, é encarregado de avisar a polícia. A partir de então, auxilia o delegado Carlos durante as investigações e demonstra coragem e perspicácia para enfrentar e colaborar com a prisão de uma quadrilha internacional que seqüestrara Jean Paul, um jovem e famoso joalheiro internacional.

2. AZEVEDO, Ricardo. **Um homem no sótão**. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

Autor de 33 anos produz histórias para crianças isolado em seu sótão, tendo como modelo os tradicionais contos de fadas e fábulas. Um belo dia, seus personagens, à medida que são criados, passam a ganhar vida e a questionar os estereótipos adotados nas tramas. Após procurar um médico que lhe receita férias na praia, volta e tenta escrever sobre a princesa e o sapo, ainda usando o modelo tradicional. Os personagens novamente saem de sua mente e voltam a questioná-lo. Deprimido, ele se isola e, após um tempo de depressão, volta a olhar para fora de seu mundo-sótão, redescobrimdo a vida cotidiana, sobre a qual decide escrever.

3. ROCHA, Ruth. **A decisão do campeonato**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

Um grupo de meninos sempre joga bola após fazer as lições de escola. De tanto ouvir os meninos jogarem, o papagaio de seu Manuel aprendeu a imitar o apito e atrapalhou o jogo de final de campeonato, que precisou ser remarcado. Desde então, o papagaio passou a ser o mascote do time.

4. ALBERGARIA, Lino de. **Tantas histórias tem o tempo**. São Paulo: Editora do Brasil, 1986.

Zeca, com seu cachorro Magrão, segue para a estrada onde teriam sido vistos discos voadores e suas marcas no chão. Rememorando as histórias locais, tem dúvidas quanto aos índios que habitaram a região, já que nunca ouvira histórias sobre eles. No passeio, dorme sob uma gameleira muito antiga e sonha com um disco voador que funciona como um portal para o passado. Durante o retorno ao passado, é acompanhado por uma menina indígena que estava no disco voador. Durante a viagem, vê tropeiros com suas mercadorias, negros dançando longe dos brancos e avista índios em um ritual do outro lado do rio. No outro final de semana, vai nadar no mesmo rio, quando Magrão localiza uma fenda nas pedras, com artefatos indígenas, o que confirma o que vivenciara em sonho.

5. AMARAL, Maria Lucia. **Anjo na rua**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

Quando a notícia de que há um anjo na cidade se espalha, as crianças saem à sua procura. Entre as crianças, Luciana e Eduardo, ao encontrá-lo, descobrem que o anjo perdera uma de suas asas. Saem à procura da asa até conseguirem resgatá-la das mãos de um camelô que tentava vendê-la em uma praça pública.

6. COLASANTI, Marina. **Entre a espada e a rosa**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1993.

Dez histórias, com tramas simbólicas, em típicos contos maravilhosos.

1. *A dama do leque*

História de personagens — moça tocando um instrumento de cordas, uma garça voando no canto esquerdo, uma garça com uma das pernas na água do lago — do leque de um mandarim, que o presenteia a uma de suas concubinas. As garças, cada uma a seu tempo, fogem do leque. Após muitos donos, em uma barraca de antiquário, o leque é comprado por um jovem artista, como presente para sua amada. Antes de ofertar o objeto, restaura-o e pinta duas garças como as anteriores. A namorada, diante do belo presente, coloca-o aberto sobre o leito. A narrativa apresenta a ação dos personagens do leque em relação ao tipo de uso que seus donos fazem dele.

2. *O reino por um cavalo*

Um cavalo, que é o orgulho do rei por sua raridade, alimenta-se de moedas de ouro, o que leva o reino à miséria. Cria-se uma nova taxa, o Imposto do Cavalo. Depois de os cidadãos estarem também eles depauperados, o curador sugere que façam o cavalo trabalhar ao contrário. Viram o cavalo do avesso, e ele passa a comer fezes e defecar moedas de ouro. É restabelecida, assim, a riqueza do rei. Todos os cidadãos voltam a se alegrar. Porém o rei não se orgulha mais de seu cavalo, que agora tem uma aparência repugnante. Manda matar o cavalo e limpar a cavalariça, sem que o curador saiba, pois ganhara um raro alazão, que se alimenta de pedras preciosas.

3. *Entre a espada e a rosa*

Jovem princesa, cujo pai decide com quem deve se casar, desesperada solicita ao corpo e à mente que a ajudem a achar uma solução. Acorda com barbas ruivas. Diante da estranheza, o rei a expulsa de casa. Não consegue emprego nas vilas, pois não querem empregar-lhe em afazeres femininos, uma vez que tem barba, nem em afazeres masculinos, pois tem corpo de mulher. Vende suas jóias e veste-se de cavaleiro, com armadura e elmo que escondem o corpo feminino e a barba masculina.

Luta em torneios como guerreiro, até se empregar aos serviços de um jovem rei, que após anos se percebe apaixonado pelo guerreiro. Angustiado, o rei solicita que tire o elmo em três dias ou que saia de seu país em cinco dias. Novamente, a jovem chora sua sorte e solicita ao corpo e à mente que a ajudem a encontrar a solução. Amanhece com rosas no rosto, no lugar da barba. Em um dia as rosas caem, e sua aparência feminina é totalmente restituída. Veste-se então com o vestido vermelho que sempre mantivera consigo e desce para se apresentar ao rei.

4. *Cinco ciprestes, vezes dois*

Um homem sonha com um pássaro que lhe avisa sobre um tesouro que o espera na cidade dos cinco ciprestes. O homem vende suas coisas e sai em busca da cidade desconhecida.

São apresentadas duas versões para a trama. Na primeira, o homem segue em direção ao poente para que o sol faça com que os dias de procura durem mais. Ao avistar a cidade com cinco ciprestes, pára na primeira casa e bebe da água do poço. Dorme para descansar e é abordado por um viajante que o decapita, rouba e joga sua cabeça no fundo do poço, de onde seus olhos abertos já não podem ver a arca com tesouro que lá se encontra.

Na segunda versão, o homem segue em direção ao sol nascente, pois ver o sol nascer todas as manhãs alimentaria sua busca. Em uma manhã, avista ao longe os cinco ciprestes, cavalga durante todo o dia, mas, ao fim da tarde, quando se aproxima da cidade, percebe que são quatro ciprestes e parte em outra direção, sem saber que, durante uma tempestade, um dos ciprestes fora atingido por um raio.

5. *No rumo da estrela*

Sete irmãos, após a morte do pai, decidem abandonar a ilha em que moravam. Constroem um barco e partem em noite de lua cheia, sob as ordens do mais velho, que decide que o mais novo será o timoneiro e que estrela deverá orientar a jornada. O jovem apaixona-se pela estrela, cuja luz fica mais intensa à medida que menos brilha a lua. Em noite sem luar, com o mar revolto, o jovem pensa poder pegar a estrela e sente que ela o vem buscar. Sem timoneiro, os irmãos vagam para sempre sem poder chegar.

6. *No castelo que se vai*

O rei do nada em seu castelo de ar, que não tem lugar fixo, é desafiado pelo rei do tudo, que não tinha mais nada a conquistar na Terra. A corte do rei do nada desata a rir do desejo expresso pelo rei do tudo, que declara guerra contra o reino do nada. As risadas movimentam o ar e fazem com que o castelo comece a flutuar. Sem poder se apoderar do reino do nada, o rei vê perdido para sempre seu sonho de dominar tudo.

7. *Uma voz entre os arbustos*

Um rei decide se casar com uma atriz de um grupo de saltimbancos, pois alguns nobres a viram durante o espetáculo e encantaram-se com seu silêncio e recato, qualidades que o rei buscava para sua rainha. Porém ele não sabia que em cena estava uma boneca de pano com rosto de cera. Manda buscar a moça entre a trupe de saltimbancos. Sem querer contrariar o rei, o grupo lhe envia a boneca. Durante o trajeto, o cocheiro e o pajem param em uma estalagem para beber cerveja. Exposta ao calor, a boneca tem suas feições alteradas, ficando com aparência de velha. O rei enraivecido ordena que voltem e tragam a jovem. Novamente, o caso repete-se. Na terceira vez que param na estalagem, a filha do estalajadeiro descobre a farsa e troca

de lugar com a boneca.

O rei, feliz e encantado com o recato e o silêncio de sua noiva, inicia os preparativos do casamento e destina-lhe um quarto com um belo jardim. Apenas nele a jovem fala à vontade e conversa com os animais e as plantas, manifestando sua verdadeira índole. O rei encanta-se com a voz que ouve, sem saber que é sua noiva quem fala, e passa a amar a dona da voz e a irritar-se com o silêncio de sua noiva. No dia do casamento, ambos tristes se encontram; a jovem, cansada de fingir, conta tudo, enquanto ele reconhece sua voz. Desfeita a farsa, casam-se então.

8. *O homem atento*

Um homem acreditava que manter total atenção nas coisas controlaria a organização do mundo e impediria que o caos se instalasse. Um viajante, penalizado, coloca diante de sua face um espelho. O homem atento não reconhece a si mesmo envelhecido, e percebe, então, que não notara o tempo passar, e que, assim, o caos se instalara. Pela primeira vez, distraído, pede um pente e penteia os longos cabelos.

9. *Como um colar*

Jovem que nasce com as janelas do olho voltadas para dentro não sente a necessidade de abrir os olhos e ver o mundo. Seus pais a crêem cega. Os médicos desistem de seu caso por ser único.

Seu pai lhe dá a cada ano uma pérola rara do Oriente, para que aos 15 anos possa mandar produzir uma bela jóia. Porém, durante o inverno de seus 15 anos, ela alimenta com as pérolas um pombo que surge em sua janela. Ao tomar conhecimento do que acontecera, o rei manda que arqueiros saiam à caça do pombo. A jovem, ao saber da ordem paterna, sai do palácio e, pela primeira vez, abre os olhos para sair à procura do pombo.

O arqueiro, ao localizar o pombo, não vê a silhueta da princesa que se confunde com a neve. Mata o pombo e a princesa. Do ferimento do pombo saem as pérolas, que escorrem para o colo da princesa, formando um colar.

10. *Em noites de lua cheia*

A lua, que antes era sempre inteira, encantada com a própria imagem refletida em um poço, aproxima-se cada vez mais e cai dentro dele. Retirada de lá por um pastor de ovelhas, passa por peripécias. É comida por uma ovelha, que é comida por um lobo, que é morto por um caçador, que confunde a lua com queijo e a reparte, em tamanhos adequados, para cada uma das quatro filhas. A noite, cansada da escuridão, toma as meninas para si, que voltam a iluminar a noite, cada uma de acordo com o tamanho do pedaço que comeu da Lua, ou juntas, quando todas acordadas brincam de roda.

7. SOUZA, Flavio de. **O álbum do Nino** (Castelo Rá-Tim-Bum; 1). São Paulo: TV Cultura, Comp. das Letrinhas, 1995.

Nino, menino bruxo, precisa se submeter a um teste magistral para se tornar aprendiz de feiticeiro, que implica entrar numa caverna no lado escuro da Lua e escolher uma entre várias pedras preciosas. Nino é aprovado por sua coragem, astúcia e pela bondade ao ajudar um outro competidor.

8. VARGAS, Giselle. **Dia inteiro**. Belo Horizonte: Dimensão, 1996.

A narrativa descreve o dia de dois amigos que não se desgrudam: ida à escola, brigas ao sair da escola e brincadeiras.

9. BAGNO, Marcos. **Unhas de ferro**. Belo Horizonte: Lê, 1997.
Valdo, jovem de 17 anos, atende a um pedido de sua mãe para acompanhá-la a uma cartomante. Apesar de impressionado com a performance de Madame Kassandra, intui que há algo errado. De forma perspicaz, percebe que todos os que foram à tal cartomante receberam a visita de um pesquisador (de institutos variados). Com sua namorada e um tio dela, que é da Polícia Federal, montam um plano e desmascaram a quadrilha.

10. NUVENS, Sebastião. **Sapatolices**. Belo Horizonte: RHJ Livros, 1998.
Um sapato do pé direito, sem par, encontra um sapato do pé esquerdo também sem par. Com diversos objetos encontrados, montam um corpo para si. Classificam o tal corpo que montam como um pato, patolice, ou sapatolice, que, segundo os sapatos, poderia virar cisne. O corpo ganha vida e solicita que realizem mudanças para tornar-se um pato de fato. Após algumas tentativas, concluíram que era uma sapatolice mesmo. Decidiram refazer o pato e, sob os protestos do próprio pato, o desmontaram. O leitor é convidado a também montar seu próprio pato.

11. BANDEIRA, Pedro. **Prova de Fogo**. São Paulo: Ática, 1999.
Gil, adolescente de 15 anos, cursa o primeiro colegial e é apaixonado pela colega Pris, que nem sequer o nota. Pris trabalha para uma família americana como *baby sitter* do menino Mark. Em uma noite, Mark é seqüestrado enquanto a jovem cuidava dele. Gil descobre o crime e arquiteta o plano que leva à prisão dos seqüestradores. Assim, prova a si e a Pris que tem valor.

12. MURALHA, Sidônio. **Três cachimbos**. São Paulo: Global, 1999.
Três cachimbos encontram-se à venda: o cachimbo de argila queimada, o cachimbo de madeira de cerejeira e o cachimbo de espuma-do-mar. Tanto o de madeira quanto o de espuma-do-mar, após serem vendidos, vivem uma vida triste, enquanto o de argila, que fora menosprezado pelos outros dois cachimbos, foi comprado por um velho pescador sem muitas posses e passou a viver em um navio, viajou por muitos lugares e conheceu histórias de outros cachimbos de várias cores, além de poder aquecer as mãos de seu dono no frio e ver as estrelas no céu.

13. AGUIAR, Luiz Antonio. **Renata e Muriel**. São Paulo: Atual, 1999.
História de duas amigas que enfrentam algumas dificuldades próprias da adolescência, como sentir-se isolada do grupo, amor não correspondido, conflitos com os adultos. O ápice é a tentativa de suicídio de Muriel e seu difícil retorno ao convívio dos amigos.

14. ABRAMOVICH, Fanny. **Apostado**. São Paulo: Atual, 1999.
A narrativa descreve a relação cotidiana entre um grupo de crianças sempre mediada por apostas, como quem faz o xixi mais comprido, quem cospe mais longe, quem fica mais tempo sem piscar ao olhar no olho do colega, etc.

15. FRANÇA, Mary. **Passeio na fazenda**. São Paulo: Ática, 2000.
Gota-cor-de-rosa é convidada pelos Pingos para um passeio à fazenda, onde respiram ar puro, comem fruta fresquinha do pé, sentem cheiro de flores de laranjeira, vão à horta, brincam e pescam no riacho, sentem a brisa no final da tarde e tocam violão ao luar.

Ao analisar os títulos que compõem a amostra, observou-se a tendência ao uso de diminutivo, como uma forma de infantilização e aproximação artificial com o universo infantil, apenas em títulos de editoras católicas como em *A abelhinha e a tartaruga*, *Historinhas de Natal* e *Pequeno rei* (ao longo do texto ocorre o uso de diminutivos ao se referir aos personagens). Apesar de *Velhinho entalado na chaminé* compor o grupo de livros das editoras católicas, o uso do diminutivo é uma referência à expressão *bom velhinho*, para nomear o Papai Noel, portanto seu uso é metafórico.

Os livros da amostra foram escritos por 28 autores. Dentre os autores de editoras católicas, apenas um (Nely A. Guernelli Nuccy) teve dois livros (*A abelhinha e a tartaruga* e *O atraso*) incluídos na amostra. Entre os de editora laicas, nenhum autor teve dois livros sorteados. Porém, Pedro bandeira é um autor que teve dois livros publicados, um por editora laica (*Prova de Fogo*) e um por editora religiosa (*Velhinho entalado na chaminé*).

A metade dos autores que assinam os títulos da amostra é do sexo feminino (50%), porém diferem as porcentagens quando a variável “sexo” é distribuída pelo caráter da editora. Em editoras católicas, a maioria dos autores é do sexo feminino (60%), enquanto as editoras laicas apresentam um índice um pouco mais alto de autores do sexo masculino (53,5%). O número de autoria mista é igual para ambas as categorias de editoras.

Tabela 11: Distribuição da frequência de livros por caráter da editora e por sexo do autor

Sexo do autor	Caráter da editora					
	Laica		Católica		Total	
	N	%	N	%	N	%
Masculino	8	53,5	5	33,5	13	43,5
Feminino	6	40,0	9	60,0	15	50,0
Misto	1	6,5	1	6,5	2	6,5
Total	15	100	15	100	30	100

Para classificar os autores quanto ao currículo, foram utilizados o *Dicionário de Literatura Infantil* de Nelly Novaes Coelho, a base de informações sobre autores da BN e pesquisa livre no *site Google*. O índice de autores que se dedicam exclusivamente à literatura

infantil é similar para editoras laicas e católicas, porém o índice de indeterminação sobre o currículo do autor é maior em editoras católicas, o que faz com que os outros índices — autor que se dedica principalmente à literatura infantil, principalmente para adultos e igualmente para adultos e crianças — sejam superiores para editoras laicas.

Tabela 12: Distribuição da frequência de livros por currículo do autor e por caráter da editora

Currículo do autor	Caráter da editora					
	Laica		Católica		Total	
	N	%	N	%	N	%
Exclusivamente ficção infantil (1+2*)	8	53,4	8	53,4	16	53,5
Principalmente ficção infantil (3+4*)	3	20,0	1	6,6	4	13,5
Principalmente obras para adultos (5+6+7*)	2	13,3	1	6,6	3	10,0
Igualmente para adultos e crianças (8)	2	13,3	1	6,6	3	10,0
Indeterminado	0	0	4	26,8	4	13,0
Total	15	100	15	100	30	100

*Os números indicam a soma de subcategorias estabelecidas na grade de análise da categoria currículo do autor.

Ao cruzar informações sobre sexo e currículo de autores, observou-se que 60% das autoras dedicam-se exclusivamente à produção literária para crianças, enquanto os autores do sexo masculino na mesma categoria perfazem 46,2%. Os autores do sexo masculino que se dedicam de forma igual para crianças e adultos apresentam um índice de 23%. Ambos os sexos apresentam índices similares quanto à categoria “dedicação principalmente à ficção infantil”.

Tabela 13: Distribuição de frequência por distinção da obra ou autor e caráter da editora

Livros que receberam Prêmios	Caráter da editora					
	Laica		Católica		Total	
	N	%	N	%	N	%
Prêmio nacional e internacional	1	16,5	0	0	1	10
Prêmio nacional	1	16,5	1	33,5	2	20
Autor reconhecido pelo conjunto da obra	5	67,0	2	66,5	7	70
Total	6	100	3	100	7	100

Dos livros que compõem a amostra, apenas três receberam prêmios, sendo dois de editoras laicas e um de editora católica: *Um homem no sótão* (Ed. Laica): recebeu um prêmio

nacional e um internacional; *Entre a espada e a rosa* (Ed. Laica): recebeu quatro prêmios nacionais; *Homem que botou um ovo* (Ed. Católica): recebeu um prêmio nacional. Porém o número de autores cujos títulos não receberam prêmios, mas que são reconhecidos no mercado por suas obras, aumenta de forma significativa entre as editoras laicas. Para informações sobre o reconhecimento dos autores, utilizou-se o *Dicionário de crítica de literatura infantil e juvenil brasileira*, de Nelly Novaes Coelho. A maioria dos autores reconhecidos por sua produção de literatura infantil, como Odete de Barros Mott, Ricardo Azevedo, Ruth Rocha, Mary e Eliardo França e outros também reconhecidos tanto por suas publicações para adultos como para crianças, como Marina Colasanti e Sidônio Muralha, tiveram os títulos que compõem a amostra publicados por editoras laicas. As editoras católicas apresentam como autores reconhecidos, que assinam os títulos da amostra, Rubem Alves e Pedro Bandeira, o qual também assina um título de editora laica. De acordo com o dicionário de Coelho, a autora Nely A.G. Nuccy, que tem dois títulos publicados por editoras católicas também tem obras que conquistaram prêmios.

Não notamos distinção quanto à data de publicação dos livros conforme o tipo de editoras: em ambos os tipos, a maioria foi publicada a partir da década de 90.

Tabela 14 – Distribuição de frequência de publicação por caráter de editora e década de publicação

Década	Caráter da editora					
	Laica		Católica		Total	
	N	%	N	%	N	%
70 (1976-1979) *	1	6,5	1	6,5	2	6,5
80 (1980-1989)	3	20	2	13,5	5	16,5
90 (1990-2000) **	11	73,5	12	80	23	77
Total	15	100	15	100	30	100

* Vale ressaltar que a amostra foi constituída com livros publicados a partir de 1976, portanto a tabela não se refere a toda a década de 70.

** Foi acrescida à década de 90 os livros sorteados no ano 2000.

Essa comparação evidencia que tanto a produção de editoras laicas como católicas se aproxima quanto à data de publicação, o que do ponto de vista metodológico é importante: eventuais diferenças que encontramos na análise discursiva, nos próximos tópicos, não

decorrem de defasagem temporal. Como se sabe, a tematização da infância como ator social é de entrada recente nos cenários nacional e internacional. Por esta mesma razão também é auspicioso o ponto de que a imensa maioria dos livros (e histórias) da amostra tenha sido produzida após 1989 – ano da promulgação da Convenção dos Direitos da Criança.

Os livros da amostra foram publicados por 19 editoras, 12 laicas e sete católicas, sendo que do total de livros, dois títulos foi publicado pela Edições Paulinas, quatro pela Paulinas Editora e três pela Paulus Editora, dois pela Ave-Maria, um pela Vozes e um pela Loyola. Entre as publicações das laicas, 12 editoras publicaram os títulos sorteados, sendo que 3 deles pela Atual e 2 pela Ática.

A maior parte dos livros foi publicada em São Paulo (73,5%), seguida da participação de editoras de Belo Horizonte (10%), do Rio de Janeiro (6,5%), de Petrópolis (6,5%) e de Porto Alegre (3,5%).

Tabela 15: Distribuição de frequência de livros por caráter da editora e local de publicação

Local de publicação	Caráter da editora					
	Laica		Católica		Total	
	N	%	N	%	N	%
Belo Horizonte	3	20	0	0	3	10
Petrópolis	0	0	2	13,5	2	6,5
Porto Alegre	1	6,5	0	0	1	3,5
Rio de Janeiro	2	13,5	0	0	2	6,5
São Paulo	9	60	13	86,5	22	73,5
Total	15	100	15	100	30	100

É possível identificar na amostra, quanto ao local de publicação, cidades que são consideradas importantes de produção literária para crianças, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, porém esses locais não representam de forma uniforme editoras laicas e católicas.

Se os livros que compõem a amostra se concentram principalmente em editoras de São Paulo (73,5%), ao analisar a distribuição da publicação dos livros pelo caráter da editora, observa-se que aqueles produzidos por editoras laicas concentram-se principalmente no eixo

São Paulo - Belo Horizonte (São Paulo, 60%; Belo Horizonte, 20%), apesar de contemplar também editoras do Rio de Janeiro (13,5%) e de Porto Alegre (6,5%), enquanto as editoras católicas que participam da amostra se situam quase que exclusivamente em São Paulo (86,5%), considerando que a editora católica *Vozes* de Petrópolis não publica mais literatura infantil. Assim, nota-se que as editoras católicas consideradas mais expressivas na produção para crianças situam-se em São Paulo, e a participação mais plural quanto ao local de produção corresponde aos livros de editoras laicas.

A caracterização da amostra acentua as similaridades com relação à produção dos livros de editoras laicas e católicas que compõem a amostra, pois ambos os blocos de textos foram produzidos principalmente no último período, principalmente no sudeste do país, apresentando diferenças significativas apenas quanto aos prêmios e reconhecimento dos autores. Portanto, metodologicamente, não são as características de produção que interferem nas diferenças que podem ser observadas nas narrativas produzidas por editoras católicas e laicas.

3.2.2 Comparação entre a produção das editoras católicas

As editoras católicas que participam com livros na amostra são: *Ave-Maria* (dois livros), *Vozes* (dois livros), *Loyola* (um livro), *Edições Paulinas* (dois livros), *Paulus Editora* (três livros) e *Paulinas Editora* (quatro livros).

Conforme se observa no quadro abaixo, nos 15 primeiros anos contemplados na amostra (1975 a 1994), não se encontra nenhum livro da *Editora Ave-Maria*; e nos dez últimos anos (1955 a 2000), não se encontra nenhum das *Editoras Vozes* e *Loyola*, além de se observar a substituição de títulos das *Edições Paulinas* por títulos da *Paulus Editora* e da *Paulinas Editora*, o que confirma as informações fornecidas pelas editoras que responderam o questionário.

Quadro 6: Títulos de livros, editoras católicas e ano de sorteio

Títulos	Editores	Ano de sorteio
Pingo de Luz	Voices	1979
Miguel e Serafina	Loyola	1987
A abelhinha e a tartaruga	Paulinas	1988
Colecionador de estrelas	Edições Paulinas	1990
Velhinho entalado na chaminé	FTD	1990
A volta do pássaro encantado	Paulus	1990
O menino que virou bicho do mato	Voices	1991
O atraso	Edições Paulinas	1993
Vovó italiana	Paulinas	1996
E não é que era amor	Paulinas	1998
Encanto em Tiemim	Paulus	1998
No tempo do branco e preto	Paulus	1998
Pequeno rei	Ave-Maria	1999
Historinhas de Natal	Ave-Maria	2000
Homem que botou um ovo	Paulinas	2000

As histórias à tese, publicadas apenas pelas editoras católicas, foram comuns até o início dos anos 90, porém esse subgênero deixou de ser contemplado nos últimos sete anos da amostra. Observa-se, também, que essa alteração fica evidente no tipo de publicação para crianças da *Paulinas Editora* e da *Paulus Editora* após a separação da Edições Paulinas, com evidente abandono de textos moralistas.

No entanto, a alusão explícita à concepção religiosa, que somente foi observada em *Pingo de Luz*, um dos títulos dos cinco primeiros anos da amostra (1976 a 1780), foi atualizada em *Historinhas de Natal* e em *Pequeno Rei*, sorteados nos últimos cinco anos da amostra. Ambos os livros são da editora *Ave-Maria*.

Em *Pingo de Luz*, um espírito vem à Terra assim que está preparado para continuar seu aprendizado espiritual. Aqui deve se desenvolver para se tornar uma luz forte, como seus irmãos que vinham à Terra e, após um tempo, voltavam para junto do Pai. Na terra, Pingo de Luz, já adulto, casado e com filhos, adoece. À medida que se torna adulto, ele esquece qual era a função de sua vinda para a Terra; por isso, sem compreender os mistérios da vida e da

morte, ele se revolta, até se lembrar de Deus, morrer em paz e voltar para junto do Pai. A trama é uma representação da crença na existência de Deus, da alma e da vida antes e após a morte. A Terra é apresentada como uma escola, lugar de passagem para o aprendizado dos pingos de luz, que estão ligados pelos laços de fraternidade espiritual. Apesar de a concepção e os termos utilizados serem muito próximos da religião espírita, os princípios cristãos são evidentes no texto. Esse é um texto que apresenta inúmeras reedições pela editora Vozes, que hoje não publica mais textos literários para crianças.

Historinhas de Natal, publicado pela editora *Ave-Maria*, contém quatro histórias articuladas pelo tema do Natal. A festa é apresentada como uma comemoração cristã, com direito a presépio e a presente entregue por Deus, além de crítica à artificialidade do pinheiro como árvore natalina num país tropical, com valorização da comemoração do nascimento de Jesus, da obediência, do esforço para colaborar com os pais, da bondade e do espírito fraterno.

E ali ficava Geraldo até mais ou menos duas da tarde. Primeiro falava sobre o nascimento de Jesus, depois entregava pessoalmente os pacotes.

(...)

— Olhe moço, nosso Papai Noel já chegou de manhã... É o Geraldo, aquele que mora ali na esquina. Ele é nosso amigo e amigo de Jesus. (Trechos da história *O papai Noel* do livro *Historinhas de Natal*).

Em *O pequeno rei*, o filhote de leão, apesar de ainda pequeno, sabe da responsabilidade que tem para com seus súditos. Após sua captura e a de vários amigos, também filhotes, o leãozinho sente-se na responsabilidade de salvar todos, e decide que a coruja deve descobrir um jeito de escaparem. Sob sua liderança, os bichos constroem um balão que permite a todos a fuga da prisão representada pelo zôo. Com pequenas aproximações com a teoria cristã da expiação, o leão sente-se responsável pelos súditos e por suas vidas e, mesmo após salvar os amigos, entristece-se pelos animais que ficaram presos no

zôo. Esse é o único texto em que um personagem reza: o filhote de leão rezava sempre antes de dormir.

Porém há uma diferença considerável entre o texto *Pingo de Luz* e os textos de *Historinhas de Natal*. O personagem Pingo de Luz, quando criança, questiona os adultos quanto ao fato de não falarem a verdade sobre a morte de seu irmão e também por não conseguirem explicar o que é a morte, além de questionar a própria vida e o sofrimento, quando adulto. Nota-se conflitos interiores e existenciais diante da vida e da morte. Em *Historinhas de Natal*, os personagens não questionam o universo adulto nem a própria existência, apenas agem para corresponder às solicitações adultas, ou ao que acreditam que os adultos deles esperam, sofrendo apenas quando não conseguem atender a essas solicitações.

Se os textos à tese deixam de ser impressos, as lições morais incorporam-se ao comportamento dos personagens crianças dos textos da *Editora Ave-Maria*, nos quais não há lugar para críticas à estrutura social, nem para a expressão psicológica de dores, raivas, angústia diante dos sofrimentos que a vida impõe às crianças em *Historinhas de Natal*. Os personagens crianças, ao contrário, são apresentados como modelos positivos de bondade, obediência aos pais, fé em Deus. Reedita-se, assim, os textos moralistas similares àqueles dos primórdios da produção de literatura infantil para crianças.

Pode-se, portanto, afirmar que tendências distintas são implementadas pelas editoras católicas que participam da amostra. Enquanto a produção da *Paulinas Editora* e da *Paulus Editora*, dos últimos anos, representa a tendência a uma literatura para crianças de acordo com os debates atuais, propondo-se a romper com a visão utilitária na produção para crianças, a *Editora Ave-Maria* parece não incorporar o debate, fazendo do utilitarismo seu mote principal.

3.2.3 Análise de subgêneros literários e a dimensão mágica

Um dos elementos fundamentais para a compreensão da concepção de infância implícita nos textos para criança é a estrutura da narrativa, que se encontra formalizada nos subgêneros textuais. Para classificar as histórias quanto ao subgênero levei em conta o aspecto mais significativo na constituição da trama para esse trabalho, o que significa que uma história pode ter sido classificada em uma das categorias apesar de também conter elementos de outra. Esse aspecto transparecerá durante a análise, quando forem citados textos classificados em uma determinada categoria que, no entanto, se prestam também para a discussão de elementos próprios a outra.

Após a descrição analítica, para aprofundar a análise, destacarei as principais diferenças e explorarei algumas semelhanças entre os textos das editoras laicas e das católicas quanto aos subgêneros. Iniciarei com as tramas à tese, presentes apenas nas publicações das editoras católicas, pois essa estrutura implica uma concepção de criança a ser moldada por uma proposta educativa de inculcação de valores, que limita a multiplicidade de leituras na medida em que apresenta os valores de forma impositiva, sem pressupor a possibilidade de questionamento pelo leitor. A seguir, ressaltarei as histórias policiais e as histórias com propostas ou temáticas inovadoras, presentes apenas nos textos de editoras laicas. Concluirei o tópico com algumas aproximações e diferenças das histórias, de ambas as categorias de editoras, que se inserem no subgênero “aventura” ou que tratam de temas históricos, ou de situações do cotidiano e as que, independentemente da estrutura da narrativa, contemplam como subtema o amor.

Conforme se observa na tabela 16, a distribuição de subgênero literário pelo caráter da editora apresenta diferenças consideráveis. São as editoras laicas que contemplam uma diversidade maior de subgêneros que estimulam a criatividade e a imaginação infantis, como aventura (25%), viagem (8,3%) e textos policiais (8,3%), bem como textos que abordam

temas inovadores, como questões sociais (8,3%) e vida psíquica (12,5%). Entre esses subgêneros, as editoras católicas apresentam apenas livros de aventuras (16,6%). Portanto, é por meio da literatura de editoras laicas que a diversidade quanto aos subgêneros narrativos aparece representada na amostra.

Tabela 16: Distribuição da frequência de subgênero literário por caráter da editora (unidade história)

Subgênero literário	Caráter da editora					
	Laica		Católica		Total	
	N	%	N	%	N	%
Aventura	6	25,0	3	16,6	9	21,4
Viagem, passeio real ou sonhado	2	8,3	0	0	3	7,2
Policial	2	8,3	0	0	2	4,7
Questões sociais/políticas	2	8,3	0	0	2	4,7
Vida psíquica (histórias intimistas)	3	12,5	0	0	3	7,2
Vida cotidiana, ciclo de vida, hábitos	6	25	7	38,9	13	31
Tema histórico não biográfico	1	4,2	1	5,6	1	2,4
Lição de vida	0	0	2	11,1	2	4,7
Moral	0	0	5	27,8	5	12
Folclore e contos etiológicos	2	8,4	0	0	2	4,7
Total	24	100	18	100	42	100

Um subgênero explorado apenas por editoras laicas é folclore e contos etiológicos, representando 8,4% das unidades de análise. Histórias que versam sobre a vida cotidiana apresentam números absolutos similares nas narrativas das editoras laicas (seis unidades, que correspondem a 8,4%) e das editoras católicas (sete unidades, que correspondem a 27,8%).

Como consta na tabela 16, apenas as editoras laicas participaram da amostra com livros policiais. Em *O caso da ilha* (Ed. Atual), um famoso joalheiro francês é seqüestrado por uma quadrilha internacional de contrabandistas de diamantes e mantido em cárcere numa ilha brasileira para lapidar diamantes que serão vendidos no mercado internacional. Em *Prova de Fogo* (Ed. Ática), uma criança é seqüestrada, com o envolvimento de policiais corruptos. Outra trama policial é *Unhas de Ferro* (Ed. Lê), em que se desmascara e se prende um grupo que fingia utilizar poderes paranormais. Os conflitos nessas tramas são provocados por interesses adultos ligados à possibilidade de ganhos financeiros. Em *O caso da ilha*, um jovem corajoso e destemido auxilia o delegado na resolução do crime, enquanto nas outras

duas histórias, jovens são protagonistas. Nas três histórias, os jovens protagonistas ou o colaborador principal do protagonista são do sexo masculino.

Enquanto nas unidades de análise das editoras laicas não foi encontrada nenhuma história com estrutura moral, as histórias de editoras católicas apresentam um índice significativo de textos morais (27,8%) e de lição de vida (11,1%). As últimas diferem dos textos morais por não serem textos à tese, apesar de apresentarem explicações sobre a existência humana pautadas em sistemas de explicação religiosos. Diante da importância desse subgênero que explicitamente tem sua estrutura organizada de forma utilitária, apresentarei a seguir uma reflexão sobre cada um dos livros assim classificados.

O livro *Miguel e Serafina* (Edições Loyola), por exemplo, propõe-se a discutir a temática de gênero, porém sua abordagem se dá por meio de uma trama à tese, na qual o direito de o menino brincar de boneca é apresentado de forma demonstrativa. Nenhum conflito é vivenciado por Miguel por ele ter como brinquedo predileto uma boneca. O conflito é expresso na voz dos outros brinquedos, que tentam convencer Serafina, a boneca, de que ela não deve brincar com menino. Apenas a boneca enfrenta os questionamentos e faz isso com maturidade, sempre segura de si e dona de uma argumentação invejável, sem viver nenhum conflito emocional. Portanto, é a voz feminina que propõe um novo comportamento masculino. Não existe, realmente, conflito para o personagem masculino enfrentar, pois a trama gira em torno de uma argumentação da boneca que visa desmontar os argumentos dos outros brinquedos ou convencê-los, em prol da possibilidade de os brinquedos romperem com os padrões estabelecidos pelo fato de serem produzidos para meninos e meninas. Se a questão de gênero é uma questão da esfera política e social, é aqui abordada na perspectiva individual, como história de vida, cujos conflitos masculinos seriam projetados para a boneca, como representante do gênero feminino.

Em *O menino que virou bicho do mato* (Ed. Vozes), a trama é narrada pelo personagem criança que se vê às voltas com a decisão dos pais de mudarem-se da cidade grande para um sítio. Apesar da dificuldade vivenciada logo que se muda, o menino aprende a entender a natureza e estabelece uma relação simbiótica com ela. O texto apresenta um personagem infantil que fala e discute a relação com a natureza na perspectiva adulta, em discurso que defende a tese de que é possível entender a natureza, ao se dispor a ouvi-la.

Outro texto que acaba adotando a estrutura à tese, sem no entanto parecer que essa é a pretensão inicial, é *O atraso* (Edições Paulinas). Ao narrar o atraso do amanhecer, uma fada recebe a incumbência de verificar o que acontecera e vê-se obrigada a acordar o Sol, que perdera a hora e que precisa acordar o Hoje para, juntos, iniciarem um novo dia. A fábula é concluída com a assertiva “Nunca é tarde para o Sol brilhar... Sempre há tempo para o Dia começar...”: de forma simbólica faz-se uma alusão à concepção moral de que é possível corrigir os erros e reiniciar, para manter o ciclo estabelecido naturalmente.

Em outra fábula, *A abelhinha e a tartaruga* (Paulinas Editora), a estrutura à tese repete-se. Uma abelha órfã tem como referência a amiga tartaruga; sem perceber que tem asas, acompanha a amiga em tudo. Isso começa a provocar desconforto na tartaruga, que passa a temer pela vida da abelha, que, por sua vez, não vivencia nenhum conflito existencial nem reconhece suas diferenças com relação à tartaruga. O problema é percebido pelos outros personagens. A sugestão de que ela é diferente e que precisa aprender a usar as próprias asas vem de um sapo que a auxilia no processo de descobri-las. O discurso educador arremata o texto, indicando que cada um deve procurar o próprio caminho e descobrir os próprios talentos e capacidades.

Em *Colecionador de estrelas* (Edições Paulinas), a estrutura moral é referendada com a submissão do personagem principal a um castigo físico similar ao comportamento que se

pretende eliminar, para que desenvolva uma nova atitude e um comportamento amoroso de acordo com os princípios defendidos.

Foram classificados na categoria “lição de vida” dois livros de editoras católicas, que são: *Pingo de Luz* (Ed. Vozes) e *A volta do pássaro encantado* (Paulus Editora). Apesar de não serem escritos no formato à tese, ambos sustentam, de forma explícita, uma explicação sobre a existência humana. No primeiro texto, o ciclo de vida de um espírito — antes do nascimento, a vida, a morte e a pós-morte — é apresentado como uma explicação para a morte física e a permanência do espírito. No segundo texto, a concepção de amor e liberdade é explorada para explicar os caminhos e descaminhos da alma humana. Apesar de a estrutura não ser à tese, o objetivo implícito nas histórias é educar, o que também fica evidente pelos prefácios que antecedem as próprias narrativas.

Dizem que “é de pequenino que se torce o pepino”. E é justamente as crianças, aquelas que mais sofrem com as mentiras e receios dos adultos, em relação à morte.

Falar de morte para as crianças é hoje muito mais difícil do que falar sobre o sexo.

(...)

Gisleine, minha esposa (...) descobriu esta maneira. (Evaldo A. D’Assumpção em prefácio da 1ª. Ed. de *Pingo de Luz*).

Pela sua forma e conteúdo, o livro *Pingo de Luz*, mesmo sem se posicionar dentro desta ou daquela crença religiosas, abre caminho para todas elas, cabendo ao leitor refletir nos fatos narrados, à luz de sua fé. (Prefácio à 2ª. Ed. assinado pela autora)

Propostas inovadoras, quanto ao tema ou quanto à estrutura narrativa, apenas foram observadas em textos de editoras laicas, com exceção do livro *Miguel e Serafina* (Ed. Loyola) e *No tempo do branco e preto* (Paulus Editora), que são de editora confessional. Os textos *Miguel e Serafina*, que aborda a questão de gênero, e *No tempo do branco e preto*, que simbolicamente pode ser lido na perspectiva racial, podem ser relacionados à tendência de

certas editoras católicas de propiciar discussões sobre temas inovadores, apesar da estrutura à tese de primeiro texto e da tendência à harmonia presente na discussão do segundo texto.

— Boneca não pode brincar com menino, insistiu Lalau.

— Boneca não pode? Se eu fosse menina podia? Mas que coisa ultrapassada! — caçooou Serafina. (Trecho de *Miguel e Serafina*)

Os ministros da rainha se vestiam de um branco impecável. A rainha Branca, com seu lindo vestido branco, desfilava orgulhosa pelo seu reino.

A rainha dizia que o branco era pureza, paz, perfeição, e se convencida disso.

No reino vizinho, que fazia fronteira nas colunas distantes, o rei Negro, orgulhoso da sua raça, dizia que o negro era seriedade, segurança, força e austeridade.

No seu reino tudo era negro. (Trecho de *No tempo do branco e preto*).

Nos livros de editoras laica, os temas inovadores aparecem em histórias em que a vida psíquica do personagem é o que move a trama, como em *Um homem no sótão* (Ed. Melhoramentos) e *Renata e Muriel* (Ed. Atual). No primeiro texto, por meio da análise do psiquismo do protagonista, que é um autor de histórias infantis, questiona-se o conteúdo e a forma de produção da literatura para crianças. Além de abordar a dimensão psíquica do personagem para construir da trama, o autor utiliza-se de metalinguagem.

Na história *Renata e Muriel* (Ed. Atual), são as dificuldades próprias da adolescência em seus conflitos emocionais e o polêmico tema da tentativa de suicídio de uma adolescente que movem a trama.

Outros temas inovadores são abordados nos contos de *Entre a espada e as rosas* (Ed. Salamandra), que utiliza a estrutura de contos fantásticos para discutir questões de gênero, desejo de poder, prepotência, cobiça e auto-conhecimento. Textos em que a subjetividade dos personagens e seus conflitos diante dos valores sociais vigentes levam ao questionamento dos valores que impedem a felicidade humana. Algumas dessas histórias não apresentam final feliz, como é comum em histórias para crianças, portanto, às vezes, ocorre a superação dos

conflitos com uma resolução favorável aos protagonistas, como em *Uma voz entre os arbustos* ou *Entre a espada e a rosa*; outras vezes os conflitos levam à morte ou à elaboração de outro conflito, como em *Como um colar* ou *No rumo das estrelas*.

Tanto a produção laica como a católica contemplam narrativas histórica: *Tantas histórias tem o tempo* (Ed. do Brasil) e *Vovó Italiana* (Paulinas Editora). Na primeira, é a história do Brasil que está em foco. Por meio de uma viagem fantástica no tempo, propiciada pelo contato com uma nave espacial, o jovem protagonista regride no tempo até o período em que suas terras eram povoadas por indígenas. Em *Vovó Italiana*, o narrador é o neto ainda criança, que, ao vivenciar a saudade da avó italiana que morrera, conta sua história de imigração.

Na categoria “vida cotidiana, ciclo de vida, hábitos” foram classificadas histórias de editoras laicas e católicas. Algumas histórias de editoras laicas tratam de questões relacionadas ao cotidiano das crianças, como *A decisão do campeonato* (Ed. Rocco), *Apostado* (Ed. Atual) e *Dia Inteiro* (Ed. Dimensão). No primeiro texto, um grupo de garotos disputa a final de um campeonato de futebol. O segundo texto é construído com base em uma série de episódio, que envolvem os diversos personagens que possuem o hábito de fazerem apostas. O terceiro relata o dia de dois meninos que, unidos pela amizade, sempre arrumam o que fazer juntos. Algumas das histórias de editoras laicas classificadas nessa categoria são as mesmas que foram discutidas anteriormente, pois compõem os contos *Entre a espada e a rosa* (Ed. Salamandra)

Cinco das histórias de editoras católicas, que se estruturam com base em situações cotidianas ou em hábitos e costumes, têm como tema aglutinador o Natal, como se pode observar em *Velhinho entalado na chaminé* (Ed. FTD) e nas quatro histórias que compõem o livro *Historinhas de Natal* (Ed. Ave-Maria). A abordagem dos autores difere substancialmente quanto ao tema tratado. No primeiro texto, o conflito refere-se às

dificuldades observadas pela criança para a entrada do Papai Noel em sua casa, já que esta não possui chaminé.

As narrativas de *Historinhas de Natal* abordam o Natal em perspectiva cristã, como comemoração do nascimento de Jesus, com valorização do empenho e da obediência dos personagens infantis para ajudar suas famílias, pelos quais são recompensados, ou na valorização da bondade que leva adultos a agirem de forma solidária e bondosa com as crianças pobres.

Outro texto de editora católica, classificado como “história sobre o cotidiano”, que, no entanto, não envolve diretamente crianças, é *O homem que botou um ovo* (Paulinas Editora), que conta a história de uma mulher que adorava uma “boa fofoca”, apesar das diversas críticas feitas pelo marido. Sem conseguir a mudança da mulher, o marido decide pregar-lhe uma peça e finge ter botado um ovo, pedindo-lhe que não contasse o ocorrido a ninguém. Sem resistir, a mulher conta para a vizinha, e a notícia espalha-se, chegando aos meios televisivos, fato que obriga a mulher a desmentir o ocorrido, após saber a verdade. A história é contada com bom humor, sem utilizar da estrutura à tese, apesar da abordagem moral implícita no texto. Publicada pela Paulinas Editora, é um dos títulos premiados da amostra.

Vale ressaltar que o amor é tema de diversas histórias, mas que sua abordagem se expressa de forma diversa em histórias de editoras laicas e católicas. Nos textos das editoras laicas, o amor é tratado com base em conflitos de gênero (*Entre a espada e a rosa* – Ed. Salamandra) ou em dificuldades emocionais para os adolescentes (*Renata e Muriel* - Ed. Atual - e *Prova de Fogo* – Ed. Ática). Nos textos das editoras católicas o amor tem poder de resgatar de feitiços e encantamentos, como *Na volta do pássaro encantado* (Paulus Editora) e *Encanto em Tiemim* (Paulus Editora). Também é apresentado em sua dimensão fraterna nas histórias natalinas, ou de forma romântica, em *E não é que era amor* (Paulinas Editora), cujos personagens se apaixonam na adolescência, separam-se por um motivo fútil e mudam-se,

perdendo o contato. Porém o amor se mantém ao longo de suas vidas, até se reencontrarem em plena maturidade.

Se o uso de subgêneros literários apresenta diferenças marcantes entre os ambos os grupos de textos de editoras laicas e católicas, algo que desperta a atenção e que não fora previsto para a análise é o apelo ao universo fantástico e mágico que foi identificado, com índices similares, em ambos os grupos de textos⁴.

Por exemplo, nos textos das editoras laicas, podem ser observados elementos fantásticos, como em *O homem no sótão* (Ed. Melhoramentos), *Tantas histórias tem o tempo* (Ed. do Brasil), *Anjo na rua* (Ed. Mercado Aberto), *Álbum do Nino* (TV Cultura e Companhia das Letrinhas) e diversos contos de *Entre a Espada e a Rosa* (Ed. Salamandra). Nos textos de editoras católicas, por exemplo, o uso de elementos fantásticos pode ser observado em *A volta do pássaro encantado* (Paulus Ed.), *Encanto em Tiemim* (Paulus Ed.) e *Colecionador de estrelas* (Edições Paulinas), *Historinhas de Natal*.

Tabela 17 – Distribuição de frequência do universo por caráter da editora

Universo	Caráter da editora					
	Laica		Católica		Total	
	N	%	N	%	N	%
Realista	12	50	8	44,5	20	47,5
Onírico	1	4	0	0	1	2,4
Fantástico, mágico ou imaginário	11	46	6	33,5	17	40,5
Ficção científica	0	0	0	0	0	0
Miraculoso, religioso	0	0	2	11	2	4,8
Misto	0	0	2	11	2	4,8
Outros	0	0	0	0	0	0
Indeterminado	0	0	0	0	0	0
Total	24	100	18	100	42	100

A similaridade no uso do fantástico e mágico mereceriam um estudo a parte, trazendo em si a possibilidade de sistematização e problematização de uma tese. Por certo, uma das funções de um estudo exploratório é levantar questões para futuros estudos. Esta sem dúvida é

⁴ A categoria *UNIVERSO* foi inserido na pesquisa após a realização da análise, em decorrência dos resultados, o que exigiu também uma nova revisão bibliográfica contemplada no capítulo anterior quanto às novas religiosidades e a “literatura espiritual contemporânea”.

uma questão que merece investigação detida, com a ampliação do número de livros que compõem a amostra e o refinamento de categorias que permitam entender como se configura essa dimensão na literatura infantil, que símbolos mágicos e fantásticos são utilizados, em quais discursos se apóiam (se laicos ou religiosos e míticos).

Se, na literatura mundial para adultos, desperta a atenção a retoma da dimensão fantástica e mágica, na literatura para crianças, observa-se a permanência dessa dimensão, com seus seres fantásticos e mágicos, como Deus, anjos, magos, indivíduos com poderes sobrenaturais, seres de outros planetas, ou com realização de feitiços, encantamentos, transformações mágicas, milagres. Se a presença de milagres pode provocar alguma estranheza, como acontece na história *O peru de Natal* (Ed. Ave-Maria), o mesmo não acontece com os rituais de iniciação na magia, encantamentos e feitiços que parecem ter encontrado na literatura infantil o local por excelência para se manifestar.

3.2.4 Protagonistas e narradores

Este tópico está reservado para uma reflexão sobre os protagonistas e narradores das histórias que compõem a amostra, tendo em vista que tanto o foco narrativo adotado como a caracterização dos protagonistas traduzem a visão de mundo e de relações sociais dos produtores.

Protagonistas

A maioria das tramas é protagonizada por indivíduos (73,8%), com diferença entre histórias publicadas pelas editoras laicas e pelas católicas. Quanto ao protagonismo de grupo, as histórias de editoras laicas respondem por 33,4%, enquanto as histórias de editoras católicas, por 16,7%. Portanto, as editoras laicas têm o dobro de histórias com essa característica. As histórias protagonizadas em grupo implicam negociação e partilha entre

personagens e, de certa forma, rompem a noção de heroísmo que pode ser encontrada em tramas com protagonistas individuais.

Manifesta-se nos textos das editoras laicas a representação do processo de socialização vivenciada em grupos de pares.

Tabela 18: Distribuição de frequência de tipo de protagonismo por caráter de editora

Tipo de protagonismo	Caráter da editora					
	Laica		Católica		Total	
	N	%	N	%	N	%
Protagonismo individual	16	66,6	15	83,3	31	73,8
Protagonismo em grupo	8	33,4	3	16,7	11	26,2
Total	24	100	18	100	42	100

A maioria dos protagonistas é do sexo masculino (47,6%), com pequena diferença entre editoras laicas e católicas. O índice de protagonistas femininas é maior nos textos publicados pelas editoras católicas (27,8%), que também apresenta um índice maior quanto ao grupo ou par misto (16,7%). Porém as laicas apresentam índices superiores em grupos ou pares de um único sexo (feminino corresponde a 4,2%, enquanto masculino corresponde a 16,7%).

Tabela 19: Distribuição de frequências de sexo do protagonista por caráter da editora

Sexo do protagonista	Caráter da editora					
	Laica		Católica		Total	
	N	%	N	%	N	%
Masculino	11	45,8	9	50	20	47,6
Feminino	4	16,7	5	27,8	9	21,5
Grupo ou par masculino	4	16,7	0	0	4	9,5
Grupo ou par feminino	1	4,2	0	0	1	2,4
Grupo ou par misto	3	12,5	3	16,7	6	14,3
Indeterminado	1	4,2	1	5,5	2	4,7
Total	24	100	18	100	42	100

Para poder perceber mais precisamente a idade dos protagonistas, as categorias de idade foram reagrupadas, independentemente de a trama ser protagonizada em grupo ou individualmente. Podem ser observados índices similares quanto à idade do protagonista tanto

para as histórias das editoras laicas como das confessionais, e aproximadamente metade das histórias é protagonizada por personagens crianças ou adolescentes.

Tabela 20: Distribuição de frequências de idade do protagonista por caráter da editora

Idade do protagonista	Caráter da editora					
	Laica		Católica		Total	
	N	%	N	%	N	%
Criança/adolescente (grupo ou indivíduo)	12	50	10	55,6	22	52,4
Adulto/idoso (grupo ou indivíduo)	6	25	5	27,8	11	26,2
Idade que se altera: criança/adolescente para adulto/idoso	2	8,3	2	11	4	9,5
Outras	2	8,3	0	0	2	4,8
Indeterminado	2	8,3	1	5,6	3	7,1
Total	24	100	18	100	42	100

Porém, ao manter a divisão das categorias quanto à classificação de idade, observa-se que nas histórias de editoras católicas predominam os protagonistas individuais crianças (50%), e apenas em 4,6% das publicações os protagonistas são grupos de crianças; em contraposição, as histórias das editoras laicas são protagonizadas 8,3% das vezes por crianças, 12,5% por adolescentes, 25% por grupos compostos por crianças ou adolescentes, e 4,2% por criança que se transforma em adolescente. Portanto, evidencia-se que os textos das laicas são mais diversificados quanto aos protagonistas e dirigem-se para um público também diversificado quanto à idade.

Tabela 21: Distribuição de frequências de idade do protagonista por caráter da editora

Idade do protagonista	Caráter da editora					
	Laica		Católica		Total	
	N	%	N	%	N	%
Criança	2	8,3	9	50	11	26,2
Adolescente	3	12,5	0	0	3	7,1
Grupo ou par: criança/adolescente	6	25	1	5,6	7	16,7
Idade que se altera: criança para adolescência	1	4,2	0	0	1	2,4
Adulto	6	25	4	22,2	10	23,8
Grupo ou par: adulto/idoso	0	0	1	5,6	1	2,4
Idade que se altera: criança/adolescente para adulto/idoso	2	8,3	2	11	4	9,5
Outras	2	8,3	0	0	2	4,8
Indeterminado	2	8,3	1	5,6	3	7,1
Total	24	100	18	100	42	100

Vale ressaltar que o fato de as histórias serem protagonizadas por crianças não implica necessariamente que a abordagem privilegie sua perspectiva. O artifício pode ser utilizado apenas para criar a identificação com o possível leitor.

Tabela 22: Distribuição de frequências de cor do protagonista por caráter da editora

Cor/etnia do protagonista	Caráter da editora					
	Laica		Católica		Total	
	N	%	N	%	N	%
Branco explícito	0	0	0	0	0	0
Branco histórico	0	0	1	5,6	1	2,4
Branco provável	0	0	1	5,6	1	2,4
Amarelo histórico	1	4,2	0	0	1	2,4
Grupo amarelo	0	0	1	5,6	1	2,4
Grupo misto	1	4,2	1	5,6	2	4,7
Indeterminado	22	91,6	14	77,6	36	85,7
Total	24	100	18	100	42	100

Quanto à cor/etnia do protagonista, a quantificação não se faz pertinente, pois a explicitação da cor é praticamente nula no texto verbal, sempre que os protagonistas são brancos. Apesar de o objeto de análise ser o texto verbal, é importante considerar pelo menos a cor/etnia dos personagens no texto visual.

Ao analisar esse aspecto na ilustração, observa-se maior índice de personagens negros principalmente nos livros das editoras laicas, enquanto os livros das editoras católicas mantêm um baixo índice. Nos livros das editoras católicas, observam-se apenas dois adultos negros e dois chineses, uma criança negra e uma descendente de índios. Desperta a atenção o fato de a multidão nas ilustrações dos livros *O menino que virou bicho do mato* (Ed. Vozes) e *Pequeno rei* (Ed. Ave-Maria) ser apenas representada por personagens brancos.

Um livro que merece destaque é *No tempo do branco e preto* (Paulus Ed.), pois inúmeros personagens representam a população do reino do branco, porém o reino do preto encontra-se representado pelo rei negro, pela silhueta de um cocheiro e apenas pelos olhos dos moradores do reino do preto, pois a escuridão dificultava a definição das formas. Além disso, quando o reino se torna colorido, apenas um menino negro se encontra ilustrado na cena final,

em meio a quatro crianças brancas e um idoso branco que conta a história dos reinos para elas.

A história “O Papai Noel” do livro *Historinhas de Natal* (Ed. Ave-Maria) merece uma reflexão, pois o único personagem negro é um menino pobre e descalço, com uma bola ao lado do pé, numa típica ilustração estereotipada do personagem negro. Outras ilustrações reforçam a visão negativa de outros povos, como pode se observar em *Encanto em Tiemim* (Paulus Ed.), pois tanto Floremim como o Imperador, os personagens vítimas de um feitiço, apesar de chineses, apresentam traços de brancos; sua identidade étnica é determinada pelas roupas. Já o feiticeiro Tiringüi, que deseja tomar o trono do imperador, tem traços chineses.

Ao observar as ilustrações dos livros das editoras católicas evidencia-se a representação da humanidade como branca, além da presença de estereótipos na representação de personagens de outra etnia. Outro aspecto que reforça ainda mais essa representação branca da humanidade são as ilustrações de capas, pois todas representam apenas a população branca ou animais.

Nas editoras laicas, cinco livros apresentam nas capas personagens negros, e um deles, índios, além de um livro trazer na contracapa um personagem negro. Nas capas de alguns dos livros, a representação de personagens negros e brancos é equitativa, principalmente nos textos em que os personagens são crianças, como em *Apostado* (Ed. Atual) e em *Dia inteiro* (Ed. Dimensão), no qual, de forma metonímica, uma parte branca e uma perna negra representam os dois personagens principais. Vale salientar que esses dois livros também são protagonizados em grupo. Os únicos livros que trazem na capa apenas um personagem índio ou negro são, respectivamente, *Tantas histórias tem o tempo* (Ed. do Brasil) e *A decisão do campeonato* (Ed. Rocco). O padrão de ilustração dos miolos dos livros das editoras laicas é coerente com suas capas, isto é, observa-se a tendência a um aumento de ilustração de personagens negros nos livros cujas capas os representam.

Narradores

Quanto ao narrador, mostraram-se irrelevantes os dados quantitativos relativos ao sexo, à idade e à raça, pois 90,5% dos textos são narrados em terceira pessoa. No caso de o narrador ser criança, não significa necessariamente a adoção da perspectiva infantil, mas pode ser simplesmente uma estratégia de aproximação com o leitor, como se observa na análise dos textos a seguir.

Os dois textos produzidos por editoras católicas cujos narradores estão claramente identificados são *O menino que virou bicho do mato* (Ed. Vozes) e *Vovó Italiana* (Paulinas Editora). No primeiro, dirigido para leitores já alfabetizados, a perspectiva adotada pelo menino para contar o processo de mudança vivenciado por ele ao mudar-se para o campo é feita por meio de uma argumentação que lembra fala de criança que diz aquilo que o adulto quer ouvir. Bem articulado verbalmente e sem contradições, o menino descobre, praticamente sozinho, as maravilhas da vida no campo e afirma no final: “Temos que ouvir a natureza. A natureza manda recados, ela tem sua maneira de dizer as coisas, é só a gente prestar atenção e escutar” (p.36).

Em *Vovó italiana*, fato similar acontece quando o narrador conta a história da avó imigrante. Apesar de o texto também apresentar uma linguagem simples, com frases curtas, aspectos que poderiam ser indícios da fala infantil, a perspectiva adotada sugere um adulto contando a história para crianças, e não uma criança narrando. A narrativa é impessoal, o narrador não está envolvido, apenas apresenta a história, como se pode observar nos seguintes trechos:

“Vieram num antigo navio conhecido por vapor.”

“Foram semanas de viagem sobre o mar, sob o sol, a lua e as estrelas. O oceano era de um imenso azul, tão fundo que não dava pé. Viram ilhas, golfinhos, baleias e gaivotas.”

“Viajaram de trem, em lombo de burro e carroças. Conheceram os escravos, as fazendas de café e os engenhos de açúcar.”

Apesar das saudades que o neto diz sentir, no final do texto, não é essa questão que move a trama, que, na verdade, se constitui como uma apresentação da história da imigração italiana no Brasil para crianças em início de alfabetização, por meio da apresentação da vida da personagem avó.

Também se encontram histórias em que os narradores participam da trama em dois textos de editoras laicas. Observa-se a adoção da perspectiva infantil e adolescente tanto em *A decisão do campeonato* (Ed. Rocco), narrada por um dos meninos do time, como em *Renata e Muriel* (Ed. Atual), narrada por Renata, uma adolescente com dificuldades de relacionamento com seus pares, que supera suas dificuldades e contribui para que Muriel retome a própria vida após a tentativa de suicídio.

No primeiro caso, as frases são curtas e de estrutura simples, o que confere rapidez e leveza à narrativa, ao mesmo tempo em que parece simular o que seria a linguagem típica de crianças, com suas orações coordenadas, apresentando os conflitos comuns a uma partida de decisão de campeonato de crianças.

Em *Renata e Muriel*, é a perspectiva adolescente que transparece ao serem apresentados os dilemas considerados próprios da idade, como não ser aceita pelo grupo, não gostar do próprio corpo, as dificuldades emocionais diante do primeiro amor, a relação tensa com os pais, a inabilidade dos adultos em lidar com situações emocionais difíceis que dizem respeito a seus filhos, o silêncio imposto por adultos (sejam pais sejam seus representantes escolares) diante de assuntos tabus, como o suicídio.

Observa-se uma maior complexidade dos personagens nas histórias de editoras laicas, pois sofrem transformações ao longo das histórias, além do fato de que, em algumas histórias, é a dimensão psicológica do personagem que permite o desenvolvimento da trama; isso ocorre tanto em livros para adolescentes como em livros para crianças. Exemplos típicos são encontrados em *Renata e Muriel* (Ed. Atual), nos contos de *Entre a espada e a rosa* (Ed.

Salamandra), ambos para adolescentes, e em *Um homem no sótão* (Ed. Melhoramentos), que é um texto para crianças.

Apesar de a maioria dos personagens dos textos das editoras católicas ser simples, podem ser encontrados personagens mais complexos em alguns textos, como em *Velhinho entalado na chaminé* (Ed. FTD), *A volta do pássaro encantado* (Paulus Editora) e *O homem que botou um ovo* (Paulinas Editora). Nesses textos a dimensão emocional dos personagens e seus conflitos existenciais ou sociais são apresentados.

A diversidade de natureza dos personagens é mais expressiva nos textos de editoras laicas. Nesses textos, observa-se a presença de alguns animais (cão, papagaio, pombo), da Lua, de personagens criados por um autor que ganham vida, pinturas (mulher e garças), cachimbos, anjo, feiticeiros, sapatos e dos pingos, além dos seres humanos que são maioria nos livros para adolescentes. Nas histórias católicas, observa-se a presença de muitos animais (leão, tartarugas, sapos, abelhas, pássaro encantado), elementos da natureza (estrelas, Sol), pingos de luz (como representação do espírito), Deus, Papai Noel e de seres humanos. Muitos dos personagens representam um papel educativo, como as estrelas que aplicam a lei de Talião para que o menino aprenda a não aprisionar aquilo que ama, o pingo de luz que vem à Terra para aprender, a abelhinha que precisa descobrir que é abelha, e não tartaruga, ou Deus que é citado como pai ou que agracia as crianças que cumprem seus deveres, obedecem e auxiliam os pais.

3.2.5 Análise de conflitos

Se os conflitos permitem o desenrolar da trama, ocorrem outros conflitos que permeiam a trama. Ambos merecem um olhar detido neste trabalho, pois tanto sua presença como sua ausência nas narrativas permitem perceber as concepções de “ser” e de “sociedade” implícitas nos textos, bem como o tipo de relacionamento que se manifesta entre adultos e

crianças. Por isso, a seguir farei uma reflexão sobre os conflitos, sua resolução e a relação com os personagens.

Em algumas tramas, os conflitos referem-se a interesses ou concepções divergentes entre adultos e crianças ou adolescentes, como elemento fundamental na trama ou como elemento secundário. Esses conflitos podem ser observados em diversas histórias das editoras laicas. Como elemento que estrutura a trama, esses conflitos podem ser observados em *Entre a espada e a rosa* (Ed. Salamandra), *Como um colar* (Ed. Salamandra), *Uma voz entre os arbustos* (Ed. Salamandra), *Unhas de ferro* (ed. Lê) e *Renata e Muriel* (Ed. Atual). Como elemento secundário pode ser observado em *Tantas histórias tem o tempo* (Ed. do Brasil), *Anjo na rua* (ed. Mercado Aberto), *Prova de Fogo* (Ed. Ática) e *Dia inteiro* (Ed. Dimensão).

Nos livros das editoras católicas, é possível identificar o conflito entre adultos e crianças em *Velhinho entalado na chaminé* (Ed. FTD), *Pingo de Luz* (Ed. Vozes) e *O menino que virou bicho do mato* (Ed. Vozes). Além de explícito em apenas três textos de editoras católicas, aparece de forma secundária, não sendo elemento que instaura a trama.

Entre os textos das editoras laicas, conflitos entre crianças podem ser encontrados em *A decisão do campeonato* (Ed. Rocco), *Apostado* (Ed. Atual), *Prova de fogo* (Ed. Ática) e *Renata e Muriel* (Ed. Atual). Nos textos das editoras católicas, só é possível identificar esse tipo de conflito de forma simbólica, por meio da polêmica entre os brinquedos em *Miguel e Serafina* (Ed. Loyola).

Conflitos psíquicos que representam a dimensão interior dos personagens, tanto diante do próprio crescimento quanto diante dos valores adultos que permeiam a sociedade, podem ser observados em *Renata e Muriel* (Ed. Atual), *Entre a espada e a rosa* (Ed. Salamandra), *A dama do leque* (Ed. Salamandra), *No rumo da estrela* (Ed. Salamandra), *O homem atento* (Ed. Salamandra) e *Um homem no sótão* (Ed. Melhoramentos).

Dois desses textos merecem destaque, ou por abordar o tema tabu da tentativa de suicídio de uma adolescente (*Renata e Muriel*) ou pelo questionamento da própria estrutura da narrativa para crianças (*Um homem no sótão*).

Em *Renata e Muriel*, as dificuldades de aceitação no grupo de adolescentes, os primeiros envolvimento amorosos, o modo de lidar com adultos que não compreendem nem dialogam sobre os conflitos próprios da adolescência são questões tratadas nesse texto, porém a tentativa de suicídio de uma adolescente polariza os diversos conflitos entre adultos e adolescentes. Diversos conflitos entre adultos e adolescentes evidenciam-se nessa trama. Diante da tentativa de suicídio de Muriel, os pais e os professores, ao tentar protegê-la, apenas a fazem silenciar sobre o ocorrido e dificultam seu retorno ao convívio com os colegas de escola. Tanto os pais de Muriel como os professores e a mãe de Renata transformam a tentativa de suicídio em tabu, sobre o qual ninguém deve falar, obrigando os amigos a se manterem afastados de Muriel. Porém, Renata enfrenta e rompe com as determinações adultas para ajudar a amiga a retomar sua vida normal.

Em *Um homem no sótão*, o protagonista é um autor de histórias infantis, solitário e isolado do mundo, que vive apenas para escrever suas histórias e entra em crise quando seus personagens ganham vida e passam a discutir com ele o papel que desempenham nas tramas que ele inventa. Questionando suas próprias narrativas, já não sabe mais o que escrever para crianças, até que retoma o vínculo com a realidade e decide que a vida concreta é um bom tema para suas próximas narrativas. De forma metalingüística, o narrador apresenta-nos uma nova concepção de literatura infantil, por meio do questionamento dos temas e personagens tradicionalmente pensados para crianças. Manifesta-se, assim, também uma nova concepção de criança leitora, com direito a ler narrativas que fujam do tradicional e contemplem temas contemporâneos e cotidianos.

Os conflitos psicológicos foram observados na dimensão de conflitos existenciais em dois textos de editoras católicas: *A volta do pássaro encantado* (Paulus Editora) e *Pingo de Luz* (Ed. Vozes).

Conflitos comumente relacionados ao universo adulto, como questões políticas ou econômicas, foram identificados em textos de editoras laicas e religiosas. Em textos de editoras laicas: *O reino por um cavalo* (Ed. Salamandra), *Cinco ciprestes e um cavalo* (Ed. Salamandra), *No castelo que se vai* (Ed. Salamandra) e *Três cachimbos* (Ed. Global). E em textos de editoras católicas, como *No tempo do branco e preto* (Paulus Editora), *Encanto em Tiemim* (Paulus Editora) e *Historinhas de Natal* (Ave-Maria).

Nas tramas publicadas pelas editoras laicas, as personagens infantis ou jovens desempenham um papel ativo na resolução dos conflitos, seja em relação aos conflitos dentro do próprio grupo de crianças ou jovens (*A decisão do Campeonato*, *Renata e Muriel*, *Apostado*), seja na negociação entre adultos e crianças (*Dia Inteiro*, *Anjo na Rua*, *Prova de fogo*, *Unhas de ferro*), seja solucionando crimes e auxiliando na prisão dos criminosos (*Prova de fogo*, *Unhas de ferro*, *O caso da ilha*).

Os conflitos no caso dos textos de editoras católicas são resolvidos por meio da descoberta ou elaboração pessoal dos personagens, adultos ou crianças (*A volta do pássaro encantado*, *O menino que virou bicho do mato*, *A árvore de Natal*), por meio do auxílio ou da bondade dos adultos (*A abelhinha e a tartaruga*, *A ceia dos anjos*, *O Papai Noel*), por meio da ação divina que agracia os personagens por sua boa ação (*O peru de Natal*) ou por meio do castigo a que é submetido o personagem (*Colecionador de estrelas*).

Apenas em cinco histórias de editoras católicas o conflito inicial é resolvido pela ação dos personagens (*Pequeno rei*, *Velhinho entalado na chaminé*, *E não é que era amor*, *No tempo do branco e preto* e *O homem que botou um ovo*).

Os textos para crianças menores, isto é, para crianças em início do processo de alfabetização, tendem a contemplar uma representação de sociedade harmoniosa ou que tende à harmonia. Tem-se a impressão de que a concepção de criança sujeito, com direitos políticos, portanto com direitos à participação nos debates em torno de questões que direta ou indiretamente dizem respeito às suas vidas, não se encontra incorporada na literatura para crianças pequenas. Temas amenos, conflitos frágeis e ênfase na ação do indivíduo tanto na provocação de conflitos como em sua resolução são mais comuns em textos oferecidos para essa faixa etária.

Apesar de essa tendência ser mais evidente em textos de editoras católicas, ela também pode ser encontrada em textos de editoras laicas, como se observa em *Dia inteiro* (Ed. Dimensão), *Sapatolices* (RHJ Livros) e *Passeio na Fazenda* (Ed. Ática). Apesar da sociedade representada de forma harmoniosa, os textos tratam de situações cotidianas vividas por crianças ou abordam a possibilidade de imaginar e criar realidade, ou de conhecer uma realidade diferente da que a maioria das crianças vivencia em grandes cidades.

Se alguns textos de editoras laicas, principalmente para crianças pequenas, apresentam uma concepção de sociedade harmoniosa, em muitos de seus textos para crianças maiores pode-se encontrar a sociedade representada como palco de interesses contraditórios, cuja resolução não se dá por meio do apaziguamento ou de uma atitude submissa, mas por meio da ação de contraposição, da elaboração psíquica ou da negociação entre as partes, por vezes com a permanência de conflitos que não são resolvidos, por impossibilidade de resolução, como no conto *Como um colar* (Ed. Salamandra), em que a jovem morre sem superar os conflitos de gênero, ou por aparecerem de forma tangencial no texto, como em *Decisão do Campeonato* (Ed. Rocco), *Apostado* (Ed. Atual) e *Tantas histórias tem o tempo* (Ed. do Brasil).

Nos textos de editoras católicas, o padrão de sociedade harmoniosa ou que tende à harmonia se repete em grande parte dos textos. O conflito que gera desarmonia muitas vezes decorre da ação de indivíduos que precisam aprender uma lição para agir de forma mais adequada, sendo alguns dos textos à tese. Isso pode ser observado em *A abelhinha e a tartaruga* (Paulinas Editora), *Colecionador de estrelas* (Edições Paulinas), *O atraso* (Edições Paulinas), *No tempo do branco e preto* (Paulus Editora) e *Historinha de Natal* (Ed. Ave-Maria). Como já foram apresentadas algumas dessas histórias, discutirei apenas os dois últimos livros.

O texto *No tempo do branco e preto* (Paulus Editora) apresenta, de forma simbólica, o universo das cores pela construção de uma narrativa na qual, em um planeta distante, há dois reinos inimigos: o reino do branco e o reino do preto. Ambos os monarcas, a rainha do branco e o rei do preto, orgulhosos de sua raça, não percebiam o sofrimento de seu povo diante da monocromia de seus reinos. Cansados dos problemas, ambos se encontram e, atraídos pelos opostos, decidem misturar os reinos, gerando um reino cinza e monótono. Fato que leva os reis a resgatarem, no princípio dos tempos, todas as cores para o reino voltar a ser colorido. Estabelece-se, assim, a harmonia social. O texto pode ser lido como uma discussão sobre a questão racial, com uma resolução do conflito entre os dois reinos que leva à harmonia entre todos, sem maior problematização, como um ideal racial a ser alcançado.

Nas histórias contempladas em *Historinhas de Natal* (Ed. Ave-Maria), os personagens criança são de estratos populares e passam por dificuldades, como em *A ceia dos anjos* e *Peru de Natal*. Em ambas as histórias, os problemas sociais são abordados de forma a não colocar em questão as dinâmicas social e econômica que marginalizam uma parcela da população, e a solução diante das dificuldades recai na ação de personagens criança que são obedientes, não reclamam diante da realidade e trabalham em plena véspera de Natal para poder ajudar em casa, sendo recompensadas no final. No primeiro texto, a recompensa advém por meio da

ajuda de uma família de posses e, no segundo caso, pela graça divina que providencia o milagre de fazer surgir um peru no quintal das crianças, para que elas possam cear. Fato similar ocorre no último texto, cujo protagonista adulto, homem de muitas posses que enriquece com o próprio trabalho, bondosamente distribui presentes para as crianças pobres no Natal.

No caso das editoras católicas, mesmo quando os textos são dirigidos a crianças já alfabetizadas, a representação da sociedade não tende a mudar muito, pois a maioria dos conflitos ocorre na esfera individual, o que exige uma ação também individual. É o que se observa em textos como *Pingo de luz* (Ed. Vozes) e *O menino que virou bicho do mato* (Ed. Vozes), em cujas tramas é a ação individual e solitária dos protagonistas que permite seu amadurecimento. No primeiro caso, o espírito Pingo de Luz vem à escola Terra para aprender, até voltar à casa do Pai como observava seus irmãos fazerem. No segundo texto, o menino que se muda com os pais para o campo, sem amigos na nova moradia, aprende praticamente sozinho sobre a natureza ao observá-la, aceitando sem questionamento a nova vida. No texto *A volta do pássaro encantado* (Paulus Editora), a menina, viajando em busca de algo que desencantasse o pássaro, encontra possíveis auxiliares; porém os adultos representados pelo poeta, pelos monges e pelos revolucionários são incapazes de auxiliar na busca da alegria que fora roubada do pássaro. O conflito é de ordem existencial, e sua resolução se dá quando o pássaro sente saudades da menina, por isso deixa de observar a própria imagem e retoma as forças para sair em sua procura.

Em *O encanto em Tiemim* (Paulus Ed.), o conflito, apesar de ser fruto do desejo de poder do principal auxiliar do rei, não é social, não coloca em cheque a dinâmica social, mas sim individual, pois gira em torno da incapacidade do rei de reconhecer Floremim, seu amor. A harmonia individual volta a reinar quando o feitiço é quebrado.

Nem mesmo no texto de aventura *O pequeno rei* (Ed. Ave-Maria) transparece algum desequilíbrio na representação social, apesar de os personagens, que são animais africanos, tornarem-se prisioneiros e serem levados para um zoológico. O conflito é solucionado com a liderança do leãozinho, que orienta a construção de um balão que os leva de volta à terra natal. Os animais vivem em harmonia entre si, sob o poder inquestionável daquele que um dia será o rei dos animais.

No único texto para adolescentes de editora católica, *E não é que era amor* (Paulinas Editora), o conflito principal encontra-se no âmbito individual. É o encontro do amor de adolescente que move a trama. A apresentação do período histórico em que a trama se insere apenas serve de panorama para reafirmar a força do amor que resiste ao tempo, ou melhor, resiste a 30 anos de separação.

Entre os textos de editoras católicas, apenas no texto *O homem que botou um ovo* (Paulinas Editora) a sociedade aparece representada com base em interesses diversos, mesmo que de forma lúdica. Ao pregar uma peça na esposa, fingindo ter botado um ovo, o homem gera uma situação esdrúxula, com o interesse da mídia em cobrir de forma sensacional o acontecimento, a mobilização em frente à residência do casal e o desafio para a esposa “fofoqueira”, que precisa dar um depoimento na TV para desmentir o fato.

Diante da análise, pode-se afirmar que os aspectos de conteúdo que aproximam ambos os grupos de textos é a presença do universo fantástico nas histórias, com pouca entrada dos temas relacionados ao cotidiano infantil e com uma representação da infância uniforme, isto é, sem expressão de diversidade de infâncias.

Quanto as principais diferenças, observou-se a manutenção de perspectiva utilitária em ambos os grupos de textos, porém com um índice mais elevado nos textos à tese na produção de editoras católicas; número maior de textos para crianças maiores e adolescentes publicado pelas editoras laicas, enquanto o público as editoras católicas é preferencialmente crianças;

diversidade de subgêneros literários em textos de editoras laicas, dentre os quais contemplam aqueles subgêneros que incentivam o uso da imaginação e criatividade (aventura, policial); universo de protagonistas brancos, solidão dos protagonistas e manutenção da “centração” no universo adulto, tendo como referência os protagonistas adultos, predominam principalmente nos textos das editoras católicas.

Portanto, a análise indicou uma maior permeabilidade a tendências inovadoras ou tendências divergentes na concepção de infância em textos de editoras laicas, mas ainda distante da apresentação de crianças e adolescentes como atores sociais.

Também se observou a não homogeneidade interna ao grupo de textos das editoras católicas, com tendências divergentes a partir, principalmente, da década de 90. Enquanto a Paulus Editora e a Paulinas Editora tendem a se aproximar do referencial laico, a Editora Ave-Maria contempla em seus textos referências explícitas às concepções religiosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de apresentar as considerações finais, é preciso retomar a proposta dessa tese: realizar, de forma exploratória, um estudo sobre a literatura infantil produzida por editoras católicas comparando-a àquela produzida por editoras laicas. Para orientar esse intuito três questões foram formuladas: 1) O processo de secularização iniciado na modernidade, levaria a uma diminuição da produção de literatura infantil religiosa na produção literária para crianças como sugeri na dissertação de mestrado? 2) Estaria ocorrendo uma reordenação ou diminuição do sagrado na literatura infantil confessional ou laica? 3) Que proximidades e semelhanças podem ser encontradas na concepção de literatura infantil e de infância na produção de editoras laicas e confessionais?

Concebi a literatura infantil como uma das instituições midiáticas que contribuem para a socialização infantil. E, para além do postulado por Rosemberg (1986), que com muita precisão apreendeu a dupla dinâmica socializadora própria da literatura infantil ao postular que a literatura infantil pode contribuir para a manutenção das assimetrias de idade, no agora, ao mesmo tempo em que educa para a manutenção das assimetrias de classe, gênero e raça para o futuro, defende-se, aqui, que o processo de socialização mediado pela literatura infantil merece ser analisado sob três óticas diversas: 1) como relação entre adultos produtores e crianças leitoras; 2) como implementação e representação de concepções e práticas de socialização unidirecional ou interativas; 3) como estratégia de manutenção do *status quo*, portanto, das diversas assimetrias que constituem a sociedade, como de classe, gênero, raça e idade com base na socialização para o futuro, ou como possibilidade de reflexão crítica.

Um aspecto sobre o qual sequer se propõe a reflexão na bibliografia sobre literatura infantil, muito menos na própria produção literária, refere-se ao fato de seus autores serem adultos, com raríssimas experiências de crianças autoras. Portanto, na esfera da produção,

o adultocentrismo representado pela “centração” de autoria adulta parece um fato longe de ser questionado.

Ao cotejar os textos de editoras laicas e católicas, observam-se nas histórias fissuras nessa “centração” adulta, tanto no que se refere à representação da socialização infantil, como em relação à manutenção do *status quo*.

Observou-se, na produção de editoras católicas, a manutenção de textos à tese, menor número de textos protagonizados por crianças e adolescentes, índice maior de tramas protagonizadas por grupos de personagens do sexo feminino, quase inexistência de personagens de cor/etnia negra, além de sua representação ocorrer de forma estereotipada, conflitos provocados por ações, comportamentos ou percepções individuais considerados “errados”, a resolução de conflitos dependente de ação de auxiliares dos protagonistas, quase sempre adultos ou representantes do universo adulto (como avô, Deus, estrelas), o uso de mecanismo de punição física do personagem, a recorrência na apresentação do subtema amor de forma romântica ou fraterna e o uso de diminutivos.

Observou-se nos livros ou textos publicados pelas editoras laicas o uso mais intenso de subgêneros textuais que permitem uma maior entrada no universo infantil, a ausência de textos à tese, maior número de tramas protagonizadas por grupos de crianças e de adolescentes, índice mais expressivo de protagonistas do sexo masculino, principalmente em tramas que exigem inteligência, determinação e coragem, índice maior de representação da cor/etnia negra, diversidade de conflitos (psíquicos, políticos e de gênero) e maior número de personagens crianças e, principalmente, adolescentes ativos na resolução de conflitos.

Alguns elementos dos textos produzidos por editoras laicas são indicadores de uma maior complexidade das histórias, como a diversidade de subgêneros narrativos utilizados (policial, aventura, vida psíquica), o uso de estratégias em que a perspectiva dos

personagens crianças ou adolescentes tende a ser contemplada, o uso de metalinguagem na estruturação da trama, a diversidade de conflitos (entre adultos e crianças; entre crianças; entre adultos), maior participação dos personagens crianças e adolescentes na resolução de conflitos, maior número de textos para adolescentes.

Diante da análise, pode-se afirmar que a maioria dos textos das editoras católicas inserem-se na tendência que Perrotti (1986) denominou de literatura utilitária, outros apresentam um utilitarismo às avessas. Ressalvas podem ser feitas em relação a alguns livros do último período que foram publicados pela *Paulinas Editora* e pela *Paulus Editora*, que sugerem um esforço no sentido de se desvencilhar da tendência utilitária e do utilitarismo às avessas e, também, ao livro *Velhinho entalado na chaminé* (Ed. FTD) que escapa integralmente a essa denominação, fato que se explica pelo próprio espaço ocupado pela editora no mercado de produção de livros dirigidos às escolas.

A concepção de infância como ser passivo é mais evidente na literatura produzida por editoras católica, pois nela se manifesta de forma mais acentuada o utilitarismo nos textos. E a concepção de socialização como inculcação, processo de mão única, que visa à formação heterônoma do indivíduo, realiza-se exatamente por meio da opção pela literatura utilitária ou pelo utilitarismo às avessas dos textos analisados.

Mais heterogênea é a produção de editoras laicas diante da tendência utilitária ou do utilitarismo às avessas. Nenhuma das histórias poderia ser classificada como explicitamente utilitária, porém em vários textos a concessão ao utilitarismo evidencia-se, podendo diversos deles ser classificados na tendência de utilitarismo às avessas, como *O caso da Ilha* (Ed. Atual), *Tantas histórias tem o tempo* (Ed. Melhoramentos), *Anjo na rua* (Ed. Mercado Aberto), *O Álbum do Nino* (TV Cultura e Cia. das Letrinhas), *Três cachimbos* (Ed. Global), *Unhas de ferro* (Ed. Lê), entre outros.

Portanto, em textos de editoras laicas, observa-se uma maior diversidade de concepções de infância, seja por meio do uso mais variado de subgêneros literários, seja pela maior penetração de temas ligados ao cotidiano infantil nas histórias, pelas narrativas mais complexas que não subestimam a capacidade infantil, pela apresentação da ótica infantil ou adolescente com tensão entre perspectivas adultas e infantis ou adolescentes. Porém, contradições se evidenciam em textos que fazem concessão ao utilitarismo ao avesso, pois, subliminarmente, eles concebem a infância como ser passivo. Portanto, a tendência a uma socialização como proposta de interação vai aos poucos ganhando força na literatura das editoras laicas, que em alguns textos se desvencilha de uma proposta de socialização para a heteronomia e propõe uma formação para a autonomia.

No entanto, é importante ressaltar que, quanto à socialização para o futuro com respeito às assimetrias de gênero e raça, ainda há muito a repensar na literatura infantil tanto das editoras laicas como católicas. Em termos numéricos, a supremacia branca (apreendida na ilustração) e masculina é notável, aspecto corroborado por serem os personagens crianças e, principalmente, adolescentes brancos e do sexo masculino os dotados da potência ativa para agir, enfrentar e resolver conflitos. Pode-se afirmar que se privilegia o diálogo com o leitor branco.

Mesmo assim há que ser ressaltar as diferenças quanto a essas questões quando comparados os textos das editoras laicas e das católicas, pois a presença de cor/etnia negra aumenta em textos de editoras laicas, bem como se nota nessa produção a presença de personagens femininas questionadoras e emblemáticas de uma nova posição da mulher na sociedade.

O número maior de personagens femininas nos textos de editoras católicas não pode ser entendido como uma maior democracia em sua apresentação; pelo contrário, algumas das personagens femininas são representações do modelo da menina obediente

aos pais e conformada com as condições de vida que lhe foram impostas, sem autopercepção, ou que carrega em si a responsabilidade pela superação dos problemas masculinos. A dependência feminina se ajusta à dependência infantil. Portanto, pode-se afirmar que a visão de mundo apresentada pelas editoras católicas quanto a gênero e raça reforça de forma mais acentuada essas assimetrias.

Antes de cotejar essa análise com o conceito da ideologia proposto por Thompson (1998), ressalto que não analisei cada uma das histórias na busca de estratégias discursivas ideológicas, pois o objetivo aqui não era esse, mas sim entender, em linhas gerais, se a literatura infantil está a serviço de criar ou manter a assimetria em relação à infância, garantindo o poder adulto, ou se, pelo contrário, implementa novas práticas em relação à infância, que contribuem com sua emancipação como categoria social.

Confirma-se por meio da análise realizada que, para além do conteúdo explícito, as assimetrias de idade são garantidas tanto em textos de editoras católicas como laicas, porém com mais frequência em textos das editoras católicas, pela organização das narrativas, ou seja, por meio dos elementos que a estruturam, conforme postulara Rosemberg (1986), e, portanto, por meio da estratégia ideológica de *narrativização* utilitária ou do utilitarismo às avessas — qualificando a estratégia ideológica com definições de Perrotti (1986) —, que *legitima*, de forma aparentemente *racional*, o processo de socialização unidirecional. Nesse processo, ocorre também a *naturalização* e a *universalização* da infância como branca e majoritariamente masculina.

Um aspecto que merece a atenção de futuros estudos refere-se à tensão entre a produção de literatura infantil de editoras católicas e as regras de mercado. Nesse aspecto, um elemento importante é a dependência da aquisição pelos programas governamentais, o que exige que as editoras católicas ajustem o conteúdo de sua produção ao que se convencionou como produção literária laica, pois comprado por um Estado laico. A tensão

foi observada na produção de literatura infantil das grandes editoras católicas como *Paulinas Editora* e *Paulus Editora* e na tendência divergente a essa que se manifestou em textos da Editora Ave-Maria, nos quais a presença de elementos próprios ao catolicismo se expressam. Se não é possível afirmar com essa pesquisa que ocorreu uma diminuição do número de títulos de editoras confessionais, com uma laicização da produção da literatura infantil, é possível afirmar que as principais editoras católicas que atuam na produção de literatura infantil mantêm uma relação com o público cativo dessa produção — os alunos do ensino fundamental de escolas públicas e particulares — e se preocupam em assimilar as discussões inovadoras quanto a essa produção, o que implica em um processo de laicização do conteúdo da produção, mesmo que de forma mais lenta e apoiada em concepções humanitárias expressas pelo catolicismo.

Outra tensão que merece destaque refere-se ao reencantamento na “pós-modernidade”, especialmente com a ampliação de expressões de novas religiosidades, denominadas por alguns estudiosos como “Nova Era”, e o esfacelamento dos limites que separam religião e magia. A discussão que vêm ocorrendo no campo teórico seja da religião seja da produção cultural, reforçaram a apreensão da “centração” desta reflexão no universo adulto. Isto porque o “encantamento” nunca esteve ausente, na modernidade, das práticas culturais destinadas à infância. Se o adesivo “eu acredito em duendes” remete a “reencantamento” de adultos, duendes, anjos, magos, fadas e bruxas permaneceram povoando a produção literária para crianças desde seus primórdios.

O sobrenatural e o mágico entendidos como fantasia compõem o repertório da literatura infantil internacional e brasileira. Que eles voltem a penetrar o universo cultural adulto urbano (para além da cultura popular) causa estranhamento e releva a contradição numa sociedade que se seculariza e se reencanta, provocando uma série de estudos quanto ao novo fenômeno. Mas não causa estranhamento sua permanência no universo infantil. Há

o que se indagar sobre a questão. Durante as leituras para esta tese, chamou a atenção a não tematização desta permanência, por vezes revestidas de traços espetaculares de anacronismos. Sabe-se que a perseguição a mulheres tidas como feiticeiras e bruxas se estendeu na Europa no período inquisitorial e tem sido considerada como uma das mais intensas expressões de genocídio. Porém, na literatura sobre religião, não causa espanto que ela tenha entrado e permanecido como ícone da literatura infantil desde sua origem. A coincidência entre algumas histórias infantis clássicas e pormenores arcaicos reprimidos pela inquisição é espetacular, permitindo que se refira a transposições, como, se pode observar na história de *João e Maria*, cuja bruxa, quando comparada a relatos da inquisição, é uma assassina de crianças que avalia seus dedinhos para saber se já estão boas para servir de farta refeição. Ora, segundo Mott, relatos inquisitoriais se referem à preferência pelos “dedinhos de criança” nas práticas de bruxaria, que foram incorporados à tradição local via tradição européia.

... algumas cerimônias macabras e preconceitos contra supostas feiticeiras têm origem “branca” e não “negra”, embora também as gentes de cor tivessem adotado não apenas a religião como também as superstições e práticas diabólicas dos donos do poder. (Mott, 1989, 116)

A importância dos “dedos de anjos” nos rituais de feitiçaria é de fato surpreendente, como se observa no trecho citado abaixo (Mott, 1989, 118):

... quando sua seita ia desenterrar os mortos no escuro da igreja, “a luz que levam é uma acha feita do braço esquerdo inteiro de uma criança que tenha morrido sem ter sido batizada e acendem-no pela parte dos dedos, e dá luz como se fora uma tocha” (...) curiosa superstição (...) a credice da “vela de ladrão”, isto é, a utilização de dedinhos de crianças, de preferência pagãs, quer como ingredientes nas bruxarias, quer como tocha de iluminação.

A permanência do fantástico na literatura tanto de editoras laicas como católicas analisadas nesse estudo permitem levantar a questão da apropriação e reapropriação de práticas culturais do universo adulto para crianças como algo que ainda pouco se analisou,

apesar de Áriès (1981), Rosemberg (1986) e mesmo Benjamin (1984) já terem assinalado esse fato. No entanto, é possível que a questão seja ainda mais complexa, pois alguns estudos começam a prestar atenção na reapropriação do universo cultural infantil pelos adultos, o que tem sido considerada uma prática contemporânea “pós-moderna” (algumas imagens de vestuário feminino das melindrosas, sapato “boneca”, cabelo curto “à la garçonnière” sugerem que diversas apropriações já ocorreram). Exemplo literário atual dessa reapropriação pode ser encontrado no recente fenômeno editorial mundial *Harry Potter*, lido também por adultos¹. De acordo com a análise, a apropriação de símbolos e mitos mágicos estariam de um lado horrorizando setores católicos e evangélicos e escritores de literatura infantil (brasileiros e internacionais), mas encantando psicólogos, alguns críticos literários e milhões de leitores crianças, adolescentes e adultos.

Retomando Thompson (1999), um aspecto da mediação da cultura moderna é a possibilidade de novas ancoragens de tradições diversas. Podemos sugerir que a literatura infantil é uma mídia para crianças que exerce, entre outras, a função de ancorar tradições culturais, religiosas ou não, alijadas do repertório adulto (como também se pode observar na ancoragem do repertório folclórico nacional na literatura infantil), e nesse momento poderia estar contribuindo com o caminho inverso, ao fornecer materiais para novas ancoragens da tradições no universo adulto. Isto nos remete à pertinência de introduzir um olhar sobre dimensões geracionais nas reflexões sobre práticas sociais e culturais contemporâneas.

Para finalizar, ressalto que, como estudo exploratório, mais do que apresentar conclusões definitivas, essa pesquisa abre inúmeras possibilidades para novas pesquisas.

¹ Para não citar as inúmeras versões para jovens e adultos de *Alice no País das Maravilhas*.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Nunes de. Olhares sobre a infância: pistas para a mudança. In *Actas do Congresso Internacional: Os mundos Sociais e Culturais da Infância – Janeiro de 2000*. Volume II. Braga-Portugal: Instituto de Estudo da Criança/Universidade do Minho, 2000.

AMARAL, Leila. Um espírito sem lar: sobre uma dimensão “nova era” da religiosidade contemporânea. In VELHO, Otávio (org.). *Circuitos infinitos: comparações e religiões no Brasil, Argentina, Portugal, França e Grã-Bretanha*. São Paulo: Attar, 2003.

ANDRADE, Leandro Feitosa. *Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia*. São Paulo: Tese de doutoramento (Psicologia Social – PUC/SP), 2001.

ANDRADE, Marcelo Pereira de. *A categoria ‘meninos de rua’ na mídia: uma interpretação ideológica*. São Paulo: Tese de doutoramento (Psicologia Social – PUC/SP), 2005.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, [1978]1981.

AZEVEDO, Dermi. Desafios estratégicos da Igreja Católica. In *Lua Nova: Revista de cultura e Política*, no. 60. São Paulo, 2003.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. In *Revista Estudos Avançados*, Dec. 2004, vol. 18, no. 52, p. 109-120.

BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. Sublimidade do mal e sublimação da crueldade: criança, sagrado e rua. *Psicologia Reflexão Crítica*, 2004, vol. 17, no. 1, p. 61-73.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTIDE, Roger. *Le sacré sauvage et autres essais*. Paris: Payot, 1975. apud CONCONE, Maria Helena Villas Boas. Religião: novos desafios. *Margem*. São Paulo: PUC-SP/Educ, no.4, p.55-66, dez.1995.

BAZILLI, Chirley. *Discriminações contra personagens negros na literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea*. São Paulo: Dissertação de mestrado (Psicologia Social – PUC/SP), 1999.

BECCHI, Egle. Le XXe. Siècle. In: BECCHI, Egle, JULIA, Dominique. *Histoire de l'enfance en occident*. Paris: Éditions du seuil, 1998.

BELO, Márcio Alves Vieira e SILVA, João Luiz Pinto. Conhecimento, atitude e prática sobre métodos anticoncepcionais entre adolescentes gestantes. *Revista Saúde Pública*, Ago. 2004, vol. 38, no. 4, p. 479-487.

BENJAMIN, Walter. Velhos livros infantis (1924) e Visão do livro infantil (1926). In: *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.

BENTO XVI. *Deus Caritas Est*. Dez. 2005. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est_po.html

BERNARDI, Dayse Cesar Franco. *Concepções de infância em relatórios psicológicos judiciais*. São Paulo: Dissertação de mestrado (Psicologia Social – PUC/SP), 2005.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

BORGES, Paulo Humberto Porto. Sonhos e nomes: as crianças Guarani. *Cad. CEDES*, Abr 2002, vol. 22, no. 56, p. 53-62.

BRADY, Jeanne. Multiculturalismo e o sonho americano. In STEINBERG, Shirley R. e KINCHELOE, Joe L. (org). *Cultura infantil: a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BRAVO-VILLASANTE, Carmem. *História da literatura infantil universal*. Vol. I e II. Lisboa: Veja, 1977.

CALAZANS, Gabriela Junqueira. *O discurso acadêmico sobre gravidez na adolescência: um produção ideológica?* São Paulo: Dissertação de mestrado (Psicologia Social – PUC/SP), 2000.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. *Diagnóstico do setor editorial brasileiro – Ano 2000*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro/Sindicato Nacional de Editores de Livro, 2000.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. *Diagnóstico do setor editorial brasileiro – Ano 2001*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro/Sindicato Nacional de Editores de Livro, 2001.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. *Produção e vendas do setor editorial brasileiro – 2002*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro/Sindicato Nacional de Editores de Livro, 2002.

CAMBI, F. e ULIVIERI, S. *Storia dell'infanzia nell'Italia liberale*. Firenze: La Nuova Italia, 1988.

CAVA, Ralph Della. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e os meios de comunicação social: 1962 -1989. In CAVA, Ralph Della e MONTERO, Paula. *E o verbo se fez imagem: Igreja Católica e os Meios de Comunicação no Brasil: 1962-1989*. Petrópolis: Vozes, 1991.

CHAMBOREDON, Jean-Claude e PRÉVOT, Jean. O “ofício de criança”: definição social da primeira infância e funções diferenciadas da escola maternal. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo: FCC, novembro, no. 59, p. 32- 56, 1986.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). *O itinerário da fé na “iniciação cristã de adultos”*. São Paulo: Paulus, coleção Estudos da CNBB, 2001.

COELHO, Nelly Novaes. *A literaturas infantil: história, teoria, análise: das origens orientais ao Brasil de hoje*. São Paulo: Quiron; Brasília: INL, 1981.

CONCONE, Maria Helena Villas Boas. Religião: novos desafios. *Margem*. São Paulo: PUC-SP/Educ, no.4, p.55-66, dez.1995.

CONVENÇÃO Internacional dos Direitos das Crianças. Disponível em: http://www.risolidaria.org.br/vivalei/outrasleis/conv_inter.jsp#_Toc62271971.

COSTA, Cláudio. *Filosofia da Linguagem*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

CRUZ, Eduardo R. *A propósito de um texto de Habermas: a herança brasileira de um dilema da civilização ocidental*. Revista Estudos Avançados, Dec. 2004, vol. 18, no. 52, p. 331-340.

DALGALARRONDO, Paulo et. al. Religião e uso de drogas por adolescentes. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, Jun. 2004, vol. 26, no. 2, p. 82-90.

DÓRIA, Carlos Alberto. *O papa e o tesão*. Disponível em <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2711,1.shl> acesso em janeiro de 2006.

ESCANFELLA, Celia Maria. *Construção social da infância e literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea*. São Paulo: Dissertação de Mestrado (Psicologia Social – PUC/SP), 1999.

ESTATUTO da Criança e do Adolescente. Brasília: Ministério da Criança/Projeto Minha Gente, 1991.

EWERS, Hans-Heino. La littérature moderne pour enfants. In BECCHI, Egle e JULIA, Dominique (Org.). *Histoire de L'enfance en occident*, v. 2.. Paris: Editions du Seuil, 1998.

FREITAS, Rosângela Ramos de. *O tema trabalho infanto-juvenil na mídia: uma interpretação ideológica*. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social – PUC/SP), São Paulo, 2004.

GALIMBERTI, Umberto. *Rastros do sagrado*. São Paulo: Paulus, 2003.

GIROUX, Henry. Os filmes da Disney são bons para seus filhos? In STEINBERG, Shirley R. e KINCHELOE, Joe L. (org). *Cultura infantil: a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GIUMBELLI, Emerson. *Religião, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios*. Revista Estudos Avançados, Dec. 2004, vol. 18, no. 52, p. 47-62.

GÓES, Lúcia Pimentel. *Introdução à literatura infantil e juvenil*. 2a. edição. São Paulo: Pioneira, 1991.

GREEN, Connie e OLDENDORF, Sandra B. Teaching religious diversity through children's literature. In. *Childhood Education*. Summer 2005. Disponível em: http://www.findarticles.com/p/articles/mi_qa3614/is_200507/ai_n14683834.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JACOB, César Romero et. al. A diversificação religiosa. *Revista Estudos Avançados*, Dec. 2004, vol. 18, no. 52, p. 9-11.

JENKS, Chris. Constituindo a criança. *Educação, Sociedade e Culturas*. Portugal: Associação de Sociologia e Antropologia da Educação, no. 17, 2002.

KINCHELOE, Joe L. “Esqueceram de mim” e “Bad to the Boné”: o advento da infância pós-moderna. In STEINBERG, Shirley R. e KINCHELOE, Joe L. (org). *Cultura infantil: a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KINCHELOE, Joe L. McDonald's, poder e crianças: Ronald McDonald (também conhecido como Ray Kroc) faz tudo por você. In STEINBERG, Shirley R. e KINCHELOE, Joe L. (org). *Cultura infantil: a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KIYAN, Ana Maria Mezzarana. *A identidade do sacerdote católico: uma estudo sobre o celibato e a política de identidade da Igreja Católica*. São Paulo: Tese de doutorado (Psicologia Social/PUCSP), 2005.

KUHLMANN Jr., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998.

LAJOLO, Marisa. O texto não é pretexto. In: ZILBERMAN, Regina (org.). *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 2002.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Ática, 2001.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: a leitura e livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

MAGALHÃES, Ligia Cademartori. História infantil e pedagogia. In: ZILBERMAN, Regina e MAGALHÃES, Ligia Cademartori. *Literatura Infantil: Autoritarismo e Emancipação*. São paulo: Ática, 1987.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O neo-esoterismo na cidade. In *Revista USP* (Dossiê Magia). São Paulo: USP/CCS, n.1,mar./mai., 1989.

MARIANI, Édio. Grupos de jovens na escola: um estudo da pastoral da juventude estudantil. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A CRIANÇA E O JOVEM NA AMÉRICA LATINA. 5 a 9 de novembro de 2001. Marília: Unesp/Campus Marília, 2001.

MARIANO, Ricardo. Igreja Universal do Reino de Deus: a magia institucionalizada. In *Revista USP* (Dossiê Magia). São Paulo: USP/CCS, n.1,mar./mai., 1989.

MARIZ, Cecília Loreto. Comunidades de vida no Espírito Santo: juventude e religião. In *Tempo Social: revista de Sociologia da USP*. São Paulo: USP/FFLCH, vol. 17, no. 2, p. 253-273, nov. 2005.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Mídia e poder simbólico*. São Paulo: Paulus, 2003.

MARTINS, Maria Helena. *Crônica de uma utopia: leitura e literatura infantil em trânsito*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

McLAREN, Peter e MORRIS, Janet. “Power Rangers”: a estética da justiça falo-militarista. In STEINBERG, Shirley R. e KINCHELOE, Joe L. (org). *Cultura infantil: a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MONTANDON, Cléopâtre. La sociologie de l'enfance: l'essor des travaux en langue anglaise. *Educacion et société: revue internationale de l'educacion*. Revista especial: Sociologie de l'Enfance. Vol. 2. Paris/Bruxelas: Département de Boeck Université, 1998.

MONTELEONE, Gabriela. *Harry Potter, un clásico de la posmodernidad*. Disponível em: <http://www.imaginaría.com.ar/07/4/potter.htm>. Acesso em 06/06/2006.

MONTERO, Paula. A comunicação nos documentos da igreja. In CAVA, Ralph Della e MONTERO, Paula. *E o verbo se fez imagem: Igreja Católica e os Meios de Comunicação no Brasil: 1962-1989*. Petrópolis: Vozes, 1991a.

MONTERO, Paula. Letras católicas na sociedade de massas. In CAVA, Ralph Della e MONTERO, Paula. *E o verbo se fez imagem: Igreja Católica e os Meios de Comunicação no Brasil: 1962-1989*. Petrópolis: Vozes, 1991b.

MONTERO, Paula. O problema da cultura na Igreja Católica contemporânea. In *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, vol. 9, n. 25, set./dez., 1995.

MOTT, Luiz. Dedo de anjo e osso de defunto: os restos mortais na feitiçaria afro-luso-brasileira. In *Revista USP* (Dossiê Magia). São Paulo: USP/CCS, n.1,mar./mai., 1989.

NAZARETH, Leila. *O discurso da mídia sobre a adolescente grávida: uma análise da ideologia*. São Paulo: Dissertação de mestrado (Psicologia Social – PUC/SP), 2004.

NOGUEIRA, Dione Maria Sousa. *Um olhar sobre discriminações sexuais na literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea*. São Paulo: Dissertação de mestrado (Psicologia Social – PUC/SP), 2001.

NOVAES, Regina. *Os jovens “sem religião”: ventos secularizantes, “espírito de época” e novos sincretismos. Notas preliminares*. Revista Estudos Avançados, Dec. 2004, vol. 18, no. 52, p. 321-330.

OLIVEIRA, Ana Arlinda de. *A leitura e os textos literários infantis no contexto de escolas confessionais*. Marília: Tese de doutoramento em Educação (UNESP/Marília), 2001.

PERROTTI, Edmir. *O texto sedutor na literatura infantil*. São Paulo: Ícone, 1986.

_____. A criança e a produção cultural (apontamentos sobre o lugar da criança na cultura). In: ZILBERMAN, Regina. *A produção cultural para a criança*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 4a.edição, 1990.

PIERUCCI, Antônio Flávio e PRANDI, Reginaldo. Introdução: as religiões no Brasil contemporâneo. In PRANDI, Reginaldo (org.). *Um sopro do espírito*. São Paulo: EDUSP:Fapesp, p. 13-26, 1998.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Sociologia da Religião: área impuramente acadêmica. In MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Ed. Sumeré/ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999, p. 237-286.

PIERUCCI, Antônio Flávio. “Bye bye, Brasil” – O declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. Revista Estudos Avançados, Dec. 2004, vol. 18, no. 52, p. 17-27.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. In PINTO, Manuel e SARMENTO, Manuel Jacinto (coord.). *As crianças: contexto e identidades*. Portugal: Universidade do Minho (Centro de Estudos da Criança, 1997.

PIZA, Edith Silveira Pompeu. *O caminho das águas: estereótipos de personagens femininas negras na obra para jovens de escritoras brancas*. São Paulo: Tese de doutoramento em Psicologia Social (PUC-SP), 1995.

PRANDI, Reginaldo, CAMPOS, André Gambier e PRETTI, Rogério Abramo. A Renovação Carismática Católica. In PRANDI, Reginaldo (org.). *Um sopro do espírito*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, p. 27-39, 1998.

PRANDI, Reginaldo, GÓES, Rita de Cássia Telles e JUSTO, José Américo. In PRANDI, Reginaldo (org.). *Um sopro do espírito*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, p. 123-142, 1998.

PRANDI, Reginaldo. Religião, biografia e conversão: escolhas religiosas e mudanças da religião. In CNBB. *O itinerário da fé na "iniciação cristã de adultos"*. São Paulo: Paulus, coleção Estudos da CNBB, 2001.

PRIORE, Mary Del. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In PRIORE, Mary Del (org). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

QVORTRUP, Jens. Generation – an important category in sociological childhood research. In *Actas do Congresso Internacional: Os mundos Sociais e Culturais da Infância – Janeiro de 2000*. Volume II. Braga-Portugal: Instituto de Estudo da Criança/Universidade do Minho, 2000.

RATZINGER, Joseph. Introdução do Compêndio do Catecismo da Igreja Católica. In *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica*. São Paulo: Editora Paulus/Editora Loyola, 2005.

RICHÉ, P., ALEXANDRE-BIDON, D. *L'énfance au Moyen Age*. Paris: Seuil/Bibliothèque nationale de France, 1994.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação: para quem? *Revista Ciência e Cultura* (Separata), vol. 28(12). Educação como uma forma de colonialismo. Simpósio na 28a. Reunião da SBPC, Brasília, 1976.

_____. O adulto, a criança e a literatura. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília: INEP, v. 62, n. 141, pag. 7-15, jan./abr. 1977.

_____. Eu consumo, tu me consomes. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: FCC, n. 31, p. 41-8, dez., 1979.

_____. *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo: Global Editora, 1985.

_____. *Análise dos modelos culturais na literatura infanto-juvenil brasileira*. São Paulo: FCC, volumes 1 a 9, 1980.

_____. Teorias de Gênero e subordinação de idade: um ensaio. Xerox, s/d.

_____. *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo: Global Editora, 1985.

_____. *Alguns pontos de uma agenda de pesquisa sobre a sociologia da infância*. Xerox, 2003.

ROSENBAUM, Silvia Fernanda Rosemblum. *Permanência e transformação: a paternidade na revista Pais e Filhos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social – PUCSP), São Paulo, 1998.

SANCHEZ, Zila Van der Meer, OLIVEIRA, Lúcio Garcia de e NAPPO, Solange Aparecida. Fatores protetores de adolescentes contra o uso de drogas com ênfase na religiosidade. *Ciência e Saúde coletiva*, 2004, vol. 9, no. 1, p. 43-45.

SANTAELLA, Lúcia. *Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Editora, 2001.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Os ofícios da criança. In *Actas do Congresso Internacional: Os mundos Sociais e Culturais da Infância – Janeiro de 2000*. Volume II. Braga-Portugal: Instituto de Estudo da Criança/Universidade do Minho, 2000.

SARMENTO, Manuel Jacinto e PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In PINTO, Manuel e SARMENTO, Manuel Jacinto (coord.). *As crianças: contexto e identidades*. Portugal: Universidade do Minho (Centro de Estudos da Criança, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez., 1995.

SEMÁN, Pablo. Notas sobre pulsação entre Pentecostes e Babel: o caso de Paulo Coelho e seus leitores. In VELHO, Otávio (org.). *Circuitos infinitos: comparações e religiões no Brasil, Argentina, Portugal, França e Grã-Bretanha*. São Paulo: Attar, 2003.

SEMÁN, Pablo. *Literatura e religião na sociedade contemporânea*. In III Congreso Virtual de Antropología y Arqueología. Disponível em:
http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/pablo_seman.htm. Acesso em 06/06/2006.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A CRIANÇA E O JOVEM NA AMÉRICA LATINA. 5 a 9 de novembro de 2001. Marília: Unesp/Campus Marília, 2001.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. *Razão comunicativa e emancipação*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003.

SILVA, Michele Boff da Silva. *Comunicação – Jornal Versão Semanal e Revista Família Cristã: uma abordagem hermenêutica*. Dissertação (mestrado em Comunicação Social) – PUCRS, Porto Alegre, 2002.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. *Relações Raciais em livros didáticos de Língua Portuguesa*. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – PUC/SP, São Paulo, 2005.

SILVA Jr., Hédio. *A liberdade de crença como limite à regulamentação do ensino religioso*. 2003. Tese (Doutorado em Direito) – PUC/SP, São Paulo, 2003.

SIROTA, Regine. L'émergence d'une sociologie de l'enfance: évolution de l'objet, évolution du regard. *Educacion et société: revue internationale de l'educacion*. Revista especial: Sociologie de l'Enfance. Vol. 2. Paris/Bruxelas: Département de Boeck Université, 1998.

SNYDERS, Georges. *Não é fácil amar os nossos filhos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. As várias faces da Igreja Católica. In *Revista Estudos Avançados*, Dec. 2004, vol. 18, no. 52, p. 77-95.

SOUZA, César Augusto Martins de. Quando a igreja é o ponto de encontro: um estudo sobre o namoro no Jurunas, Belém-Pará. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A CRIANÇA E O JOVEM NA AMÉRICA LATINA. 5 a 9 de novembro de 2001. Marília: Unesp/Campus Marília, 2001.

STEINBERG, Shirley R. e KINCHELOE, Joe L. Sem segredos: cultura infantil, saturação de informação e infância pós-moderna. In STEINBERG, Shirley R. e KINCHELOE, Joe L. (org). *Cultura infantil: a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

WOODHEAD, Martin. Beyond universalisation, objectification and regulation in studies of childhood. In *Actas do Congresso Internacional: Os mundos Sociais e Culturais da Infância – Janeiro de 2000*. Volume II. Braga-Portugal: Instituto de Estudo da Criança/Universidade do Minho, 2000.

WORSLEY, Howard. Popularized atonement theory reflected in children's literature. In: *Currents in Theology and Mission*. Out. 2004. Disponível em: http://www.findarticles.com/p/articles/mi_mOMDO/is_5_31/ai_n15652813.

ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil e o leitor. In: ZILBERMAN, Regina e MAGALHÃES, Ligia Cademartori. *Literatura Infantil: Autoritarismo e Emancipação*. São Paulo: Ática, 1987b.

ZILBERMAN, Regina. *Fim do livro, fim dos leitores*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

ZILBERMAN, Regina. O estatuto da Literatura Infantil. In: ZILBERMAN, Regina e MAGALHÃES, Ligia Cademartori. *Literatura Infantil: Autoritarismo e Emancipação*. São Paulo: Ática, 1987a.

ZILBERMAN. Começos da literatura para crianças no Brasil. In PAULINO, Graça (org). *O jogo do livro infantil: textos selecionados para formação de professores*. Belo Horizonte: Editora Dimensão, 1997.

ANEXOS

Bibliografia que compõe a amostra

De 1976 a 2000: 15 títulos de editoras católicas e 15 títulos de editoras laicas, perfazendo um total de 30 títulos

1. MOTT, Odete de Barros	O caso da ilha	São Paulo	Atual	Laica	1978
2. D'Assumpção, Gislaine Maria	Pingo de Luz	Petrópolis (RJ)	Vozes	Católica	1979
3. AZEVEDO, Ricardo	Um homem no sótão	São Paulo	Melhoramentos	Laica	1982
4. ROCHA, Ruth	A decisão do campeonato	Rio de Janeiro	Rocco	Laica	1984
5. ALBERGARIA, Lino de	Tantas histórias tem o tempo	São Paulo	Editora do Brasil	Laica	1986
6. FERREIRA, Regina Sormani	Miguel e Serafina	São Paulo	Loyola	Católica	1987
7. NUCCY, Nely A Guernelli	A abelhinha e a tartaruga	São Paulo	Paulinas Editora	Católica	1988
8. ALVES, Rubem	A volta do pássaro encantado	São Paulo	Paulus Editora	Católica	1990
9. BANDEIRA, Pedro	Velhinho entalado na chaminé	São Paulo	FTD	Católica	1990
10. JACUÁ, Sheila de	Colecionador de estrelas	São Paulo	Edições Paulinas	Católica	1990
11. QUEIRÓZ, Márcia Peltier de	O menino que virou bicho do mato	Petrópolis (RJ)	Vozes	Católica	1991
12. AMARAL, Maria Lucia	Anjo na rua	Porto Alegre	Mercado Aberto	Laica	1991
13. NUCCY, Nely A Guernelli	O atraso	São Paulo	Edições Paulinas	Católica	1993
14. COLASANTI, Marina	Entre a espada e a rosa	Rio de Janeiro	Salamandra	Laica	1993
15. SOUZA, Flavio de	O álbum do Nino (Castelo Ra-Tim-Bum ; 1)	São Paulo	TV Cultura : Comp. das Letrinhas	Laica	1995
16. CAMPO, Guilherme del	Vovó italiana	São Paulo	Paulinas Editora	Católica	1996
17. VARGAS, Giselle	Dia inteiro	Belo Horizonte	Dimensão	Laica	1996
18. BAGNO, Marcos	Unhas de ferro	Belo Horizonte	Lê	Laica	1997
19. WALLACE, Roberto	E não é que era amor	São Paulo	Paulinas Editora	Católica	1998
20. NUVENS, Sebastião	Sapatolices	Belo Horizonte	RHJ Livros	Laica	1998
21. CARVALHO, Maria Lúcia	No tempo do branco e preto	São paulo	Paulus Editora	Católica	1998
22. ALBISSÚ, Nelson	Encanto em Tiemim	São Paulo	Paulus Editora	Católica	1998
23. MURALHA, Sidônio	Três cachimbos	São Paulo	Global	Laica	1999
24. BANDEIRA, Pedro	Prova de Fogo	São Paulo	Ática	Laica	1999
25. AGUIAR, Luiz Antonio	Renata e Muriel	São Paulo	Atual	Laica	1999

26. ABRAMOVICH, Fanny	Apostado	São Paulo	Atual	Laica	1999
27. RODRIGUES, Luiz	Pequeno rei	São Paulo	Ave-Maria	Católica	1999
28. FRANÇA, Mary	Passeio na fazenda	São Paulo	Ática	Laica	2000
29. BRAZÃO, Suely Mendes	Historinhas de natal	São Paulo	Ave-Maria	Católica	2000
30. CHINDLER, Daniela	Homem que botou um ovo	São Paulo	Paulinas Editora	Católica	2000

Lista de livros de editoras católicas

31. D'Assumpção, Gislaine Maria	Pingo de Luz	Petrópolis (RJ)	Voices	Confessional	1979
32. FERREIRA, Regina Sormani	Miguel e Serafina	São Paulo	Loyola	confessional	1987
33. NUCCY, Nely A Guernelli	A abelhinha e a tartaruga	São Paulo	Paulinas	confessional	1988
34. ALVES, Rubem	A volta do pássaro encantado	São Paulo	Paulus	confessional	1990
35. JACUÁ, Sheila de	Colecionador de estrelas	São Paulo	Edições Paulinas	Confessional	1990
36. BANDEIRA, Pedro	Velhinho entalado na chaminé	São Paulo	FTD	confessional	1990
37. QUEIRÓZ, Márcia Peltier de	O menino que virou bicho do mato	Petrópolis (RJ)	Voices	confessional	1991
38. NUCCY, Nely A Guernelli	O atraso	São Paulo	Edições Paulinas	confessional	1993
39. Campo, Guilherme del	Vovó italiana	São Paulo	Paulinas	Confessional	1996
40. Wallace, Roberto	E não é que era amor	São Paulo	Paulinas	Confessional	1998
41. Carvalho, Maria Lúcia	No tempo do branco e preto	São paulo	Paulus	Confessional	1998
42. Albissú, Nelson	Encanto em Tiemim	São Paulo	Paulus	Confessional	1998
43. Rodrigues, Luiz	Pequeno rei	São Paulo	Ave-Maria	Confessional	1999
44. Brazão, Suely Mendes	Historinhas de natal	São Paulo	Ave-Maria	Confessional	2000
45. Chindler, Daniela	Homem que botou um ovo	São Paulo	Paulinas	Confessional	2000

Lista de livros de editoras laicas

1. MOTT, Odete de Barros	O caso da ilha	São Paulo	Atual	laica	1978
2. AZEVEDO, Ricardo	Um homem no sótão	São Paulo	Melhoramentos	Laica	1982
3. ROCHA, Ruth	A decisão do campeonato	Rio de Janeiro	Rocco	laica	1984
4. ALBERGARIA, Lino de	Tantas histórias tem o tempo	São Paulo	Editora do Brasil	laica	1986
5. AMARAL, Maria Lucia	Anjo na rua	Porto Alegre	Mercado Aberto	laica	1991
6. COLASANTI, Marina	Entre a espada e a rosa	Rio de Janeiro	Salamandra	laica	1993
7. Souza, Flavio de	O album do Nino (Castelo Ra-Tim-Bum ; 1)	São Paulo	TV Cultura : Comp. das Letrinhas	Laica	1995
8. Vargas, Giselle	Dia inteiro	Belo Horizonte	Dimensão	Laica	1996
9. Bagno, Marcos	Unhas de ferro	Belo Horizonte	Lé	Laica	1997
10. Nuvens, Sebastião	Sapatolices	Belo Horizonte	RHJ Livros	Laica	1998
11. Bandeira, Pedro	Prova de Fogo	São Paulo	Ática	Laica	1999
12. Muralha, Sidónio	Três cachimbos	São Paulo	Global	Laica	1999
13. Aguiar, Luiz Antonio	Renata e Muriel	São Paulo	Atual	Laica	1999
14. Abramovich, Fanny	Apostado	São Paulo	Atual	Laica	1999
15. França, Mary	Passeio na fazenda	São Paulo	Ática	Laica	2000

Anexo B Lista autores

Número	Autor
1	ABRAMOVICH, Fanny
2	AGUIAR, Luiz Antonio
3	ALBERGARIA, Lino de
4	ALBISSÚ, Nelson
5	ALVES, Rubem
6	AMARAL, Maria Lucia
7	AZEVEDO, Ricardo
8	BAGNO, Marcos
9	BANDEIRA, Pedro
10	BRAZÃO, Suely Mendes
11	CAMPO, Guilherme del e CAMPO, Marilda Del
12	CARVALHO, Maria Lúcia
13	CHINDLER, Daniela
14	COLASANTI, Marina
15	D'ASSUMPÇÃO, Gislaine Maria
16	FERREIRA, Regina Sormani
17	FRANÇA, Mary e FRANÇA, Eliardo
18	JACUÁ, Sheila de
19	MOTT, Odete de Barros
20	MURALHA, Sidónio
21	NUCCY, Nely A Guernelli
22	NUVENS, Sebastião
23	QUEIRÓZ, Márcia Peltier de
24	ROCHA, Ruth
25	RODRIGUES, Luiz e PADOVANI, R.
26	SOUZA, Flavio de
27	VARGAS, Giselle
28	WALLACE, Roberto

Anexo C Lista Editoras

Número	Editora
1	Ática
2	Atual
3	Ave-maria
4	Dimensão
5	Edições Paulinas
6	Editora do Brasil
7	FTD
8	Global
9	Lê
10	Loyola
11	Melhoramentos
12	Mercado Aberto
13	Paulinas editora
14	Paulus editora
15	RHJ Livros
16	Rocco
17	Salamandra
18	TV Cultura/Cia das Letrinhas
19	Vozes

Anexo D **Local** **de**
Publicação

Número	Local
1	Belo Horizonte
2	Petrópolis
3	Porto Alegre
4	Rio de Janeiro
5	São Paulo

Anexo E - Roteiro para entrevista semi-estruturada

1. Qual a proposta editorial de literatura infantil da editora?
2. Quais os critérios para seleção e publicação de originais adotados pela editora?
3. Quais os critérios para publicação de reedições adotados pela editora?
4. O que diferencia a proposta desta editora das outras editoras confessionais que publicam para crianças?
5. A proposta/linha editorial de literatura infantil da editora se filia ou poderia ser filiada a alguma das tendências católicas?
6. Identifica alguma diferença da proposta desta editora com a de editoras laicas/leigas? Em caso positivo, qual?

Anexo F – Entrevista com Irmã Maria Alexandre da *Paulinas Editora*

Entrevistada: Irmã Maria Alexandre de Oliveira – Editora responsável da área Infante/juvenil da Paulinas Editora

Data: 25 de outubro de 2005

Local: Pedro de Toledo, 164 – São Paulo

Irmã Maria Alexandre: Paulus e Paulinas são duas Congregações com o mesmo carisma. Inicialmente possuíam a mesma marca *Edições Paulinas*, embora os editoriais fossem separados. Há dez anos houve a separação da marca. Paulus Editora e Paulinas Editora. Cada um com sua logo marca.

Celia: Essa separação ocorreu quando, irmã?

Irmã Maria Alexandre: Há 10 anos.

Celia: Na editoria deles também tinham literatura infantil?

Irmã Maria Alexandre: Sem dúvida. Tanto eles como nós tínhamos publicações infante/juvenil.

Celia: Quais são os critérios de você para publicação, para seleção de originais e para reedição?

Irmã Maria Alexandre: Em primeiro lugar que tenha qualidade literária, pois nosso objetivo é a produção literária infante/juvenil contribua com o crescimento cultural do leitor. Temos o cuidado para que a obra não seja didático-moralista, isto é, com objetivo de ensinar uma moral para a criança. Que seu conteúdo seja rico sem ser chato, que traga em seu bojo a semente de transformação. Que seja lúdico, prazeroso, aberto e criativo. Dando espaço ao leitor de recriar a história com sua imaginação e fantasia. Que seja comprometido com a realidade, crítico e inteligente.

Às vezes, abrimos algumas exceções. Por exemplo: Se o texto literariamente não seja 100%, mas traz um tema voltado para questões problemáticas e que irão contribuir para uma reflexão tanto da criança, como dos professores e pais.

Celia: Teria como a senhora exemplificar para mim, para eu entender o que é aceitar um livro que não teria tanta qualidade literária, mas que atende a algum buraco de mercado, algum nicho de mercado?

Irmã Maria Alexandre: A Campanha da Fraternidade é um momento forte onde se trabalha temas sociais de grande relevância. Geralmente quando chegam textos voltados para esses temas, se tiverem qualidade, procuramos agregar ao nosso catálogo. No próximo ano o Tema da C.F está voltado para as necessidades Especiais. Já publicamos três obras, duas com braile e outro abordando as várias necessidades.

Celia: Aí neste caso o critério era realmente poder atender as crianças com uma necessidade especial.

Irmã Maria Alexandre: Também, pois para esse público há muito pouca produção nessa linha. Há também todo um despertar, na sociedade, para essa realidade. A população está tomando consciência dessa realidade.

Celia: Como a senhora poderia diferenciar para mim a proposta da Paulinas Editora das outras editoras católicas. A senhora vê alguma diferença com relação à Ave-Maria, Vozes, Loyola etc.

Irmã Maria Alexandre: Olha na verdade eu não tenho tido muito tempo, não tenho disponibilidade de tempo para ficar analisando e comparando. Não posso dizer a você o que eles lançam ou não. Penso que nesse mercado há espaços para todos os que desejam contribuir com a cultura e com a literatura.

O que eu posso dizer é que nós estamos no mercado, concorrendo com outras editoras não católicas. Nós estamos concorrendo também com os programas de governo. O PLDE, PNDL e Secretarias Municipais.

Celia: esses são os livros de distribuição em escolas públicas.

Irmã Maria Alexandre: Sim, o governo compra das editoras e distribui nas escolas e Bibliotecas.

Celia: Só de literatura infantil?

Irmã Maria Alexandre: Infantil e juvenil.

Celia: A senhora conseguiria identificar alguma diferença na proposta das editoras paulinas com relação às editoras laicas.

Irmã Maria Alexandre: Não, eu não vejo.

Celia: Concorre em pé de igualdade mesmo?

Irmã Maria Alexandre: Temos os mesmos ilustradores, os mesmos autores. Concorremos a prêmios, juntamente com as outras editoras.

Celia: Se a senhora tivesse que aproximar a linha editorial de Literatura Infantil de alguma tendência da igreja católica, é possível fazer isso?

Irmã Maria Alexandre: Não porque nosso objetivo não é catequese nem ensino religioso, mas sim a literatura como obra literária.

Celia: Tem algum livro de vocês que sofre algum tipo de crítica, ou restrição de algum grupo da igreja?

Irmã Maria Alexandre: A gente cuida muito pra que isso não aconteça.

Celia: É que vi este livro *A bruxa mais velha do mundo*, e fiquei pensando, se não teria nenhum grupo da igreja que pudesse se contrapor ao uso de bruxas, gnomos?

Irmã Maria Alexandre: Não, mas, se alguém vem argumentar isso, a gente apela para o conhecimento da pessoa, se ela conhece os arquétipos do ser humano, se ela conhece a literatura, se ela conhece a importância da literatura na vida da criança.. Por que fazemos livros de bruxa? Porque a criança precisa da bruxa, porque a gente tem a fada e a bruxa dentro da gente, então ela tem que saber lidar com isso. E criança prefere muito mais um livro de bruxa do que um livro de fadas, porque os conflitos estão ali.

Celia: Mas de certa forma há uma preocupação também com aquilo que possa atender à escola.

Irmã Maria Alexandre: Qual é o espaço que vai ser lidado com a literatura infantil a não ser a escola? É o espaço que a criança entra em contato com a literatura infantil. Às vezes de uma forma até drástica de obrigação, e outras vezes a escola até tem esse cuidado de incentivar a leitura. a literatura. Por mais que a tecnologia avance, a literatura jamais será obsoleta na vida da criança, porque o livro é tudo, A televisão pode ter o seu lado de informação, mas do que formação. Ao passo que aqui a criança pára na página, ela continua viajando. Ela vai longe. Então, por isso o livro tem que ter esses espaços em branco e que não pode ser tudo fechado, senão a criança acabou de ler, não tem aonde ela ir. Ao passo que aqui ela vai lendo, vai viajando, vai caminhando, tem que ser um livro com bastante espaço aberto, pra criança também ir preenchendo com a imaginação. E é onde a criança realmente vai fazer essa interação. E a obra tem que ser rica para poder enriquecer a criança. Não pode ser aquela coisinha linear que não vai trazer nada, contribuir para que ela cresça como pessoa Sua curiosidade e sua imaginação flui com a leitura do texto. Sou apaixonada por aquilo que faço.

Celia: A senhora poderia falar sobre os critérios de reedição?

Irmã Maria Alexandre: É complicado, porque é o seguinte, às vezes, a reedição depende da divulgação, porque se o livro tem uma divulgação boa, vende.. Uma coisa está muito ligada à outra. Então, se reedita. Se não sai, aí fica no estoque. Aí acaba não reeditando, mas não é pelo fato de ele não ser bom, às vezes a falha está na própria divulgação do livro. Outras vezes, porque não agradou. Há livros com boa qualidade, mas por motivo de tabu, demora escoar a edição. Exemplo, quando fala de separação, de morte, tem muitas escolas, que até já usaram um livros que abordavam a questão da morte. A maioria das vezes, 99 por cento dos encalhes, é por falta de divulgação.

Celia: É um tema tabu, né?

Irmã Maria Alexandre: É um tema tabu, tem gente que não quer nem saber, mas de repente acontece um fato numa escola, mesmo na sociedade, e o professor, passa por cima, porque não quer abordar aquilo, e poderia abordar. Com certeza ajudaria amenizar o problema.

Celia: Nem avisam as crianças quando uma coleguinha morre; as crianças acabam descobrindo, porque ficam ouvindo os adultos falarem entre si.

Irmã Maria Alexandre: E deveriam mostrar esse lado, porque é uma realidade. Então, o tema também, pode ajudar.

Anexo G – Questionário respondido por meio de correio Eletrônico pela Paulus Editora

Editor de Literatura Infantil da *Paulus Editora*: Jakson

Local de trabalho: Minas Gerais

1. Qual a proposta editorial de literatura infantil da editora? Essa proposta sofreu alterações nos últimos 20 anos?

A proposta da editora no campo da literatura infantil é sobretudo oferecer literatura infantil de boa qualidade, tanto no que diz respeito ao texto como à imagem, tanto que quando se iniciou a publicar literatura infantil na editora, na década de 80, a pessoa escolhida para coordenar a área foi o Edmir Perroti, um dos maiores especialistas do país no assunto, o qual lançou a coleção “Ponto de encontro”, de grande sucesso tanto de público como de crítica e prêmios e que, na sua maioria, continua no catálogo até hoje. Depois, com sucessivas trocas de editores nem sempre se manteve o mesmo nível, por vezes as nossas publicações caíram um pouco no ostracismo e nos últimos 5 anos tem sido feito um esforço de elevar a qualidade da produção e de divulgação, com bons resultados (como a volta dos prêmios, aumento do público e das tiragens etc). Além da qualidade literário-estética, a editora procura valorizar um tom humanitário, centrado nos valores humanos e, sendo valores humanos, são também valores cristãos, já que o cristianismo, na sua essência, é impulsionador da realização humana. Isso não significa de modo algum preocupação doutrinária, catequética e proselitista. Na editora a parte diretamente catequética e confessional é uma outra editoria, não é trabalhada junto com a literatura infantil.

2. Quando ocorreu a separação da marca Edições Paulinas para Paulus Editora e Paulinas Editora? A separação da marca Paulinas e Paulus provocou alguma alteração na proposta editorial ?

Não. A proposta editorial continuou a mesma, a essência é a mesma, somos editoras parecidas e talvez houvesse mais distinção em outras áreas, como a teologia, a filosofia que na literatura infantil, porque tradicionalmente os padres e irmãos cuidavam das edições e as irmãs da divulgação, com a separação das marcas ambos fazem as duas coisas. Creio que alguma distinção foi ocorrendo ao longo do tempo, pouca, mas houve.

3. Quais os critérios para seleção e publicação de originais e de reedição adotados pela editora?

Basicamente procuramos escolher textos atraentes e sedutores, ou no caso de paradidáticos, livros que de fato possam contribuir e enriquecer o trabalho nas escolas, sem ser pesados, meramente didáticos, estilo cartilha. Autores que tenham experiência ou formação relacionada com a literatura, a literatura infantil específica ou o mundo infantil em geral, que se disponham e tenham possibilidade de divulgar.

4. O que diferencia a proposta desta editora das outras editoras confessionais que publicam para crianças?

Parece-me que não são tantas as editoras confessionais que investem mais fortemente na literatura infantil, além de Paulus e Paulinas, no campo católico, um pouco a Ave Maria, um pouco menos a Loyola e menos ainda a Vozes. Creio que Paulus e Paulinas tem um catálogo mais forte nessa área, há quem diga que atualmente a Paulus supera a Paulinas em qualidade; não sei; a Paulinas geralmente publica bem nessa área, também não estou preocupado quanto a isso, mas em fazer um bom trabalho, segundo as linhas estabelecidas. Mesmo em outras religiões não vejo editoras que tenham investido muito em literatura infantil. No campo religioso-catequético, no campo católico, creio que sejamos meio equiparados. Há também a FTD, que pertence aos irmãos maristas, tem produção infantil muito boa, mas se apresenta mais como uma editora de didáticos e não como editora confessional.

5. A proposta editorial de literatura infantil da editora se filia ou poderia ser filiada a alguma das tendências católicas?

Essencialmente a linha do Concílio Vaticano II, centrada na essência do cristianismo: abertura ao mundo, ao ser humano, ao diálogo com a razão, com as pessoas dos tempos atuais, em preocupação por prestar um serviço à humanidade, em ajudar a edificar um mundo melhor, segundo aquilo que acreditamos ser a vontade de Deus. E para ajudar as pessoas a viverem segundo a vontade de deus, não necessariamente é preciso converter ou impor regras e doutrinas.

6. Identifica alguma diferença da proposta desta editora com a de editoras laicas/leigas? Em caso positivo, qual?

Como diz o teólogo espanhol Andrés Queiruga, tudo que é humano é também divino, se as outras editoras têm preocupação em serem humanitárias, não necessariamente precisamos nos diferenciar delas para marcar a diferença. Preocupamo-nos com os valores humanos, a não-violência, a paz, a justiça, um país e um mundo melhor, não sei se isso transparece mais em nossos livros que em editoras laicas, em relação a algumas com certeza sim, em relação a muitas outras talvez não... Nas obras que são diretamente religiosas, com certeza o diferencial é maior.

Anexo H – Questionário respondido por meio de correio eletrônico pela Editora Vozes

Editor da Editora Vozes: João

1. Qual a proposta editorial de literatura infantil da editora? Essa proposta sofreu alterações nos últimos 20 anos?

R: A linha editorial da Vozes deixou de contemplar a literatura infantil há alguns anos. As únicas publicações para o público infantil, hoje, são de cunho pedagógico e educacional, por um lado, como é o caso da coleção "Textos para começar a filosofar", que recorre a histórias com intenção de trabalhar valores éticos, religiosos e sociais, e, por outro lado, obras de catequese e/ou de ensino religioso, que são notadamente obras católicas.

2. Quais os critérios para seleção e publicação de originais e de reedição adotados pela editora?

R: O ponto de partida para a publicação de originais é a adequação da obra aos assuntos que definimos como nossa linha editorial (que percorre as ciências humanas em geral, a teologia, a espiritualidade e o auto-conhecimento, a pastoral e a catequese. cf nosso site: www.vozes.com.br), de acordo com a missão de interagir positivamente com a sociedade e a Igreja favorecendo o desenvolvimento cultural, humano e religioso. As reedições seguem o critério comercial da demanda das obras no mercado e o histórico de vendas por períodos.

3. O que diferencia a proposta desta editora das outras editoras confessionais que publicam para crianças?

Parece-me que outras editoras católicas como a Paulinas e Paulus publicam mais obras de cunho religioso para crianças.

4. A proposta editorial de literatura infantil da editora se filia ou poderia ser filiada a alguma das tendências católicas?

Penso que não.

5. Identifica alguma diferença da proposta desta editora com a de editoras laicas/leigas? Em caso positivo, qual?

Com relação às editoras leigas, a Editora Vozes segue um princípio de formação humana e religiosa próprio de sua missão, e como instituição católica, preocupa-se em seguir o posicionamento católico no tocante à doutrina, moral, teologia e visão de mundo.